



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA E CULTURAS

GLECIANE MARIA SILVEIRA E FREITAS

NARRATIVAS DO HISTORIADOR DA RIBEIRA DO ACARAÚ – NICODEMOS
ARAÚJO: QUE HISTÓRIA É ESSA? (1940 – 1990)

FORTALEZA – CEARÁ

2018

GLEICIANE MARIA SILVEIRA E FREITAS

NARRATIVAS DO HISTORIADOR DA RIBEIRA DO ACARAÚ - NICODEMOS ARAÚJO:
QUE HISTÓRIA É ESSA? (1940 -1990)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em História e Culturas do Programa de Pós-Graduação em História e Culturas do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História. Área de Concentração: História e Culturas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sônia Maria de Meneses Silva

FORTALEZA - CEARÁ

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Freitas, Gleiciane Maria Silveira e.
Narrativas do historiador da Ribeira do Acaraú -
Nicodemos Araújo: Que história é essa? (1940 -1990)
[recurso eletrônico] / Gleiciane Maria Silveira e
Freitas. - 2018.
1 CD-ROM: il.; 4 ¾ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do
trabalho acadêmico com 124 folhas, acondicionado em
caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade
Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Mestrado
Acadêmico em História e Culturas, Fortaleza, 2018.
Área de concentração: História e Culturas.
Orientação: Prof.^a Dra. Sônia Maria de Meneses.

1. Identidade. 2. Historiografia. 3. Memória. I.
Título.

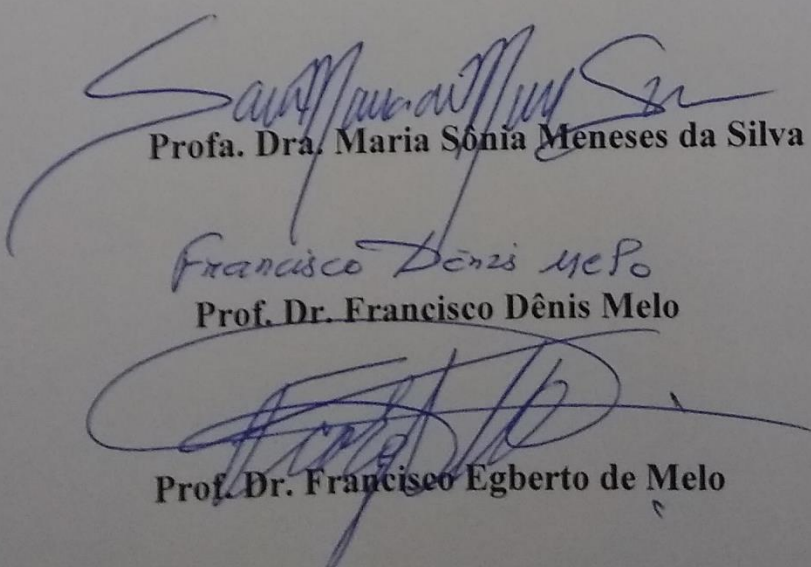
GLEICIANE MARIA SILVEIRA E FREITAS

NARRATIVAS DO HISTORIADOR DA RIBEIRA DO ACARAÚ - NICODEMOS ARAÚJO:
QUE HISTÓRIA É ESSA? (1940 -1990)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em História e Culturas do Programa de Pós-Graduação em História e Culturas do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História e Culturas. Área de Concentração: História e Culturas.

Aprovada em 16 de outubro de 2018.

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª. Dra. Maria Sônia Meneses da Silva

Prof. Dr. Francisco Dênis Melo

Prof. Dr. Francisco Egberto de Melo

A Kátia, por não me deixar desistir.

AGRADECIMENTOS

À vida, pelos caminhos e oportunidades que me concedeu.

À Prof.^a Dr.^a Maria Sônia Meneses da Silva, não somente pela orientação e pela confiança, mas pelo exemplo de profissional e mulher.

Aos membros da banca, Dr. Francisco Egberto de Melo, Prof. Dr. Francisco Dênis de Melo, pelas observações, questionamentos e críticas.

Aos colegas da linha de pesquisa Memória e Cultura Escrita: Cosma e seus candangos de Araquém, Marília e sua grega Deméter, Thiago e seu prédio histórico, Juliana e seus moços católicos, Camila e sua mulheres da Revista Cruzeiro, Valéria e seus reisados de Sobral, por todo o companheirismo e aprendizado.

Aos alunos da EEM são Francisco da Cruz.

“A Estrada

Uuu...

Você não sabe o quanto

eu caminhei

Pra chegar até aqui

Percorri milhas e milhas

antes de dormir

Eu não cochilei

Os mais belos montes

escalei

Nas noites escuras de

frio chorei, ei, ei

ei, ei, ei,...uu...

A Vida ensina e o tempo

traz o tom

Pra nascer uma canção

Com a fé o dia-a-dia

Encontrar solução

encontrar solução

(...)”

(Toni Garrido)

RESUMO

Em *Narrativas do Historiador da Ribeira do Acaraú – Nicodemos Araújo: Que história é essa?* (1940 -1990) as obras de caráter historiográfico do escritor bela-cruzense Nicodemos Araújo são analisadas com o objetivo de compreender que tipo de história ele constrói sobre a região do Baixo Acaraú. A rede de sociabilidades construída pelo autor e a construção de seu lugar de fala são debatidas, assim como os elementos constituintes do tipo de versão histórica apresentada pelo autor e as bases de seu método historiográfico. Por fim, a construção de um senso de comunidade entre os municípios do Baixo Acaraú na escrita do autor é identificada e analisada. Percorre-se um trajeto de análise tendo como base indagações sobre o lugar de fala de Nicodemos Araújo; a quem recorre bibliograficamente e como se apropria dessas leituras, que elementos constituem a base de sua escrita e método; que versões sobre o passado dos municípios sobre o quais escreve Nicodemos Araújo oficializa.

Palavras-chave: Identidade. Historiografia. Memória.

ABSTRACT

In *Narrativas do Historiador da Ribeira do Acaraú - Nicodemos Araújo: Que história é essa?* (The Narratives from the Historian of Acaraú's riverside: What story is that? 1940 -1990) the works of historiographical character of the bela-cruzense (natural from Bela Cruz) writer Nicodemos Araújo are analyzed with the purpose of to understand what type of history he constructs on the region of Baixo Acaraú. The network of social skills constructed by the author and the construction of his place of speech are debated, as well as the constituent elements of the type of historical version presented by the author and the bases of his historiographic method. Finally, the construction of a sense of community among the municipalities of Baixo Acaraú in the author's writing is identified and analyzed. A path of analysis is crossed taking as a basis the questions about the place of Nicodemo's place of speech; to whom he recurs bibliographically and how he appropriates these readings, which elements form the basis of his writing and method; what versions about the past of the municipalities on which writes Nicodemos Araújo are official.

Keywords: Identity. Historiography. Memory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1-	Desmembramento do município de Acaraú.....	18
Figura 2 -	Nicodemos Araújo.....	20
Figura 3 -	Relação de algumas obras de Nicodemos Araújo feito pelo próprio autor em sua autobiografia não publicada cedida por seu neto Dimas Carvalho.	83
Tabela 1 -	Sumários das obras de Nicodemos Araújo.....	75

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	AS MARCAS DO LUGAR SOCIAL DE NICODEMOS ARAÚJO.....	20
2.1	A GREGOS E TROIANOS: A CONSTITUIÇÃO DE UMA REDE DE SOCIABILIDADES.....	21
2.2	ELEMENTOS DE UMA ESCRITA “ALINHADA À VÔO DE PÁSSARO”..	35
2.3	O QUE LEU. LEITURAS E PRODUÇÃO DE SENTIDOS.....	49
3	QUE HISTÓRIA É ESSA? MEMORIALISTA OU HISTORIADOR?.....	62
3.1	CRER <i>EM</i> E <i>NA</i> HISTÓRIA. QUAL HISTÓRIA?.....	63
3.2	COMO FAZ E CRER QUE A HISTÓRIA DEVA SER FEITA.....	73
3.3	MEMORIALISTA OU HISTORIADOR?.....	84
4	“SÓ O AMOR CONSTRÓI PARA A ETERNIDADE”: A CONSTRUÇÃO ESPACIAL E IDENTITÁRIA DO BAIXO ACARAÚ.....	96
4.1	A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO BAIXO-ACARAUENSE.....	96
4.2	A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DO BAIXO ACARAÚ.....	106
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
	REFERÊNCIAS.....	120

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação teve origem no interesse, há alguns anos, de conhecer o processo que resultou na criação de Cruz, município localizado no interior do Ceará, e os sujeitos envolvidos nesse processo. Fui então, em busca da bibliografia que apresentava a história da cidade em seus diversos aspectos. Cortejei por algum tempo, o livro “O Município de Cruz”, de Nicodemos Araújo. A obra levada ao público em 1989, quatro anos após a criação política da citada unidade federativa, trazia o que o próprio autor chamava de “algumas notas” acerca da questão econômica, social, política, educacional, entre outras, do recém-criado município. Seu autor, Nicodemos Araújo, é bela-cruzense, que pelas tantas obras históricas e literárias, tem sua memória enaltecida por sua contribuição cultural para a região do baixo Acaraú, norte do Ceará.

O contato com essa obra a fim de analisar as teias que levaram o autor a produzir um discurso harmonioso sobre Cruz, quando inúmeras outras fontes denunciavam uma criação conflituosa do município, iniciou-se ainda na graduação. Pelos limites daquele trabalho não pude discutir, com maior profundidade, sua tão vasta obra, limitando-me ao livro “Município de Cruz”. Quando me deparei com as demais obras do autor, questões novas apareceram, direcionando-me para novos problemas que deram origem a essa pesquisa. O encontro com uma cidade construída de forma tão pacífica e harmônica em “O município de Cruz” e da presença de referências a um povo cordial e harmonioso, mesmo que lutador, fez-me questionar sobre o tipo de história produzida por este autor. Por que uma escrita conciliatória? A inquietude provocada por esta questão inicial impulsionou-me ao encontro com as demais obras do bela-cruzense.

Nelas, encontrei elementos de uma historiografia questionada no século passado. Resquícios de uma escrita iluminista, cuja história seguiria uma ordem linear em busca do progresso. Diante disso, interessei-me pela identificação, organização e análise desses elementos buscando compreender porque Nicodemos Araújo recorria a eles e não a outros e que influências formam sua visão de história.

Este trabalho como um todo é sobre a escrita de Nicodemos Araújo. Sobre a dimensão intelectual de sua obra e os tipos de versões históricas propagados nelas. Sabendo que não posso separá-las de seu produtor e nem analisar o tipo de historiografia sobre o Baixo Acaraú produzida pelo escritor colocando-a em uma redoma, isolando-a do mundo social em que vivia seu autor quando a produziu, apresento e analiso, ainda que brevemente, alguns elementos de sua vida. Não tive pretensão de escrever a biografia de Nicodemos Araújo. E isto não tem a ver com o fato de não considerar este tipo de trabalho importante. Ao contrário, reconheço a importância do gênero sob os novos olhares trazidos pelas pesquisas recentes. Porém, uma análise biográfica exigiria um espaço neste trabalho que não tenho se levar em consideração os objetivos propostos no projeto da

pesquisa cujo foco era e continua a ser, sobretudo, sua escrita. Busco analisar, principalmente no capítulo 1, aspectos de sua trajetória de vida na tentativa de compreender sua escrita e não o contrário. Dessa forma, foquei nos aspectos de sua vida que podiam ajudar-me a compreender sua prática escrita. Percorri algumas destas informações juntamente ao leitor, evidenciando aspectos que indicassem elementos da rede de sociabilidades que Nicodemos Araújo construiu. Acredito que a análise dessas experiências *a priori* me ajudou a compreender, *a posteriore*, o porquê da presença, em suas obras, de um tipo de sujeito e não outro, de um tipo de fonte e não outro, um tipo de história e não outro. Assim, foi com o objetivo de entender a obra, que busquei pelo autor.

Muito do que se conhece sobre a microrregião do litoral de Acaraú, norte do Ceará, deve-se a escrita de Nicodemos Araújo. É quase impossível não se deparar com seu nome ao visitar os escritos sobre a história dos municípios de Bela Cruz, Acaraú, Santana do Acaraú, Cruz, Jijoca de Jericoacoara e Itarema no norte do Ceará. Sua vasta produção compreende, além das 13 obras de poesia, incursão pelo teatro, genealogia e biografia, 12 obras de cunho histórico. É desse conjunto, as escritas de caráter histórico, que selecionei minhas fontes.

Identificar e compreender as características e elementos predominantes na produção historiográfica desse sujeito foi meu principal objetivo. Busquei perceber, discussão apresentada ao longo do capítulo 2, quais ideias de história são apresentadas nestes relatos, quem são os sujeitos históricos, como o autor concebe as fontes e como as usa na produção dos discursos históricos. Meu recorte temporal compreendeu parte do século XX, pois me dispus a analisar as obras de sua autoria que apresentam narrativas memorialísticas sobre as cidades do baixo Acaraú escritas no período de 1940 a 1990. A primeira, *O município de Acaraú*, é datada de 1940¹, depois dela temos: *Bela Cruz – de prédio rústico a cidade*, de 1967; *O município de Acaraú*, de 1971; *Almofala e os Tremembé*, de 1981; *Santana do Acaraú*, de 1985; *Município de Bela Cruz*, de 1987; *Jericoacoara*, de 1987 e, por último, *O município de Cruz*, de 1990. Tais obras destacam-se entre os primeiros registros historiográficos desses municípios, sendo em alguns deles os únicos do período pós-emancipação. Optei por estas fontes por apresentarem uma estrutura de escrita detalhada, com pretensões totalizantes², com uma organização de capítulos e subtemas que privilegia, numa sequência quase semelhante em todos os livros: as origens (topônimos, contos, mitos e lendas fundadoras), os primeiros povoadores, a formação religiosa, a formação política, a vida, os aspectos sociais e culturais, a vida econômica, os transportes, serviços e comunicação.

¹ A obra foi apresentada numa segunda edição em 2005 pela Prefeitura Municipal de Cruz, o que justifica o uso, ao longo do texto, da obra referendada com o ano de 2005.

² Há segundo José Carlos Reis, dois sentidos: “história de tudo” e “história do todo”. No primeiro termo, a consideração de que tudo é história e de que o campo de atuação do historiador fica indefinido. Já a história do todo, tentaria dar conta da “correlação entre todas as instâncias da sociedade, que expressaria um fato total”. (REIS, 2006.S/p) Nicodemos Araújo percorre, em sua narrativa, das origens aos dias atuais passando por todos os campos da vida em sociedade. A totalidade, aqui e, ao menos provisoriamente a chamaremos assim, é entendida como acúmulo, soma dos acontecimentos históricos, numa tentativa de abarcar todos os âmbitos da sociedade.

A necessidade de compreender meu sujeito inserido num conjunto de relações que me ajudariam a entender não somente suas ideias de história, mas os motivos que o levaram a escrever, me estimulou ao uso da imprensa e de correspondências pessoais do autor enquanto fonte.

Nicodemos Araújo foi um homem do século XX. Sua vida se estendeu de 1905 a 1999. Embora só tenha estado na escola pelo curto período de tempo de 13 meses³, como afirmam as pequenas biografias de homens da região sobre sua pessoa, sua produção e vida intelectual são extensas. Identificar e compreender o lugar, ou os lugares de onde fala o autor, foi fundamental para a compreensão do que falou e como falou.

Embora imersa no século XX, a obra de Nicodemos Araújo enseja muitas características daquelas que as antecedeu, tão marcantes no século XIX, assim, observa-se que o autor privilegia em sua escrita a noção de progresso, linearidade, cronologia rígida, ênfase em acontecimentos e sujeitos. A própria ideia de progresso é estabelecida como meta a ser alcançada por todas as cidades sobre as quais escreve. A população deve se unir, entender-se como comunidade, empreender determinadas ações para alcançá-lo.

Os livros trazem também longos capítulos dedicados à vida religiosa e parece existir uma relação estabelecida pelo bela-cruzense entre a presença da igreja católica e o desenvolvimento dos municípios. Há um conjunto de relações políticas, de proximidades, de apropriações de leituras que ajudam a entender as concepções historiográficas, a partir das quais, Nicodemos Araújo cria suas representações do passado, sistematizando-as em sua narrativa, decidindo o que considera importante lembrar e ocultar.

Chartier (2002, p. 220) pontua que “qualquer compreensão de um texto, não importa de que tipo, depende das formas com as quais se apresenta à leitura”. Neste sentido, procurei entender também como o escritor, sozinho ou em conjunto, selecionava os elementos que apresenta os livros aos leitores. Além do conteúdo das obras em si, analisei o livro como um todo: apresentação, prefácio, epígrafes, textos poéticos de introdução e demais elementos expostos em todas as partes que compõem cada obra analisada. Compreendo que isso influenciou na forma como o povo do Baixo Acaraú recebeu tais textos, afinal, a organização desses elementos não é feita inocentemente, há escolhas. Intenciona-se a produção de sentidos.

Interessou-me mostrar que as narrativas de Nicodemos Araújo giram em torno da construção de uma ideia de integração entre os municípios do Baixo Acaraú. Os conflitos são omitidos e, mesmo quando são mencionados sutilmente, o autor trata de evidenciar os motivos pelos quais os municípios deveriam se perceber como irmãos, deixando no passado qualquer

³ ARAÚJO, Vicente Freitas – O Carpinteiro das Letras: perfil biobibliográfico e antologia de Nicodemos Araújo, Tanoa Editora, 2004.

rivalidade que possa ter existido entre eles. Dentre as justificativas estão os adjetivos e características que parecem compor um perfil identitário dos povos sobre os quais escreve.

Esta construção narrativa, que chamei de senso de comunidade, alarga-se espacialmente quando Nicodemos Araújo tende a evocar momentos passados e/ou incentivar no presente posturas que unam as comunidades que juntas formam a região do Baixo Acaraú.

A ideia de um senso de comunidade, questão tratada na terceira parte deste trabalho, como chamo um conjunto de elementos presentes na narrativa do autor que projetam posturas ligadas a imagem identitária do Baixo Acaraú, é entendida como o sentimento de pertencer a uma comunidade, nesse caso, o Baixo Acaraú. Não foi meu objetivo mostrar se esse sentimento realmente existiu/existe ou não entre a população, para isso faltam fontes suficientes, mas identificar na escrita de Nicodemos esse projeto, a organização de uma narrativa que elucide a existência, ao menos no plano da narrativa, de um perfil identitário que abrangeu parte dos municípios do Baixo Acaraú, mostrando o que há de comum entre eles, silenciando conflitos, fazendo da escrita instrumento de conciliação e aproximação entre grupos.

Embora nunca tenha se definido como historiador, ao afirmar que seu objetivo era “apenas contribuir na medida de nossas possibilidades para que aquele município ribeirinho seja mais conhecido”, ou limitando-se a “mencionar alguns fatos sem querer tecer comentários sobre este ou aquele registro”, afirmando serem suas obras “um punhado de notas coligadas sem nenhuma pretensão”, pois não tem “a vaidade de escrever história” (ARAÚJO, 1989, p. 17), Nicodemos Araújo evidenciou sugestivamente o desejo de credibilidade ao considerar que escrevia quando “imitando um historiador emérito, baseamos estes sucintos apontamentos “no documento, na tradição escrita, na tradição oral e na realidade presente” (ARAÚJO, 1989, p. 17) “E para a segurança da veracidade dos informes enfeixados neste modesto livro, tive de consultar algumas fontes autorizadas, entre as quais poderei citar [...]” (ARAÚJO, 1967, p. 10). Nos espaços de memória hoje dedicados a ele, o autor é conhecido como o “Historiador da Ribeira do Acaraú”.

Minha intenção não foi discutir o merecido - ou não - título de historiador dado a Nicodemos Araújo, mas entender as circunstâncias que legitimaram seus discursos, que os tornaram possíveis. É entender os elementos que constituem sua visão de História e, como estes são organizados na elaboração de uma memória histórica que estabelece perfis identitários como a do almofalense como “gente morigerada e boa”, do cruzense como habitante da cidade, cujo desenvolvimento é fruto do “labor construtivo de sua gente”, do bela-cruzense como portador de um “espírito fraterno”, cujos antepassados “sabiam que o amor à terra-mãe e o desejo de vê-la crescer em todas as épocas tem sido uma característica marcante da gente bela-cruzense.” (ARAÚJO, 1985, p. 22).

Assim, busquei as características que marcam a escrita historiográfica de Nicodemos Araújo a fim de compreender que tipo de história ele constrói sobre o Baixo Acaraú e como os elementos constituintes desse tipo de versão histórica são organizados, criando a ideia de um senso de comunidade entre os municípios dessa região.

Alguns diálogos foram fundamentais na produção dessa pesquisa para pensar meu objeto de estudo, a exemplo de uma noção de cultura como algo mais amplo, para além da “rígida oposição binária⁴” entre cultura erudita e cultura popular. Dessa forma, pensar e fazer cotidiano constitui parte do universo da cultura, que pode ser entendida nos dizeres de Pesavento (2014, p. 15) como “um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo”. Pensar a cultura levando em consideração essa dimensão mais ampla possibilita que incluamos nela a escrita e seus diferentes suportes. No caso deste trabalho, o livro, sendo ele produto cultural, fruto de práticas diversas e representações, veiculando, reproduzindo e produzindo novas práticas e novas representações.

Assim, minha pretensão de compreender a escrita de Nicodemos Araújo, levou-me a dois conceitos essenciais para os estudos culturais, que são as representações e as práticas. Segundo Barros:

O livro é esse objeto da cultura que já passou por inúmeras formas, mas, que nas suas linhas gerais, é um objeto cultural bem conhecido no nosso tipo de sociedade. Para a sua produção, são movimentadas determinadas práticas culturais e também representações, sem contar que o próprio livro, depois de produzido, irá difundir novas representações e contribuir para a produção de novas práticas (BARROS, 2011, p. 50.)

Segundo Pesavento (2014, p. 69), o estudo da produção dos textos relaciona-se com a “compreensão da História como uma narrativa que constrói uma representação sobre o passado.” Assim, enxerguei os escritos de meu sujeito como representações sobre o passado, que indicam como ele, e os grupos que possibilitavam a sua autoridade de fala, pensavam as sociedades sobre as quais ele estava escrevendo.

Segundo Pesavento (2014), representação é a presentificação de uma ausência que não ocorre no campo do mimético, uma vez que ocorrem entre representante e referente relações de aproximação e distanciamento. O “real é sempre o referente da construção imaginária do mundo” (PESAVENTO, 2004, p.47), mas esta não é puro reflexo daquele.

Para Chartier (1990, p. 17) as representações são práticas culturais. Trata-se das estratégias através das quais se pensa o real e o constrói. Não são discursos ingênuos por produzirem “estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade

⁴ Numa discussão sobre a utilização dos termos cultura popular e cultura erudita Peter Burke (2008, p.42) afirma que “talvez a melhor política seja empregar os dois termos sem tornar muito rígida a oposição binária, colocando tanto o erudito como o popular em uma estrutura mais ampla”

à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”.

Algumas características da escrita de Nicodemos Araújo remetem à produção historiográfica dos Institutos históricos, brasileiro e cearense, criados no século XIX para a produção de uma história nacional que forjasse a identidade do brasileiro e consolidasse o estado recém-criado naquele século. O entendimento de como o autor compreende o conceito de tempo e organiza sua narrativa nele e, através dele, foi fundamental para que eu chegasse a sua concepção de História. Nesse sentido, recorri a Hartog e sua discussão sobre os Regimes de Historicidade. Distinto do conceito de época, regime de historicidade não significa um simples recorte temporal, um instrumento de periodização. Trata-se, nas palavras do autor, “de um enquadramento acadêmico da experiência (Erfahrung) do tempo, que, em contrapartida, conforma nossos modos de discorrer acerca de e de vivenciar nosso próprio tempo” (HARTOG, 2013, p. 12). É uma construção feita pelo historiador. Três regimes são apresentados pelo teórico: o antigo regime de historicidade, o moderno e o presentismo. O primeiro é marcado pelo ponto de vista do passado e pela referência a História *magistra vitae*, em que a história aparece como aporte pedagógico repleto de exemplos para a vida. Assim, se olharia para o passado a fim de aprender com ele, e a história seria compreendida como a mestra da vida. Já o regime de historicidade moderno é dominado por uma percepção do futuro. “A palavra-chave é progresso, História é entendida como processo e tempo como se direcionando a um fim. (progressão)” (HARTOG, 2013, p. 1). O passado é tratado como passado, obsoleto. E por fim, o presentismo, que “implica que o ponto de vista é explícita e unicamente o do presente” (HARTOG, 2013, p. 5) Segundo o autor, tais regimes passam por momentos de questionamento e crise. A história magistra, por exemplo, continuou a existir mesmo com a predominância do regime cristão, e volta a ganhar novo fôlego com o Renascimento.

Deste modo, o autor me ajudou entender a forma como Nicodemos Araújo organiza as experiências do, e no tempo, como articula passado, presente e futuro, dando-lhes sentido (HARTOG, 2013, p. 139).

Diante da ideia de que as narrativas de Nicodemos Araújo contribuíram para a constituição de um tipo de memória sobre o Baixo Acaraú, busquei suporte teórico também para a compreensão dos usos adequados desse conceito. Mais do que um conjunto de funções de origem psíquica que possibilita o sujeito lembrar, a memória é produto da coletividade, como já anunciava Halbwachs no início do século XX. Numa discussão sobre Memória social, Perter Burke (1992) afirma que o interesse pela memória por parte dos historiadores ocorre a partir de duas percepções: a memória como fonte histórica e a Memória enquanto fenômeno histórico, “com aquilo a que se poderia chamar a história social da recordação” (BURKE, 1992, p. 240), uma vez que sendo a memória individual e coletiva, ambas seletivas, é preciso identificar quais são as bases desta

seleção, suas variações de lugar para lugar e de grupo para grupo, como se transformam ao longo do tempo, por quem e como são moldadas. Os modos como são transmitidas as recordações públicas e a forma como se organizam socialmente afetam as recordações.

A narrativa de Nicodemos Araújo legitima visões sobre o espaço baixo-acarauense. A denominação ‘Baixo Acaraú’ está relacionada à localização dos municípios que o constituem, situados na região mais ao norte do Ceará, no baixo curso do rio Acaraú. Os desmembramentos do território acarauense dão origem aos municípios sobre os quais o bela cruzense escreveu. Os municípios em questão pertenciam, antes de suas emancipações, ao mesmo município: O Acaraú, antes pertencente a Sobral e criado em 31 de julho de 1849. Seu território equivalia a área que hoje compreende os municípios do Baixo Acaraú: Santana do Acaraú, Marco e Morrinhos, desmembrados em 1863, Bela Cruz, emancipado em 1957, Cruz, (incluindo a território correspondente a Jijoca de Jericoacora) e Itarema, em 1986.

Figura 1 - Desmembramento do município de Acaraú.



Fonte: Vasconcellos, 1999.

Santos (2013) situa este desmembramento dentro do contexto histórico-político de alterações na constituição brasileira. De acordo com a autora, analisando dados do IBGE, de 1946 a 1964, 2535 municípios foram criados, número superior aos 1700 criados durante 446 anos. (SANTOS, 2013)

A constituição de 1967 dificultou o processo de emancipação de novos territórios brasileiros estabelecendo critérios de difícil acessibilidade. Já a carta magna de 1988, conforme Santos (2013) concedeu “mais autonomia aos estados e municípios no sentido de descentralizar a decisão pelos desmembramentos, no que diz respeito à flexibilização dos requisitos necessários à criação, incorporação, fusão e desmembramentos de municípios [...]” (SANTOS, 2013, p. 49) A região

Nordeste tem, de acordo com a autora, liderado o ranking de desmembramentos de territórios nas duas últimas décadas do século passado.

Conforme Santos (2013):

Dos oitenta e quatro anos passados da primeira emancipação (Marco, Morrinhos e Santana do Acaraú) aos dias atuais, as reivindicações para a criação de novos municípios no vale acarauense acontece a cada eleição municipal, em espaços de tempo mais curto (vinte a trinta anos) o que tornou o ciclo de vida de uma geração incompleto, impossibilitando a vivência por parte dessas pessoas, desvinculadas politicamente de seus territórios após as emancipações. (SANTOS, 2013, p. 51)

A exemplo disso podemos citar o caso de Jijoca de Jericoacoara, que até 1986 era distrito acarauense, a partir dessa data se torna distrito cruzense, e em 1992 se torna município. Em menos de uma década a população deste território teve os gentílicos de acarauense, cruzense e jijoquense.

Compreender que estes municípios se originam a partir do mesmo território e este processo ocorre em um período relativamente curto pode nos ajudar a pensar as constantes chamadas e conselhos dados por Nicodemos Araújo para que as populações destes municípios se percebam com uma origem comum, devendo assim evitar quaisquer tipos de rivalidades.

Cabe, entretanto, pensar que o sentimento de pertencimento a um território com fronteiras definidas e regidas política e administrativamente é construído a partir das inúmeras práticas e relações desenvolvidas no local habitado e não dá noite para o dia, como se a emancipação trouxesse consigo o poder de despertar imediatamente nos novos munícipes o sentimento de pertencimento ao grupo. É um processo gradativo e no qual estão envolvidos agentes distintos que contribuem na formulação discursiva para a legitimação do novo status adquirido pelo território.

Diante disso, debruçada por mais de dois anos sobre a vida e obra de Nicodemos Araújo ofereço agora não somente à academia, mas ao povo do Baixo Acaraú, uma análise dos discursos que ajudou a legitimá-la enquanto região e povo. A história é fruto também de constantes revisões, visitar a obra do autor do Baixo Acaraú foi, além de fazer pesquisa – o que é trabalhoso e ao mesmo tempo engrandecedor – poder reeducar meu olhar para as coisas da minha terra e do meu povo. Eu quis entender mais sobre aquele a quem chamavam de O historiador da Ribeira do Acaraú, e pude também compreender mais sobre mim mesma, sobre a cruzense e baixoacarauense que sou, sobre a historiadora que venho aprendendo a ser.

Repito: história se faz questionando versões e construindo novas representações. O texto já não é meu, é público. Que novos sentidos possam ser produzidos a partir dessa pesquisa e novos questionamentos possam ser feitos.

Figura 2 - Nicodemos Araújo.



Fonte: <http://www.jornaldepoesia.jor.br/nicodemosaraujo.html>

2 AS MARCAS DO LUGAR SOCIAL DE NICODEMOS ARAÚJO

Primeiramente devo e quero receber manifestar-lhe a minha gratidão sem dimensões, pelas generosas palavras com que o ilustre jornalista distinguiu a minha humilde pessoa, bem como ao meu modesto trabalho intitulado Município de Acaraú. Acaraú, maio de 1989. (ARAÚJO, 1989).

É com os adjetivos “modesto” e “humilde” que o autor sobre o qual versa esta discussão quase sempre apresenta a si e seus trabalhos. É assim que se coloca para seus leitores e amigos. É assim que, ao menos na escrita, se apresenta diante de sua rede de sociabilidades. No entanto, o dizer não pode ser tomado como algo inocente. Ele produz sentidos. Tais sentidos me interessam.

Neste capítulo pretendo apresentar o sujeito da pesquisa ao leitor discutindo a rede de sociabilidades da qual fazia parte, espaços de fala ocupados por ele, possíveis influências na formação de suas ideias de História. Não se trata de um mero capítulo descritivo, ao contrário, é parte fundamental para que o leitor possa situar nosso sujeito num tempo, num espaço e numa sociedade que influencia e que por ela é influenciado. No primeiro tópico procuro percorrer algumas informações sobre Nicodemos Araújo juntamente ao leitor, evidenciando aspectos que indiquem elementos da rede de contatos e sociabilidades que o mesmo construiu. Foi com o objetivo de entender a obra, que busquei pelo autor.

Em seguida, no segundo tópico, continuo a observar os espaços de fala ocupados por Nicodemos Araújo. Foco, entretanto, num meio de comunicação de forte influência no final do século XIX e no início do século XX, o jornal impresso. Exemplares do quinzenário O Acaraú publicado na primeira metade da década de 1950 me ajudam a pensar um Nicodemos Araújo jornalista, redator chefe de jornais locais que circularam como instrumentos propagadores dos interesses de determinados grupos sociais e políticos. Um sujeito que faz das folhas amarelas do jornal, lugar de projeção de si, de outros, dos seus e daquilo que defendia ou, ao menos, queria que outros acreditassem que defendia. Na análise evidencio tensões no discurso do autor.

No terceiro tópico pensei possíveis leituras de Nicodemos Araújo. Analisei as obras *Almofala* e *Notas de Viagens* de Antônio Tomás e Antônio Bezerra, respectivamente, discutindo possíveis influências destas obras sobre as ideias de História apresentadas por Nicodemos Araújo em suas obras.

2.1 A GREGOS E TROIANOS: A CONSTITUIÇÃO DE UMA REDE DE SOCIABILIDADES

Manoel Nicodemos Araújo morreu em 1999. Seu neto, Dimas Carvalho, assim poetizou sua partida:

Os pássaros remotos se calaram
E a sombra do silêncio se estendeu
Sobre a Planície toda – aconteceu
Que as lâmpadas do vale se apagaram.
(CARVALHO, 2014, p. 14)

As lâmpadas do vale (O Vale do Acaraú) se apagaram. O mesmo vale cantado em poesia e narrado em história por Nicodemos Araújo. Ele que vivera toda sua vida nestas terras banhadas pelo rio Acaraú, agora parece viver em memória, lembrado através de um conjunto de práticas, lugares e representações que legitimam a ele e a sua visão sobre o passado ainda nos dias atuais: a biblioteca municipal de Acaraú com seu nome e com um espaço especial dedicado às suas obras; a rua cujo nome o homenageia; o evento promovido pela Secretaria da Cultura e Turismo do Município de Acaraú, que distribuiu até o ano de 2012 o troféu Nicodemos Araújo de contribuição cultural aos destaques locais no âmbito da cultura e educação; além dos muitos espaços de amplo acesso como blogs, sites e livros cujas menções à história local acompanham sempre as citações do autor.

Chamava-se Manoel Nicodemos Araújo. Nascera em 1905, em Santa Cruz, um povoado do município de Acaraú, há 240 km de Fortaleza, capital do Ceará. Vivera ali até os vinte e nove anos, quando fixou residência em Acaraú. E nesta, na cidade banhada pelo rio que lhe deu nome, passou toda sua vida. Neste lugar Nicodemos Araújo foi, gradativamente, se transformando no “Historiador da Ribeira do Acaraú”. Fora caixeiro, oficial de registro civil, vereador (ainda em Santa Cruz), fundou e escreveu para jornais locais, secretário da Prefeitura Municipal de Acaraú, prefeito interino, delegado censitário, inspetor escolar, poeta e “historiador”. Embora se apresente como “apenas o modesto agente de estatística do município de Acaraú”, dizendo estar “satisfeito e feliz, porque não tenho vícios e nem dívidas, vivendo em paz com a minha consciência e com o meu povo [...]”⁵ sua existência no “microcosmo”⁶ acarauense não pode ser menosprezada.

Nicodemos Araújo não foi apenas o modesto agente de estatística de Acaraú. Foi sujeito ativo e soube agenciar posições de fala e intervenção na história dos municípios do

⁵ Fragmento exposto em carta trocada com Antônio Dias Macedo.

⁶ Ver o Queijo e os vermes de Carlo Ginzburg.

Baixo Acaraú, sobretudo Acaraú. Embora ele se apresente e seja apresentado apenas como mais um sujeito modesto, vivendo sua vida simples e harmoniosa, sem grandes questões, ao desenvolver funções públicas, escrever, coordenar a redação de um jornal, assumir cargos públicos e políticos, o autor acaba inserindo-se em teias de relações complexas que exigiram dele determinadas posturas.

Segundo Certeau (2013) discorrendo sobre a operação historiográfica em *A Escrita da História*, não há nada, nem considerações, nem leituras que possam eliminar a “particularidade” do lugar de onde se fala e se realiza o trabalho de pesquisa. O autor estimula a pensar a História como uma operação, como uma relação entre lugar, procedimentos de análise e a construção de um texto. (CERTEAU, 2013, p. 46) O historiador refere-se a um espaço de produção específico que é Academia, regido por normas específicas. Nicodemos Araújo não frequentou este espaço. Frequentou o espaço formal da escola por apenas 13 meses, dando à imprensa mérito em sua formação:

E devo ao vasto campo da imprensa o meu modesto desenvolvimento intelectual. Efetivamente, não dispondo de recursos para aquisição de livros, e vivendo em um meio acanhado, longe dos centros adiantados, tive de recorrer a jornais que ali chegavam e que generosamente me eram emprestados, em os quais fui adquirindo conhecimentos gerais (...) ⁷

Analiso, neste trabalho, a produção historiográfica de Nicodemos Araújo “enquanto atividade humana”, “enquanto prática” possível de ser apropriada e estudada. Se o historiador formado na academia tende a moldar sua escrita a partir de um conjunto de normas decididas pelos cânones acadêmicos, Nicodemos Araújo também o faz tendo como instrumento definidor de sua escrita às experiências adquiridas com o mundo letrado e o contato mantido com aqueles que se inseriam ou já estavam inseridos neste meio.

A história enquanto disciplina, organiza-se institucionalmente. A esta se voltam os interesses da prática historiográfica. Questões relacionadas a métodos, fontes e concepções são pensadas a partir dos interesses dessa instituição. Embora de forma não tão explícita, uma série de regras é seguida por aqueles que fazem parte e/ou querem ser aceitos nela. Assim, de acordo com Certeau (2013), a prática da pesquisa e produção discursiva de seus resultados insere-se em um lugar, um lugar social.

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os

⁷ A autobiografia de Nicodemos Araújo não chegou a ser publicada e foi cedida a mim por seu neto Dimas Carvalho.

documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam (CERTEAU, 2013, p. 47).

No caso da análise feita sobre Nicodemos Araújo, penso o lugar social não como a Academia, instituição de como se deve escrever história. O autor não possui formação acadêmica em História ou áreas afins, mas como o próprio Certeau (2013, p. 47) pontua, exerceu “uma profissão liberal, um posto de observação e ou de ensino, uma categoria de letrados”. Foi jornalista, inspetor escolar, membro correspondente da Academia Sobralense de Estudos e Letras. As experiências adquiridas nestes espaços e nestas funções constituem as bases de seu lugar social. Assim, deter-me-ei aos elementos que constituem este lugar: seus pares e suas posições sociais, os meios de contato estabelecidos com estes pares, os jogos retóricos utilizados para criar e manter tais relações.

O fragmento de texto abaixo, escrito pelo padre Valderi da Rocha⁸, pároco de Cruz, foi extraído da apresentação da obra *O município de Cruz*, de 1989.

O autor recolhe, como perspicaz pesquisador, todas as ocorrências principais que fazem a história dos habitantes do recém-criado Município de Cruz, levando sua busca aos primórdios da civilização aqui implantada, adentrando-se nos meandros da sua formação cultural, política, religiosa, educacional, econômica e social e estendendo-se até a descrição dos fatos relacionados com a hoje nacionalmente conhecida enseada de Jericoacoara. Não contente com tão extenuante tarefa, qual semeador, vai plantando nos seus leitores sementes de otimismo, de amor à terra comum e, quando faz necessário, de paz. Historiador, ele faz o passado influir no futuro. Inteligente, metódico, arguto, ele sabe que a história é a mestra da vida; e entendê-la é condição indispensável para um caminhar seguro em busca do desenvolvimento de qualquer comunidade humana. [...]

Cruz, maio de 1989.

Pe. Valdery da Rocha

(ARAÚJO, 1989, p. 15)

No escrito do vigário de Cruz, além de todos os adjetivos atribuídos a Nicodemos Araújo – O Historiador, a frase: “vai plantando nos seus leitores sementes de otimismo, de amor à terra comum e, quando faz necessário, de paz”, sugere que o padre enxerga na escrita do autor características de uma escrita conciliatória, fazendo referência à falta de menção, por parte de Nicodemos Araújo, do processo conflituoso em torno da emancipação de Cruz.

O caráter conflituoso deste evento histórico é indicado pelas reportagens publicadas em periódicos da época do ocorrido como os jornais regionais *O Diário do Nordeste*, *O povo*, *Tribuna do Ceará* e o *Correio da Semana*. Tais reportagens sugerem que ao contrário do que o discurso de Nicodemos Araújo narra, o município de Cruz tem origens

⁸ Manoel Valderi da Rocha nasceu em Morrinhos, município cearense localizado a 206 km da capital. Pároco de Cruz desde 1964, atuou fortemente no movimento pró-emancipação deste. Foi amigo de Nicodemos Araújo e prefaciou sua obra sobre o município de Cruz.

bastante conflituosas, dentre elas: “Parte dos políticos de Acaraú se diz contra emancipação”⁹, “Criação de mais municípios pode prejudicar Ceará”¹⁰, “Politicagem não vai interferir nas vagas dos ‘bolsões’ em Acaraú”¹¹, “Acaraú tem clima tenso com sua rádio quebrada”¹², “Cinco distritos fazem plebiscito por autonomia. Em três, a votação foi tranquila, mas em Cruz e Itarema houve atrito”¹³, “Plebiscito acaba a vida normal dos acarauenses”¹⁴, “Vice-prefeito de Acaraú faz sua defesa e processa padre”¹⁵, “Prefeito denuncia fraude nos plebiscito do dia 8”¹⁶, “Cruz, ex-distrito de Acaraú, o mais novo município do Ce.”¹⁷, “Criação de município teve ampla repercussão”¹⁸, “Desmembramento de Acaraú é medida inconstitucional”¹⁹, “Continuam os protestos contra emancipação de Cruz e Itarema”²⁰.

As manchetes²¹ referem-se a campanha de emancipação de Cruz e sugerem um clima bastante tenso diante dessa possibilidade de desmembramento. Termos e frases como “contra”, “clima tenso”, “houve atrito”, “acaba com a vida normal”, “denuncia fraude”, “medida inconstitucional” “protestos” indicam o processo não ocorreu de forma harmoniosa.

Com relação ao plebiscito que decidiria se Cruz viraria município ou não, afirma Nicodemos Araújo que teria ocorrido dentro da “normalidade esperada”. Na concepção do padre, Nicodemos é pacificador por organizar narrativamente esses episódios de forma a não enaltecer tensões entre as duas populações vizinhas.

Sua escrita é marcadamente conciliatória²². Até que ponto isto é resultado das influências de um tipo de escrita da época, da própria personalidade do autor (tida como humilde e pacífica) e/ ou da rede de contatos da qual Nicodemos Araújo fazia parte? Ora, o discurso historiográfico institui práticas, enquadra uma memória e legitima sujeitos.

Burke (2000) lembra que são os grupos sociais que definem o que é memorável. Tanto a história quanto a memória não são mais vistas como ingênuas:

⁹ Diário do Nordeste, Fortaleza-Ce, sexta-feira, 09 de setembro de 1983.

¹⁰ Diário do Nordeste, Fortaleza-Ce, segunda-feira, 03 de outubro de 1983.

¹¹ Diário do Nordeste, Fortaleza-Ce, sexta-feira, 02 de dezembro de 1983.

¹² Diário do Nordeste, Fortaleza-Ce, domingo, 08 de janeiro de 1984.

¹³ Diário do Nordeste, Fortaleza-Ce, segunda-feira, 09 de janeiro de 1984.

¹⁴ Diário do Nordeste, Fortaleza-Ce, terça-feira, 10 de janeiro de 1984.

¹⁵ Diário do Nordeste, Fortaleza-Ce, quinta-feira, 18 de janeiro de 1984.

¹⁶ O Povo, Fortaleza-Ce, sexta-feira, 19 de janeiro de 1984.

¹⁷ O Povo, Fortaleza-Ce, quinta-feira, 17 de maio de 1984.

¹⁸ Tribuna do Ceará, sexta-feira, 18 de maio de 1984.

¹⁹ O Povo, Fortaleza-Ce, domingo, 20 de maio de 1984.

²⁰ Diário do Nordeste, Fortaleza-Ce, sexta-feira, 25 de maio de 1984.

²¹ As reportagem foram extraída de um livro organizado pela Secretaria da Cruz de Cruz em 2012. A obra é uma compilação de documentos sobre a emancipação do município.

²² A afirmação baseia-se na análise das obras e na percepção de que processos como os das emancipações de municípios como Cruz, Bela Cruz e Itarema, antes pertencentes ao Acaraú, forma pacificados na escrita de Nicodemos Araújo.

Nos dois casos, os historiadores aprendem a levar em conta a seleção consciente ou inconsciente, interpretação e a distorção. Nos dois casos, passam a ver o processo de seleção, interpretação e distorção como condicionado, ou pelo menos influenciado, por grupos sociais. Não é obra de indivíduos isolados (BURKE, 2000, p. 70).

Em trecho do livro *Município de Acaraú*, de 1971, em texto sobre os vigários de Acaraú, Nicodemos Araújo dá destaque, dentre outros, ao Padre Xavier, deputado pela Assembleia Provincial e pároco de Acaraú de 1838 a 1892. Nas palavras do autor:

E foi assim que êle representou o tipo do pároco de que nos fala José Bonifácio de Sousa, em seu notável trabalho intitulado *Quixadá*: - “Enquanto coronéis e chefes políticos encheram de prepotência e desarmonia largo período histórico, os antigos Vigários colados, entregavam-se à faina obscura, porém, benfazeja, da formação moral do povo, seus triunfos sobre as vicissitudes e contradições surgidas em sua trajetória”. Temos que esclarecer, no entanto, que a formação do povo acarauense não se processou com chefes políticos prepotentes, que aqui nunca existiram, mercê de Deus. Relativamente ao vicariato do imortal acarauense Pe. Antônio Tomás, damos a palavra [...] (ARAÚJO, 1971, p. 110).

Atente o leitor para o fato de que Nicodemos Araújo abre uma exceção para os governantes de Acaraú. “Estes nunca foram prepotentes, Aliás, chefes políticos prepotentes ali nunca existiram”. Sem mais afirmações que justifiquem a defesa dos chefes políticos acarauenses o autor segue focando outro padre em sua narrativa.

Escrever história, uma história consagrada como oficial é enquadrar uma memória, é construir um passado. Tal passado é moldado, consciente ou inconscientemente, de acordo com as seleções, omissões e exaltações daquele que consegue se posicionar como porta voz dessa história.

O trecho abaixo constitui parte da obra *Município de Bela Cruz*, de 1987. Nele Nicodemos Araújo discorre sobre a emancipação do município de Acaraú, do qual era distrito.

Mesmo com a aprovação da Câmara, uma boa parte da população de Acaraú estava descontente com a perda do quinhão de terra destinado ao então futuro município de Bela Cruz. Então, sob o título “A razão de Bela Cruz”, escrevemos, no jornal O ACARAÚ, três artigos sucessivos, em linguagem serena e conciliatória, tentando mostrar o direito que assistia ao povo de Acaraú, procurando defender a integridade do território de seu município, e a razão, mais justa ainda, da população de Bela Cruz, reconhecendo seu distrito em condições de elevar-se à unidade autônoma do Estado. Sucede que a comunidade belacruzense contava, também, com a boa vontade de um seu eminente filho, que era o Cel. Manoel Duca da Silveira, que então ocupava o cargo de Prefeito de Acaraú. Estávamos, então, no cargo de Secretário da Prefeitura, e podemos constatar o quanto a atitude daquele saudoso filho de Bela Cruz contribuiu, para acalmar os ânimos mais exaltados, naquela conjuntura (ARAÚJO, 1987, p. 52).

O autor pontua que quando o fato narrado por ele acontecia, ocupava o cargo de Secretário da Prefeitura, cargo assumido em 1936. A informação é usada como argumento para dar credibilidade à outra, a de que o prefeito, Manoel Duca da Silveira, fez o possível para acalmar os ânimos perante a discórdia. Ele, Nicodemos Araújo, esteve lá e pôde

constatar. Vejamos que o autor afirma estarem com a razão ambos os lados. Acaraú, por querer defender seu território, e Bela Cruz, também, por ver mais motivos para sua integração junto à Acaraú. O autor é bela-cruzense, porém mora em Acaraú e ocupa neste um cargo público ligado diretamente ao prefeito. Nicodemos Araújo, ocupando o cargo de secretário da prefeitura, parece querer agradar a gregos e troianos. Como já pontuei, uma escrita conciliatória. E, sobretudo, legitimadora de determinados sujeitos.

Em outro trecho da mesma obra, Nicodemos Araújo se refere à mudança no nome da povoação onde nascera.

Ao registrarmos algumas notas aqui, demos àquela povoação o nome de Bela Cruz. Entretanto, somente em 1938 o topônimo Santa Cruz foi substituído pelo de Bela Cruz, por força da lei Federal de 2 de março daquele ano, firmada pelo Presidente Getúlio Vargas. Para nós é muito gratificante informar que essa nova denominação foi dada por sugestão nossa, na impossibilidade de aquela terra querida continuar com o primitivo nome de Santa Cruz, como desejamos (ARAÚJO, 1987, p. 50).

Teria o autor sugerido um nome para a povoação em substituição ao antigo. Nome aceito. Certamente nosso autor usufruía de espaços, enquanto Secretário da prefeitura e nativo do lugar, que o permitiam interferir em decisões como essa.

Compreendo que as fontes, numa pesquisa histórica, determinem o rumo da pesquisa. Mas observando que somente as obras de caráter historiográfico não seriam suficientes para alcançar a teia social na qual Nicodemos Araújo inseria-se, guiada pelo objetivo de compreender esse sujeito, historiador autodidata, do Baixo Acaraú, possuindo outras fontes, fiz uso delas. Tratam-se de correspondências ativas e passivas trocadas entre Nicodemos Araújo²³ e variados sujeitos que constituíam seu círculo de amizades.

A opção por esta documentação não se apoia em uma noção de verdade factual. A verdade, neste caso, “não mais unitária, mas sem prejuízo de solidez, passa a ser pensada em sentido plural, como são plurais as vidas individuais, como é plural e diferenciada a memória que registra os acontecimentos da vida” (GOMES, 2004, p. 14).

Segundo Gomes (2004, p. 15), este tipo de documentação, que se assenta na ideia de verdade como sinceridade, uma documentação de produção do “eu” exige “deslocamentos nos procedimentos de críticas às fontes históricas. O efeito de verdade, pensado como sinceridade pode levar o historiador a achar que encontrou a verdade sobre alguém ou algo. Neste como em outras fontes históricas não é possível chegar a exatidão dos fatos. As escritas de si revelam, na verdade, a fabricação de “uma verdade”, “sua” verdade, pelo autor.

²³ As cartas foram publicadas na obra *O carpinteiro das letras: perfil bibliográfico de Nicodemos Araújo de Vicente de Freitas*.

Conforme Gomes (2004, p. 21), o discurso emitido neste gênero, a carta, carrega também o cuidado na definição e desenvolvimento de relações pessoais. Nela é possível encontrar a combinação entre o que vem “cotidiano/ordinário com o que vem do maravilhoso/extraordinário. De toda forma, é um espaço preferencial para a construção de redes e vínculos que possibilitam a conquista e a manutenção de posições sociais, profissionais e afetivas.”

Algumas das correspondências de Nicodemos Araújo indicam com quais sujeitos e com base em quais interesses estas relações se estabelecem. Um conjunto de favores, alguns trocados, de ordem política, social e afetiva vai sendo mostrado, revelando como nosso sujeito vai se tornando o “poeta e historiador do Baixo Acaraú”.

Em carta destinada ao amigo poeta acarauense José Rodrigues Fontenele²⁴, o Dedeck, residente em Fortaleza, Nicodemos Araújo escreve:

Acaraú, 17 de setembro de 1940

Prezado amigo, Dedeck:

Confirmo minha última carta, sobre Feira de Amostras e Aviões da Condor. Conforme *ameacei* em a referida missiva, estou enviando, pelo nosso amigo Manoel Rocha, dois exemplares do meu despretenso trabalho sobre nosso querido Acaraú. Um para você, e o outro, encareço-lhe mandar entregar no “O POVO”.

Peço-lhe ainda, a nímia fineza de expender, pela imprensa dessa Capital, o seu abalizado parecer sobre a modesta publicação, assim como, intervir junto aos redatores do “O POVO”, afim de que seja noticiada a preciosa oferta. Creia que não é cabotinismo; é precisão de vender o livro. Bem sei que a obra é mais do que modesta, porém, você sabe igualmente das dificuldades por que, entre nós, tem de passar, aquele que se aventure a compilar e publicar apontamentos sobre a história de uma cidade atrasada como a nossa e cujas cousas estejam tão mal cuidadas, *historicamente falando*. E quando esse aquele é um eu...

E é por isso que, convicto de que o ilustre amigo não recusará atenção ao meu pedido, afirmo-me com a estima e o apreço de sempre. Seu am^o muito atencioso e grato:

Nicodemos Araújo.

(ARAÚJO, N. Carta, 17 set. 1940, Acaraú. FONTELES, Fortaleza. 1f.).

O autor faz claramente uso de recursos retóricos ao afirmar não ter pretensão alguma ao escrever, utilizando-se desses mesmos recursos para deixar subentendido a precisão de vender o livro e noticiá-lo. O autor solicita ao amigo que entregue uma das obras ao jornal O povo. E que noticie a publicação da obra, sobretudo, porque “precisa” vender o livro. O retorno financeiro da venda de uma obra histórica é relativamente baixo. Mais do que um retorno financeiro, ele busca, ao solicitar apresentação do livro num jornal de circulação na capital dar-lhe visibilidade, visibilidade esta que se estende conseqüentemente a si próprio. Nicodemos Araújo não considera sua obra tão modesta, sabe-se que o fosse não conseguiria fazê-la ser aceita. Coloca-se como aquele que cuidaria da cidade atrasada do ponto vista

²⁴ Com José Fontenele e João Ramos Nicodemos fundou o jornal social “Helianto” que circulou apenas uma vez em 21 de junho de 1936 em Acaraú.

histórico. Ao pontuar que “as cousas estejam tão malcuidadas, *historicamente falando*” revela certo sentimento de missão não só de escrever, mas de, sobretudo, revela-la, de mostrá-la. Não bastava que o acarauense tivesse acesso a esta produção, era preciso levar as coisas do Acaraú para o povo letrado da capital.

Abaixo, na carta endereçada ao amigo João Ramos²⁵:

Acaraú, 6 de outubro de 1946
 Prezado amigo João Ramos
 O meu afetuoso abraço
 Era meu desejo ir até aí, o que não faço por motivo superior à minha vontade. Pretendo mandar editar um pequeno livro de poesias, tomo a liberdade de enviar-lhe o manuscrito respectivo, pedindo-lhe a fineza de informar da empresa que lhe agrada, por quanto sairá uma edição de 200 exemplares, de 100 páginas, colocadas as produções tal qual estão no manuscrito. O pagamento será feito à vista e o papel poderá ser “jornal” nº 1, isto é, mais ou menos igual ao do livro do dr. Carlylle, que estou remetendo junto, e formato 16 cm folha.
 Bem sei que este negócio vai roubar muito o seu precioso tempo, porém, já acostumei-me a importuná-lo, e mesmo não tenho jeito. Ponha paciência.
 Os versos sei também que são ruins, mas não sei fazer melhor, e cada doido tem sua mania... Quero despendar um pouco de dinheiro com aquilo de que gosto e que aspiro. Até certo ponto, tenho razão.
 Deixei de procurar “padrinho” para minhas modestas produções, porque sabia de antemão, que ninguém se daria ao trabalho de paraninfar coisas tão baratas. Assim, vão sair mesmo pagão.
 Você e d. Dinorá, como qualquer pessoa sensata, ao ler esses pobres versos, dirão que será requintada loucura apresentar ao público tal mediocridade. No entanto eu espero que você escolherá entre os versos que ora envio, os menos ruins, para publicação.
 Saberei agradecer a atenção que este meu pedido viver a merecer do prezado amigo, a quem envio um grande e afetuoso abraço.
 Nicodemos Araújo.
 (ARAÚJO, N. Carta, 6 out. 1946, Acaraú. RAMOS, R. Sobral. 1f.).

Em meio a mais recursos retóricos o autor evidencia interesse em ganhar dinheiro com a produção escrita e afirma não mais procurar financiadores para o projeto.

D. Dinorá a quem Nicodemos Araújo se refere, é Dinorá Tomás Ramos, esposa do destinatário da correspondência, poetisa e professora, mas também sobrinha de Pe. Antônio Tomas, vigário durante trinta anos na comarca de Acaraú e cujos escritos teriam influenciado nosso personagem. Escreve ele: “Devo dizer, e o faço com vero contentamento, que a maravilhosa musa do imortal Padre Antônio Tomás teve marcante influência em minha formação poética, se assim posso me expressar” (ARAÚJO, p.7). O padre acarauense ficou conhecido na região como o Príncipe dos Poetas Cearenses, por ter sido eleito num pleito realizado pela revista Ceará Ilustrado, em 1925. Dinorah Ramos e o esposo viviam em Sobral, ambos membros da Academia Sobralense de Estudo e Letras – ASEL. Da qual Nicodemos Araújo fez parte, inclusive com indicação dos dois amigos. Chamo ainda a atenção novamente

²⁵ João Ribeiro Ramos foi um jornalista formado em farmácia e odontologia. Fundou a Associação Cearense de Imprensa e a Ordem dos Jornalistas do Brasil (RJ). Cidadão honorário de Sobral e Acaraú.

do leitor para o trecho da carta em que Nicodemos Araújo afirma querer “despender um pouco de dinheiro com aquilo de que gosto e que aspiro.” Nicodemos Araújo almeja ganhar um com a escrita porque gosta, e também com o que aspira. Aspira escrever. Aspira ser escritor.

Em carta enviada à sobrinha de Padre Antônio Tomás, pode-se inferir que não somente os amigos de Sobral faziam-lhe favores, mas Nicodemos Araújo também estava a postos quando precisavam:

Acaraú, 15 de novembro de 1950

Dona Dinorá

Pelo meu distinto amigo e colega, Mário da Silva Baima, estou enviando, inclusa, a importância de três mil trezentos e cinquenta cruzeiros, produto da venda dos sessenta e oito exemplares de seu belíssimo livro intitulado “Padre Antônio Tomaz. [...]

Nicodemos Araújo.

(ARAÚJO, N. Carta, 15 nov. 1950, Acaraú. RAMOS, D. Sobral. 1f.).

Em que isso interessa? Nicodemos Araújo fez uso de uma rede de contatos, sobretudo por meio da troca de correspondências e da imprensa para inserir-se dentro do grupo de homens letrados da Região. Essa troca de correspondência pode indicar também como ocorria a distribuição e circulação destas obras.

Em resposta à carta enviada por Nicodemos Araújo, João Ramos lhe dirige as seguintes palavras:

Sobral, 22 de Novembro de 1946.

Meu caro Nicodemos:

[...] Li e gostei muito do seu estro. Há no novo livro muita coisa bonita digna de ser subscrita por qualquer poeta de raça... Como já lhe mandei dizer por telegrama, contratei a impressão do seu livro na empresa do “Correio da Semana” a única que prometeu dar começo ao trabalho no próximo mês de dezembro. Há uma outra tipografia que poderia fazer um trabalho talvez melhor porém esta não poderia fazê-lo tão cedo. Há pouco recebi a sua segunda carta e mais a quantia de mil e duzentos cruzeiros, para pagamento da impressão do livro. Por telegrama acusei ao compadre José Viana a recepção desta importância. Outro dia vieram deixar aqui um peru. Muito obrigado por esta atenção. Você é sempre o mesmo amigo boníssimo e gentil. Um grande coração a espalhar favores entre todos aqueles que dele se aproximam. [...]

Afetuosamente, Ribeiro Ramos.

(RAMOS, R. Carta, 22 nov. 1946, Sobral. ARAÚJO, N. Sobral. 1f.).

Nicodemos Araújo, não escreve sem referências, busca o olhar daqueles que já vivem nos círculos mais letrados, faz uso desta amizade, publica, e pede a avaliação de sua obra.

Na carta abaixo, mais possibilidades de divulgação:

Acaraú, 20 de março de 1947

Ilustre amigo, dr. Antônio Dias Macedo

O meu sincero abraço.

Procurando roubar alguns minutos ao seu precioso tempo, todo ele devotado aos interesses da Nação, estou lhe enviando, alguns exemplares de minha última publicação, - um pequeno folheto intitulado “vozes da alma”, contendo quarenta poesias.

Remetendo-lhe os meus desprezíveis opúsculos, o faço somente para recordar ao grande amigo, o tempo em que você residia em Camocim, e eu, na povoação de Santa Cruz. Os bons tempos da “liga da Boa Imprensa” e do “Camocim jornal”. Naquela época você era apenas o distinto e inteligente jovem Toíño Macedo. E hoje, decorridas apenas duas décadas, é você o sr.dr. Antônio Dias Macedo, DD. Delegado fiscal do Tesouro Nacional, no grande Estado da Bahia. Entretanto, a muito mais disto fazem jús o seu talento e suas excelentes qualidades de coração e espírito. E eu, cá deste recanto querido do velho “Rio das Garças”, elevo a Deus os mais fervorosos votos por que você continue a sua jornada ascensional. Quanto a mim, sou apenas o modesto agente de Estatística do município de Acaraú. Todavia, estou satisfeito e feliz, porque não tenho vícios e nem dívidas, vivendo em paz com a minha consciência e com o meu povo. Trabalho muito, porém, ainda me sobra tempo para *fabricar* versos ruins, como os que lhe envio agora.

Bem, meu distinto amigo, vão três livro, sendo um para você, com respectiva dedicatória, e dois para você oferecer à imprensa e a um poeta dessa grande cidade, à sua escolha. [...]

Nicodemos Araújo.

(ARAÚJO, N. Carta, 20 mar. 1947, Acaraú. MACEDO, D. Bahia. 1f).

Aqui Nicodemos Araújo se corresponde com o amigo de longa data que agora se tornara “doutor” ocupando o cargo de Delegado Fiscal do Tesouro Nacional na Bahia. Não deixa, entretanto, de, mesmo passado os vinte anos, lembrar ao destinatário as histórias compartilhadas juntos e evidencia, enfim, o interesse de que a História de Acaraú chegue à imprensa baiana. Como nas demais correspondências Nicodemos Araújo deixa claro que as práticas de escrita por ele realizadas são desprezíveis, no entanto, mais uma vez pede que o amigo leve seus registros à imprensa. É contraditório pensar que alguém que não tenha pretensões com relação ao que escreve solicite a divulgação de seus escritos num espaço de ampla visibilidade e num local distante de onde os escritos foram produzidos.

De 1936 a 1946 Nicodemos Araújo ocupou funções administrativas na Prefeitura municipal de Acaraú. Durante este tempo foi por duas vezes prefeito interino. Durante vinte e dois anos exerceu funções no IBGE. Por três anos acumulou as duas funções.

O “modesto agente de Estatística do município de Acaraú”, depois chefe da Agência e em seguida delegado da mesma é “convidado” por Waldery Uchoa, Técnico da Inspetoria Regional de Estatística, Órgão ligado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – e candidato a deputado Estadual nas eleições de 1947²⁶, a arrumar-lhe alguns votos.

Fortaleza, Natal de 1946.

Prezado amigo Nicodemos: Antes de mais nada desejo-lhe um feliz e prospero ano novo. Remeto-lhe 100 chapas minhas, Nicodemos. Estou seguramente informado de que se você me entender de me dar 100 votos, dá-los-á. Sei que há um distrito no

²⁶ Em 1947 duas eleições ocorreram. Uma em 19 janeiro, para escolha do governador, senador, suplentes de senadores e deputados estaduais. Outra ocorreu em 7 dezembro, para escolha de prefeitos e vereadores. Waldery Uchoa venceu as eleições com 3.044 votos. Para prefeito municipal é eleito Manuel Duca da Silveira.

seu município onde você pesa um pouquinho na balança, apesar de não se meter diretamente. Ora, meu caro amigo, quem bate agora a sua porta sou eu, desejando-lhe encontra-la aberta como sempre encontrou você e todos os colegas da estatística, aberto meu coração. Por uma própria formação moral minha, pessoal, só faço o bem em minha vida. Não poderá você jamais imaginar o que tenho sido para vocês aqui. Cordialmente, comunico-lhe que virá um aumento para você lá para os fins de janeiro vindouro. Ora, voltando ao assunto, você pode mandar seus parentes votar no Faustino e no Távora, pois sei ser você brigadeirista, e mandar votar para deputado em mim. Será que não mereço? Pense e veja que deste seu auxílio valiosíssimo poderá depender a minha vitória. Nicodemos, coloque o coração acima da política, seja generoso para comigo. Veja que sou um político diferente. Se eleito irei trabalhar para vocês mesmo, pois um dos meus primeiros projetos será a criação de agências distritais. Veja com a consciência se deve ou não dar-me 100 votos. Deixo tudo entregue a sua formação moral que conheço de perto e sei não será traída. Confio na sua ação e na sua generosidade auxiliando agora aquele que fez tanta propaganda da sua pessoa e do seu nome a ponto de ser convidado para ser diretor de uma agência modelo. Nicodemos, creio em você. Desejo receber um telegrama seu sobre o assunto.

Um abraço

Waldery Uchoa.

(UCHOA, W. Carta, 25 dez. 1946, Fortaleza. LOILA, S. Acaraú 1f.).

O remetente faz menção a Santa Cruz do Acaraú, distrito onde Nicodemos Araújo nascera e representou politicamente como vereador eleito em 1929. A frase “pesa um pouquinho na balança apesar de não se meter diretamente” sugere que Nicodemos Araújo não expunha explicitamente suas posições políticas, porém tinha influência sobre o eleitorado. O anseio pelos votos leva Waldery Uchoa a prometer um aumento de salário ao autor, além de se colocar como responsável pelo cargo ocupado por Nicodemos Araújo naquele momento. Claramente, o remetente cobra favores que diz ter prestado ao autor.

Ao passo que Nicodemos Araújo responde:

Acaraú, 5 de janeiro de 1947.

Ilustre amigo Waldery Uchoa:

Sinceros cumprimentos,

Tenho em mãos duas prezadas cartas suas, acompanhadas de 60 e 100 chapas, respectivamente. Deixei de telegrafar sobre o assunto, como era seu desejo, em virtude de precisar dar –lhe algumas explicações mais detalhadas relativamente ao caso em apreço.

Quem lhe informou que existe neste município um distrito em que eu peso na balança eleitoral, esqueceu, certamente, de adiantar que há 13 anos retirei-me deste distrito, vindo residir nesta cidade, e que, desde então, nunca mais exerci qualquer atividade político-partidária no mesmo distrito, ou em qualquer ponto desta comuna. Destarte, é bem de ver que meu peso eleitoral está reduzido à cousa nenhuma.

Acresce, ainda, que minha família está dividida entre o partido do dr. Manoel Gomes Sales e o do sr. José Filomeno Ferreira Gomes, ambos candidatos à deputados estadual. Logo, está patente que bem pouco poderei fazer em seu favor, como era meu desejo. O ilustre amigo não ignora que o eleitorado do interior não é livre, independente, como o da capital. Aqui, cada eleitor alista-se com seu chefe que paga as despesas de sua qualificação, ficando, assim, com quase absoluto direito sobre ele. E aquele que se aventurar à missão ingrata de *furar chapas*, incorrerá fatalmente no desagrado dos donos dos eleitores, arriscando-se, ainda, a *desafetar-se* com os mesmos.

Ora, eu, primeiramente, não tenho jeito para furar chapas, serviço que nunca executei; segundo, não quero e nem devo ficar mal visto por este ou por aquele, o que, de qualquer modo, dificultaria o exercício de minhas atividades como agente de Estatística. Nestas condições, quero com pesar, dizer ao ilustre amigo, com a

lealdade que caracteriza todos os meus atos, que não poderei fazer pela sua candidatura nada mais além da promessa constante de minha carta de 12 de agosto do ano p. passado.

Esperando que o distinto amigo, espírito reto, consciência justa e inteligência arguta e brilhante, como é, saberá compreender a minha atitude e relevar a falta que porventura exista em minha conduta sobre o caso. Disponha do pequeno amigo e grande admirador

Nicodemos Araújo.

(ARAÚJO, N. Carta, 5 jan. 1947, Acaraú. UCHOA, W. Fortaleza. 1f.).

Nicodemos Araújo afirma não ter influência sobre o eleitorado de Santa Cruz, diz que “falta jeito” para furar chapas, se indispor com esse ou aquele poderia atrapalhar a execução de suas atividades. Ele denuncia, na correspondência, um conjunto de práticas ligadas ao mandonismo e ao clientelismo nos interiores cearenses. Os chefes políticos ao exercerem “quase absoluto direito”, sobre os eleitores não estariam também sendo prepotentes? Aqui Nicodemos Araújo parece afirmar o que mais tarde vai contradizer em O município de Acaraú, 1971: “Estes nunca foram prepotentes, Aliás, chefes políticos prepotentes ali nunca existiram”.

Assim, a fala de Nicodemos Araújo não somente expõe práticas que revelam as relações de poder a nível local no final da década de 1940, mas, sobretudo, revela como se insere nelas. Não se envolver é também uma forma de atuar. E essa forma de atuação pode ter sido escolhida diante da necessidade de preservação da posição que ocupa.

Ler as obras sobre a história dos municípios do Baixo Acaraú é ter acesso à uma escrita predominantemente cristã. Nicodemos Araújo não apenas discorre sobre a forte presença da igreja católica na formação dos municípios sobre os quais escreve, mas se revela um cristão em constante missão:

Tendo em uma das mãos a Cruz de Cristo e na outra a Sagrada Escritura, o coração cheio de bondade e a alma cheia de fé, eles embrenhavam-se em nossas selvas, à procura do índio bravo e traiçoeiro.

Entretanto, o sangue por eles derramado, em solo brasileiro, nessa batalha gloriosa e santa, era uma prodigiosa sementeira de onde nasciam novos heróis para a luta; de onde brotavam novos operários para a empreitada de Cristo. E as tribos iam sendo visitadas, e novos seres humanos eram trazidos para a comunidade cristã, lavados nas águas lustrais do batismo (ARAÚJO, 1967, p. 41).

Alguns padres ganham elogiosos adjetivos:

O zelo incansável e os ingentes esforços empreendidos pelo Pe. Severiano para levar ao termo almejado tão importante melhoramento, são bem conhecidos do povo acarauense, não somente através das informações colhidas daqueles que os assistiram, mas também pelo conhecimento que temos da abnegação apostólica e do espírito de trabalho que fizeram da existência desse sacerdote ilustrado, tão virtuoso e tão bom, um modelo prefeito e admirável de santidade e patriotismo (ARAÚJO, 2005, p. 68).

Homens como Pe. Severiano, a quem Nicodemos Araújo, atribui, pelos serviços prestados à igreja, o título de “modelo perfeito e admirável de santidade e patriotismo”, ganham destaque em sua narrativa. Os esforços do padre Severiano na reforma da Matriz de Acaraú em 1902 não são diretamente narradas pelo autor. Após os elogios feitos ao vigário, Nicodemos Araújo apresenta duas atas, a primeira escrita pelo próprio padre Severiano, relatando os gastos com a reforma; e a segunda, datada de 1906, com o parecer de uma comissão escolhida pelo próprio padre para analisar as contas apresentadas por ele. No parecer, a comissão deixa um “voto de elogio e agradecimento ao dito Revmo. Pe. Severiano não só pela atividade, zelo, boa vontade e inexcedível dedicação com que se houve nos trabalhos em questão, como também pelos melhoramentos materiais, com que dotou esta localidade” (ARAÚJO, 2005. p. 71). A visão acerca do padre Severiano apresentada pela comissão e por Nicodemos Araújo é a mesma. Se o autor faz uso de outras fontes para comprovar o quão virtuoso e bom era o padre, não chega a registrar. O documento é apresentado como se falasse por si. A comissão afirma que os melhoramentos materiais não se dirigiram somente a igreja, mas a toda localidade. Fora esta citação, nada explica outras atitudes que revelariam o espírito de patriotismo do vigário anunciado pelo autor.

A religiosidade sempre esteve presente na vida e obra de Nicodemos Araújo. Católico desde cedo, fez parte de associações religiosas como a Irmandade do SS. Sacramento, Irmandade da N.S do Perpétuo Socorro. Afirma em sua autobiografia: “Voluntariamente nunca perdi uma missa aos domingos, quando sempre recebo a sagrada comunhão” (ARAÚJO. p. 11).

A imagem dada pela leitura de suas obras é a de que Nicodemos Araújo era um homem da igreja, fiel, e disposto a defender sempre os interesses desta. No entanto, uma carta enviada a Odécio Loiola Sampaio, pároco de Bela Cruz, sugere a existência de um Nicodemos Araújo que também se indispunha com os representantes desta:

Acaraú, 29 de abril de 1947

Revmo. Sr. Padre Odécio Loiola Sampaio.

Fiquei amargamente surpreendido e profundamente decepcionado, a seu respeito, ao ter conhecimento da impensada agressão que o sr. Vem de fazer à minha querida irmã Geralda Lopes Araújo, imputando-lhe, iniquamente, a autoria de uma carta anônima ridícula e malévola, e aplicando-lhe, conseqüentemente, um golpe moral tão profundo, que poderia tê-la morto, que poderá matá-la ainda.

Que foi feito de sua inteligência, de seu espírito de justiça, de sua caridade cristã? Nada apareceu. E o sr., com a prática desse ato cruel, revelou-se apenas, para surpresa minha, um homem tirano, grosseiro e ingrato.

Se o sr. fosse um homem mais experiente, teria destruído o vil papelucho que encontrou, desapontando, assim, seu diabólico autor que não voltaria mais à carga, vendo sem resultado seu plano infame. Era a melhor maneira de confundir o “fuxiqueiro” que a escrevera. Por que, afinal de contas, qual foi o resultado prático

desse inquérito que o sr. realizou tão cuidadosamente para errar lamentavelmente julgamento final? Apenas, um grande escândalo na sociedade local, [...]
(ACARAÚ, N. Carta, 29 abr. 1947, Acaraú. SAMPAIO, O. Bela Cruz. 1f.).

O autor toma a defesa da irmã diante do que afirma ser um julgamento errôneo feito pelo padre. Não me cabe julgar se estaria o autor com a razão, mas chamo atenção do leitor para as fragilidades, ainda que pequenas, na imagem construída sobre o autor de um homem unicamente pacífico, sem conflitos e sem desavenças.

Esse Nicodemos Araújo mais real, escondido por trás dos relatos historiográficos conciliatórios traz à tona as fragilidades destes relatos. Ora, o mesmo padre, Odécio Loiola Sampaio, é mencionado por Nicodemos Araújo na obra *Município de Bela Cruz*, de 1987. A ele o autor dá o mérito do empenho na recuperação da Matriz e na construção de capelas. Porém, diferente do que faz com padre Severiano, a abordagem não traz grandes elogios, sendo mais objetivo e direto.

Com a criação da paróquia de Bela Cruz, seu respectivo Vigário, Pe. Odécio Loiola Sampaio, em 1945, deu início a uma recuperação total da igreja, já então na categoria de Matriz.

Consoante a planta elaborada, os trabalhos foram orientados pelo arquiteto italiano, Agostinho Odísio Baume, sob supervisão do Pe. Odécio, que tinha o maior empenho pela perfeição da obra.

Assumindo o múnus paroquial de Bela Cruz, em 1941, uma das primeiras preocupações de Mons. Odécio Loiola Sampaio, foi a construção de capelas nos povoados mais populosos do território daquela unidade diocesana de Sobral.

Ele sabia que a existência de uma igreja, em qualquer aglomerado humano, representa sempre um fator preponderante para o afervoramento da fé na população ali existente, pois que o tempo é o ponto de reuniões do povo. [...] (ARAÚJO, 1987, p. 70).

As fontes analisadas, sobretudo as correspondências trocadas, evidenciaram que Nicodemos Araújo não se construiu historiador apenas por ter seu talento para pesquisa e escrita descobertos. O uso de toda uma rede de contatos o auxiliou a publicizar suas obras e sua própria imagem enquanto escritor. Sem formação acadêmica, o autor encontrou nas correspondências um forte instrumento de aproximação e contato com um grupo de letrados que o legitimou, assim como a sua escrita. As cartas revelam e se revelam como mecanismos que auxiliam na circulação e distribuição de obras entre estes letrados.

As cartas são reveladoras ainda de um Nicodemos Araújo com tensões, sujeito consciente de sua posição dentro da malha de poderes locais instituídos na Região do Baixo Acaraú. A forma como se posiciona, ou melhor, como diz não se posicionar diante desta malha demonstra que contribuiu para mantê-la. Sobretudo, porque almejava preservar sua própria posição nela. Não se posicionar abertamente diante de questões de cunho político foi uma forma de legitimá-las.

2.2 ELEMENTOS DE UMA ESCRITA “ALINHAVADA À VÔO DE PÁSSARO”

Não constitui excesso ferir-se muitas vezes uma tecla, quando esta tecla emite a voz soberana do povo. Nunca é demais ventilar-se um assunto, quando este assunto se acha estreitamente ligado as superiores conveniências da coletividade. (A GULHA, A. Alinhavos. O Acaraú. Acaraú-Ce. 1 ago. 1948. n. 285. p.1).

O autor do fragmento acima assina como A Gulha Embora a escrita sugira dois nomes, a sonoridade e os efeitos de sentidos produzidos nos levam ao instrumento de costura já tão conhecido. Aquele que une, junta e também fura, podendo espetar e causar pequena dor, rápida, insignificante. Tão passageira que é basicamente impossível acompanhar-lhe a cicatrização.

A Gulha proclama falar em nome do povo como se fosse instrumento de sua voz soberana. E se diz disposto a insistir sempre que a questão for em causa da coletividade.

O texto em questão foi extraído de uma coluna do jornal *O Acaraú* chamada *Alinhavos*. O autor é Nicodemos Araújo, redator chefe deste periódico durante os anos de 1948 a 1958, e o sujeito desta pesquisa. É ele que se transforma no A Gulha para alinhar algumas questões referentes ao município de Acaraú e a espaços circunvizinhos. Nas suas próprias palavras: “Em nossa modesta crônica quinzenária, alinhavada à vôo de pássaro, sempre gostamos de <bater papo> um assunto, um serviço, uma obra que, de qualquer maneira, esteja vinculada aos superiores interesses do município de Acaraú e de seu povo.” (A GULHA, A. Alinhavos. O Acaraú, Acaraú-Ce. 15 set. 1948. p.1).

Alinhar é a ação de costurar com pontos largos. Geralmente se alinhava para depois costurar novamente com pontos menores. Já a expressão “à vôo de pássaro” sugere algo leve, panorâmico, rápido e livre. Uma escrita superficial, porém livre? Ideias costuradas de forma descompromissadas? Analisemos!

A discussão em questão observa um dos espaços de fala ocupados por Nicodemos Araújo. Debrucei-me sobre um meio de comunicação de forte influência no final do século XIX e no início do século XX, o jornal impresso. Penso um Nicodemos Araújo jornalista, redator chefe de jornais locais que, não diferentemente de outros periódicos, circularam como instrumentos propagadores dos interesses de determinados grupos sociais e políticos. Um sujeito que fez das folhas amarelas do jornal, lugar de projeção de si, de outros, dos seus e daquilo que defendia ou, ao menos, queria que outros acreditassem que defendia.

Embora Nicodemos Araújo tenha escrito para vários jornais, optei pela análise de apenas um: o quinzenário *O Acaraú*, órgão do Recreio Dramático, Club de festas e reuniões

da chamada “família acarauense”, autointitulado apolítico e noticioso. O jornal circulou na cidade de Acaraú por trinta e oito anos com intervalos sem atuação. Sua existência e circulação na urbe acarauense podem ser analisadas com base em três fases. A primeira, de 1907, quando o jornal surgiu, até 1909. A segunda, de 1920 a 1945, período em que surge um jornal com o nome *A Comuna*, passando a partir de 1926 a chamar-se *O Acaraú*. E sua última fase, de 1948 a 1958, quando finalmente deixou de circular. A dificuldade em encontrar exemplares mais antigos do jornal levou-me a limitar sua análise a sua terceira fase. É neste último período também que visualizamos a participação efetiva de Nicodemos Araújo enquanto redator chefe e colunista.

Os textos escritos por Nicodemos Araújo e analisados neste trabalho pertencem ao gênero opinativo.

O artigo de opinião é um gênero textual que se vale da argumentação para analisar, avaliar e responder a uma questão controversa. Ele expõe a opinião de um articulista, que pode ou não ser uma autoridade no assunto abordado. Geralmente, discute um tema atual de ordem social, econômica, política ou cultural, relevante para os leitores (BOFF; KOCH; MARINELLO, 2009, p. 3).

O editorial de opinião é um texto cuja objetividade, pelo menos no sentido metódico da palavra, não é exigida. Ao autor é dada a liberdade para argumentar e se posicionar diante do objeto abordado. Nicodemos Araújo compreende o espaço da coluna *Alinhavos* do jornal *O Acaraú* como local para a realização de um “bate papo” sobre alguns assuntos ligados ao município e a seu povo. A expressão “bate-papo” sugere descontração, algo menos formal, mais leve. Livre da seriedade de uma escrita rígida e “neutra” e da busca pela suposta objetividade para a qual se encaminhava, inclusive, a escrita jornalística no período. Segundo Silva (2011, p. 54):

Até meados do século XX, a imprensa permanece como o instrumento de comunicação de maior força entre os meios de comunicação e não se pode negar que, embora o modelo norte-americano comece a se disseminar nas redações dos maiores jornais do país, especialmente, no Rio de Janeiro e São Paulo, ainda se percebe uma disputa entre uma imprensa claramente opinativa e outra informativa que pretendia estabelecer limites claros entre subjetividade e objetividade, interpretação e fato.

A busca por uma escrita jornalística mais objetiva está relacionada, segundo a historiadora, com a necessidade de aproximar a notícia jornalística do discurso científico, buscando garantir mais credibilidade à primeira. É neste contexto de racionalização da escrita jornalística, sob forte influência do jornalismo norte-americano, que Nicodemos Araújo escreve para o *Acaraú*.

A busca pela racionalidade não atinge a coluna *Alinhavos* e embora pareça claro que isso ocorra em decorrência das características próprias do gênero opinativo, uma vez que o mesmo não exige essa imparcialidade, o que discuto é como Nicodemos Araújo faz uso desse espaço para exercer, embora que sutilmente, sua crítica com relação aos problemas da cidade de Acaraú e aos municípios circunvizinhos, o que não faz na escrita historiográfica.

Ao fazer uso da imprensa enquanto fonte de pesquisa, chamo atenção para as múltiplas possibilidades que ela oferece no que diz respeito ao estudo das representações, dos eventos, das ideias de uma época e de uma sociedade. Observo, sobretudo, a atuação de nosso sujeito neste espaço de fala e comunicação, como apresentou a urbe, como a enxergou e a construiu.

Compreendo o jornalismo como uma atividade de produção de sentidos cuja função não se limita a simples e ingênua reprodução de imagens vendidas como neutras e absolutamente reais. Os exemplares de *O Acaraú* aqui analisados, foram produzidos no início da década de 1950. De acordo com Borelli (2002) é este o tempo, no pós II Guerra Mundial que a imprensa brasileira sofreu suas principais mudanças.

Segundo a autora a prática jornalista não reproduz a realidade, mas a cria, a constrói. Os eventos selecionados pela equipe do jornal para serem abordados em seus editoriais acabam, ao serem apresentados nos jornais, revelando escolhas políticas, disputas, percepção de mundo daqueles que enunciam o evento.

O campo midiático, além de se constituir num dos principais meios de mediação, garantindo visibilidade aos campos sociais, se caracteriza como um dos principais dispositivos instituidores do espaço público, na medida em que a realidade não só passa como também é construída nele.

Nessa perspectiva cada jornal produz o seu próprio acontecimento, engendrando uma noção particular de realidade. Portanto o jornalismo se constitui num sistema de codificação e produção da realidade de acordo com regras internas, rotinas próprias e códigos inerentes ao seu campo, pois opera práticas, falas e sentidos que provêm de inúmeros campos sociais (BORELLI, 2002, p. 7).

Um jornal, portanto, enquanto agente midiático, oferece aos seus leitores a possibilidade de pensar, rever, questionar ou manter situações e papéis socialmente legitimados. Assim, por essa capacidade, a de formar, não pode ser tomado como uma atividade neutra e objetiva.

O quinzenário *O Acaraú* se autodefinia como instrumento defensor dos interesses do povo acarauense afirmando enfrentar:

[...] obstáculos de toda natureza provendo outros maiores ainda, surgirmos dispostos a defender os interesses da coletividade acarauense, empregando todos os nossos esforços para o levantamento do nível econômico, jurídico, higiênico, cultural e social do nosso município.

Sirviremos de escudo aos oprimidos na defesa contra os desmandos dos seus opressores. Não adotaremos o critério servilista da solidariedade incondicional nem a norma odienta da oposição sistemática, assim como não enveredaremos pelo amorfismo despersonalizador. Estaremos dispostos à marchar ombro a ombro para luta em defesa dos interesses de Acaraú, com elementos de todos os partidos políticos.

(O Acaraú, Acaraú-Ce, Domingo, 10 jul. 1949. p.1).

O periódico em questão não conclama em sua retórica de apresentação, a imparcialidade. Mesmo afirmando que não vai adotar a ótica do oposicionismo radical também diz que não enveredará pela busca da neutralidade chamada de “amorfismo despersonalizador”. Proclama que estará ao lado do povo sem deixar-se comprometer pelo peso de assumir apenas um lado ao mesmo tempo em que afirma querer assumir uma identidade. Assim, retoricamente, assumiria uma postura crítica diante dos fatos sempre que esses envolvessem as questões da coletividade. Periódicos como o Acaraú parecem não ser atingidos pela lógica da racionalização buscada pelo jornalismo da época. Segundo Silva (2011, p. 53):

Assim como o historiador de fins do XIX acreditava que bastava seguir os procedimentos corretos para construir um conhecimento seguro, tendo como ponto fundamental o apego ao documento como garantia da verdade – “a história se faz com documentos”. –, o jornalismo se agarrou à mesma crença de que a técnica era garantia da neutralidade e objetividade.

Essa ausência de “racionalização” não diz respeito somente à forma como o jornal se apresentava, mas, sobretudo, a maneira como se posicionava ao longo das reportagens e fatos noticiados. Embora o periódico se assumisse “apolítico”, uma rápida leitura de seus editoriais foi suficiente para se comprovar o quanto o órgão era instrumento de propaganda do governo acarauense vigente no período. Em edição de 15 de janeiro de 1951, o periódico fora aberto como a seguinte matéria:

Aniversariou o Cel. Manoel da Duca Silveira.

A data de 11 do mês em curso, assinalou o aniversário natalício do Sr. cel. Manoel Duca da Silveira, muito digno Prefeito e estimado Diretor desta folha.

Portador de excelentes predicamentos de coração e espírito, o eminente homem público acarauense, se há tornado credor da estima e da admiração de seus concidadãos, que não lhe regateiam os merecidos elogios. (O Acaraú, 15 jan. 1958, p.1).

Nicodemos Araújo ocupou, de 1948 a 1958, o cargo de redator chefe deste jornal que chegava a um público específico em Acaraú. Seu discurso voltava-se, portanto, para este público. Ocupando o cargo em questão, ele tinha acesso a tudo o que ali era apresentado. Seus textos aparecem nos periódicos assinados ora com seu nome verdadeiro, ora com pseudônimos. Entre eles, o já citado A Gulha e N.I. Questionei-me sobre a escolha pelo uso

do pseudônimo em determinados textos. Objetivava Nicodemos Araújo expressar-se mais livremente?

Segundo Marocco, Lima e Vieira (2014, p. 45):

O pseudônimo, segundo Reich (2010: 715) foi usado na imprensa norte-americana e inglesa, quando o jornalista pretendia se proteger de retaliações ou por razões políticas. A identidade falsa foi adotada na imprensa brasileira desde o período em que a presença de literatos na produção jornalística era significativa. Aparecida Maria Nunes (2010) refere-se aos escritores do final do século XIX e início do século XX que, na busca de “êxito social” através da função pública, preferiram fazer uma separação da vida civil do mundo das letras, um antagonismo entre atividade literária e ofício público, que só arrefeceu quando o jornalismo se consolidou no Brasil, com melhores condições de trabalho para os intelectuais.

Após pesquisas de campo, descobri que a comunidade acarauense tinha conhecimento de que Nicodemos Araújo fazia uso dos pseudônimos. “A comunidade era muito pequena, Acaraú era muito pequena e todo mundo sabia que quem fazia o jornal era ele. Então não era segredo.”²⁷ Mesmo que o autor usasse o pseudônimo para se proteger de qualquer retaliação, não estaria livre delas, já que como redator-chefe nada era publicado na folha jornalística sem que passasse por ele.

As edições da década de 1950 do jornal *O Acaraú*, exemplares aos quais eu tive acesso, têm, além do próprio Nicodemos Araújo como redator chefe, Geraldo Gifoni, como tesoureiro, e o prefeito Manoel Duca da Silveira, o prefeito de Acaraú nos anos de 1948 a 1951, como Diretor gerente. Durante este período, em que o prefeito fora o diretor do jornal, este fora usado também como espaço de divulgação dos gastos da administração municipal. Nesta época Nicodemos Araújo ocupava a função pública de inspetor escolar do município de Acaraú.

Partimos, nesta discussão, de uma análise já realizada sobre o caráter harmonioso e conciliatório da escrita historiográfica de Nicodemos Araújo, que pode ser explicado se levarmos em consideração as influências literárias e historiográficas as quais o autor se submeteu e foi submetido, a necessidade de conservar e legitimar determinadas posições e uma rede de contatos da qual o autor fazia parte. De qualquer forma, o discurso historiográfico institui práticas, enquadra uma memória e legitima sujeitos. Não seria diferente com Nicodemos Araújo.

Burke (2000, p. 70) lembra que são os grupos sociais que definem o que é memorável. Tanto a história quanto a memória não são mais vistas como ingênuas:

Nos dois casos, os historiadores aprendem a levar em conta a seleção consciente ou inconsciente, interpretação e a distorção. Nos dois casos, passam a ver o processo de

²⁷ Dimas Carvalho, neto de Nicodemos Araújo. Entrevista realizada em 19 de agosto de 2017 em sua residência, às 10h00.

seleção, interpretação e distorção como condicionado, ou pelo menos influenciado, por grupos sociais. Não é obra de indivíduos isolados.

Escrever história, uma história consagrada como oficial é enquadrar uma memória, é construir um passado. Tal passado é moldado, consciente ou inconscientemente, de acordo com as seleções, omissões e exaltações daquele que consegue se posicionar como porta voz dessa história.

As narrativas historiográficas de Nicodemos Araújo contribuem para a construção de uma ideia de integração entre os municípios do Baixo Acaraú. Os conflitos são omitidos, e mesmo quando são mencionados, o são sutilmente, o autor trata de evidenciar os motivos pelos quais os municípios devem se perceber como irmãos, deixando no passado qualquer rivalidade que possa ter existido entre eles. Dentre as justificativas estão os adjetivos e características que parecem compor um perfil identitário dos povos sobre os quais escreve.

Nicodemos (1989, p. 36) discorre se referindo ao povo de Cruz como possuidor do “espírito de luta e desejo incoercível de ver o engrandecimento do torrão-berço, no ardor atuante do amor e do patriotismo que constitui a principal característica daquele povo laborioso e fraterno”. Sugere práticas, atitudes, comportamentos ao aconselhar o povo de Almofala a desenvolver “o espírito de bairrismo, de modo que a povoação - sua povoação - possa apresentar um aspecto urbanístico mais atraente [...] de maneira que os visitantes que ali chegarem possam ter uma boa impressão; uma impressão de que o povo está motivado e o lugar está progredindo” (ARAÚJO, 1981, p. 31). Esta construção narrativa que chamo de senso de comunidade, se alarga espacialmente quando Nicodemos Araújo tende a evocar momentos passados e/ou incentivar no presente posturas que unam as comunidades que juntas formam a região do Baixo Acaraú. Com relação à separação de Cruz e Acaraú, antes distrito e sede, respectivamente, Nicodemos pede:

E o processo de criação do município de Cruz prosseguiu seu curso normal. Mas o que se faz preciso agora, é que não se conserve ressentimentos capazes de prejudicar o relacionamento que sempre existiu entre às duas comunidades vizinhas. [...] ambas têm o dever de caminharem ombro a ombro, dispostas a defender, unidas, **os superiores interesses desta região (grifo meu)**. As queixas e rivalidades mesquinhas nada produzem de construtivo, porque como disse alguém, ‘só o amor constrói para a eternidade’ (ARAÚJO, 1989, p. 51).

O trecho abaixo constitui parte da obra Município de Bela Cruz, de 1987. Nele Nicodemos Araújo discorre sobre a emancipação de Bela Cruz, até então distrito de Acaraú.

Mesmo com a aprovação da Câmara, uma boa parte da população de Acaraú estava descontente com a perda do quinhão de terra destinado ao então futuro município de Bela Cruz.

Então, sob o título “A razão de Bela Cruz”, escrevemos, no jornal O ACARAÚ, três artigos sucessivos, em linguagem serena e conciliatória, tentando mostrar o direito

que assistia ao povo de Acaraú, procurando defender a integridade do território de seu município, e a razão, mais justa ainda, da população de Bela Cruz, reconhecendo seu distrito em condições de elevar-se à unidade autônoma do Estado.

Sucede que a comunidade belacruzense contava, também, com a boa vontade de um seu eminente filho, que era o Cel. Manoel Duca da Silveira, que então ocupava o cargo de Prefeito de Acaraú. Estávamos, então, no cargo de Secretário da Prefeitura, e podemos constatar o quanto a atitude daquele saudoso filho de Bela Cruz contribuiu, para acalmar os ânimos mais exaltados, naquela conjuntura.” (ARAÚJO, 1987, p. 52).

O autor pontuou que quando o fato narrado por ele acontecia, ocupava o cargo de Secretário da Prefeitura, cargo assumido em 1936. A informação é usada como argumento para dar credibilidade à outra, a de que o prefeito, Manoel Duca da Silveira, fez o possível para acalmar os ânimos perante a discórdia. Ele, Nicodemos Araújo, esteve lá e pôde constatar. Vejamos que o autor afirma estarem com a razão ambos os lados. Acaraú, por querer defender seu território, e Bela Cruz, também, por ver mais motivos para sua integração junto à Acaraú. O autor era bela-cruzense, porém morava em Acaraú e, ocupava neste, um cargo público ligado diretamente ao prefeito. Nicodemos Araújo, ocupando o cargo de secretário da prefeitura, pareceu querer agradar a gregos e troianos. Como já pontuei, uma escrita conciliatória. E, sobretudo, legitimadora de determinados sujeitos.

Nicodemos Araújo não era jornalista de formação, assim como também não era historiador. Em sua autobiografia²⁸ não publicada afirmou que a imprensa teve grande influência sobre sua formação e que durante muito tempo cultivou gosto e interesse pelo jornalismo impresso. Em carta a um amigo, Nicodemos Araújo escreveu:

Acaraú, 1º de maio de 1956

Ilustre amigo Agerson Tabosa

Acabo de receber sua carta de 19 de agosto do mês último, e agradeço-lhe penhorado, o interesse tomado para expedição de minha carteira de sócio da A. C. I. Por intermédio do nosso Amigo Manoelito Silveira, estou remetendo, inclusos, os setenta cruzeiros restantes, conforme sua recomendação. Também junto um ex. do “O Acaraú” para a A. C. I.

A edição especial com que pretendemos homenagear ao Pe. Sabino, sairá no dia 30 de junho, e aguardamos, com prazer, sua apreciada colaboração.

Nossa terra, apesar de tão afastada dos chamados ‘grandes centros’, tem realmente, um feitiço, isto é, ‘bota u feitiço na gente’, como diz Luiz Gonzaga, referindo à Cidade Maravilhosa. Nossa Acaraú é a mesma coisa, só tem que é diferente. [...]

Nicodemos Araújo.

(ARAÚJO, N. Carta, 1 abr. 1956, Acaraú, Ce. TABOSA, A. Fortaleza. 1f.).

A solicitação para adquirir a carteira tinha ocorrido bem antes, e como fica evidente na correspondência, via pagamento. Compreender porque Nicodemos Araújo almejava ser visto como jornalista passa também pelo significado desta função na sociedade em que ele vivera. Ele recebera a carteira de sócio do órgão representativo dos jornalistas na década de 1950, mas a solicitara na década anterior. O jornal impresso ainda era um meio de

²⁸ A autobiografia foi cedida pelo neto de Nicodemos Araújo, Dimas Carvalho.

comunicação de destaque. Ser ou ocupar o posto de jornalista era, portanto, assumir uma posição de fala na sociedade.

Nas obras de cunho histórico Nicodemos Araújo se prendeu aos avanços e aos progressos vivenciados pelas cidades sobre as quais escreveu. Nos jornais me deparei com um Nicodemos Araújo que apresentou os problemas dessas cidades. No entanto, estes problemas, em sua maioria, estavam ligados às barreiras que atrapalhavam o avanço da cidade. O modelo de cidade para nosso autor era a cidade do progresso, era a cidade que não rompia sua marcha na evolução em busca do desenvolvimento.

Tal como fala o festejado poeta José Alcides Pinto, é “a cidade uma menina sorrindo; sorrindo em seu frescor adolescente”. A cidade garota que “mostra a todos, em sua nobreza, seu perfil fascinante e garboso”.
 Paira ali, como uma benção do Criador, nas asas da esperança e do amor, o sopro do progresso, indicando ao seu povo o caminho luminoso do porvir.[...]
 E, dentro da cidade princesa, mirando-se no exemplo das abelhas em suas colmeias, vive, trabalha e fraterniza uma comunidade que deseja crescer, para tornar grande o seu torrão nativo (ARAÚJO, 1989, p. 20).

A escrita das obras de história produzidas por Nicodemos Araújo, como mencionei anteriormente, se apresenta de forma muito conciliatória, conflitos quase não são apresentados pelo autor. Embora sua visão de mundo seja quase sempre apresentada junto à narração dos fatos, o autor os costura de forma a não deixar que o leitor enxergue tensões neles. Quando apresentadas, essas tensões são trabalhadas e apaziguadas pelo autor. Diante disso, analiso nos textos da coluna *Alinhavos*, escrita por Nicodemos Araújo, os pontos de tensão que revelam fragilidades no discurso historiográfico harmonioso e pacifista do autor.

Por se tratar de um gênero editorial de caráter opinativo, os temas abordados por Nicodemos Araújo na coluna são bastante variados, uma vez que revelam as visões do autor e do jornal com relação ao cotidiano da cidade de Acaraú. Assim, selecionei entre todos aqueles editoriais, textos cujo autor revelou representações da cidade. Tais representações são feitas com base em várias questões como a fisionomia da cidade, as consequências das secas, a migração para o sudeste, a deficiência nas estradas e a questão do ensino. Dessa forma, analiso os trechos escritos por Nicodemos Araújo que apresentam a cidade sob visões construídas com bases em múltiplas questões.

Sobre a demarcação do perímetro urbano:

Uma providência cuja necessidade está se fazendo sentir, nesta cidade, é a revisão e o ampliamiento de seu perímetro urbano e suburbano.
 É verdade que há quatro anos apenas, nossa Edilidade tratou do assunto em tela, resultando daí a Lei nº 28, de 17 de outubro de 1949. Todavia, talvez por em equívoco na elaboração do diploma legal ficou nossa área urbana tão diminuta, que até o edifício da Maternidade escapa ao seu limite, estando, já, localizado na chamada Zona Rural.

Ora, tal fato, além de constituir uma deformidade, vem prejudicando sensivelmente os interesses da cidade e do município, pois, toda vez que, para pleitear ou conseguir este ou aquele melhoramento ou benefício, torna-se preciso que a sede municipal possua um justo montante demográfico, quase sempre somos barrados em nossa pretensão, porque a mesma conta pouco mais de duas mil almas, em seu perímetro urbano, e assim, dificilmente atingimos a população exigida.

É indispensável, portanto, uma nova delimitação da sede do Município, com a atualização de sua área urbano suburbana, de acordo com as necessidades e as conveniências da população citadina. E que a medida se estenda, também à adiantada vila de Bela Cruz, onde ocorre o mesmo defeito que prejudica, de muito, os interesses locais.

Aqui fica minha modesta sugestão ao ilustre Prefeito da Comuna, e à egrégia Câmara Municipal.

(A GULHA, A. O Acaraú, Acaraú, Ce, 1 nov. 1948. Alinhavos, p. 1).

O foco era o perímetro urbano da cidade. De acordo com o autor, por ser o quadro demográfico da sede demasiado pequeno, o município ficava impedido de receber alguns benefícios e melhoramentos. Fica evidente o desejo de consertar o que impedia a cidade de crescer, de atingir o progresso. Assim, uma nova delimitação do perímetro urbano foi o pedido que Nicodemos Araújo fez ao prefeito. Embora o autor se faça bastante cordial ao intitular o pedido de “modesta sugestão”, o incômodo se faz presente. A pequenez da urbe incomoda.

O tom de reivindicação cresceu consideravelmente quando o autor denunciou o esquecimento de Acaraú pelo governo em detrimento de outros centros. O esquecimento se tornou injustificável na percepção do autor porque Acaraú era, então, um dos municípios mais ricos do Ceará.

[...] numa vasta extensão do caminho de Fortaleza à Canindé, o serviço de construção e melhoramento da estrada está sendo atacado. [...] Ante esse espetáculo animador, não nos podemos eximir a um justo sentimento de inveja e de amargura, ao pensarmos no abandono em que ainda se encontra o município de Acaraú, a braços com uma dificuldade de meios de transporte que vem tolhendo todos os seus movimentos evolutivos. Por que, a construção de nossa rodovia, malgrado as repetidas promessas de que nos não acumulamos ainda permanece no período embrionário [...]

Enquanto outras comunas são fartamente aquinhoadas com os favores do Governo, nós, os acarauenses, filhos de um dos municípios mais ricos do Estado, continuamos a suplicar a esmola de uma estrada rodoviária. E a resposta que o nosso angustioso apelo recebe dos poderes públicos, é sempre o impiedoso, o decepçante, o clássico, - PERDÔE.

(A GULHA, A. O Acaraú, Acaraú-Ce, 15 jan. 1949, Alinhavos, p.1).

Nomes não foram, porém, citados. A denúncia e a insatisfação foram direcionadas ao governo. Claramente ao governo do Estado, responsável por este tipo de serviço. O termo ‘governo’ em sua usual utilização aparece de forma muito vaga. De qualquer forma, Nicodemos Araújo revelou sua insatisfação ao ver sua Acaraú relegada a uma posição de marginalidade. Tal qual mendigo tinha que se conformar com esmolas. A ideia de

desenvolvimento da cidade como evolução, aparece, tratada como elemento injustiçado e atrapalhado pela indiferença de outros, em sua trajetória evolutiva. A cidade tão rica, ao ser tratada pelos poderes constituídos como pedinte, não poderia seguir sua caminhada de desenvolvimento.

Com relação ao problema da habitação em Acaraú:

Dentre as necessidades de que se ressentia esta cidade de Acaraú, erecta no ano da graça de 1882, avulta, em primeiro plano, a carência de habitação.

Tal fato constitui, na verdade, um ponderável problema social, a reclamar solução imediata, pela magna importância de que se reveste.

Para corroborar, de maneira irretorquível, o que vimos de afirmar, basta consultar-se a estatística predial de nossa urbe, e facilmente chegaremos à conclusão de que, desde 1930 a esta parte, a construção de casas residenciais, no perímetro urbano desta cidade, não regulou em média, duas por ano.

Ora, acusando uma população urbana que quase atinge a dois mil habitantes, fácil se torna extrair se uma ilação relativamente à angústia com que nos havemos, no que concerne ao problema da moradia.[...]

Ora, quem casa, precisa de casa. É lógico.

Entretanto, aqui, muitas vezes, o cidadão que se casa, em vés de casa, encontra um “caso” a resolver, que é a falta de casa. Daí a dificuldade, o apherio com que tem de lutar todo aquele que necessitar de um prédio residencial em Acaraú.

E por isso mesmo, o preço do aluguel predial está assumindo proporções exorbitantes, “matando na unha” o desventurado inquilino.

Ao tempo em que o Presidente Dutra assinou aquele decreto autorizando a construção das chamadas “Casas populares”. (para nós de saudosa memória), o então Prefeito dêste município mandou ao senador Fernandes Távora as necessárias credenciais, para que o mesmo firmasse um contrato para cinquenta dessas moradias, o que traria um vultoso benefício, especialmente à classe pobre.

Infelizmente, porém, o caso das Casas, ficou no acaso. E parece que já vai se aproximando no ocaso. [...]

Que os filhos de Acaraú, aqueles sobre os quais a deusa Fortuna entornou sua cornucópia miraculosa, não prossigam relegando ao desprezo um problema tão precioso aos interesses da coletividade.

Que sejam construídas algumas vilas de casas pequenas e baratas. Casinhas de aluguel camarada. Casinhas de pobre morar.

Aí fica o nosso alvitre. Aqueles que o aproveitarem, contribuirão para o engrandecimento do Acaraú e para o bem de seu povo, efetuando, ao mesmo tempo, um negócio seguro e lucrativo. É o caso das casas.

(A GULHA, A. O Acaraú. Acaraú-Ce, 15 jul. 1948. Alinhavos. p.1-3).

Na crítica sobre a falta de moradia, o autor pontua o preço exorbitante dos aluguéis e lembra a promessa por parte dos poderes públicos da construção de moradias populares. Deixou claro que o prefeito daquela cidade fizera o que se tinha que fazer, ou seja, mandar as credenciais para o senador Fernandes Távora que, por sua vez, executaria sua função no processo. Mas as casas não saíram. E então, Nicodemos Araújo, sem mais questionamentos em relação a não realização da promessa, dirigiu aos filhos de Acaraú o pedido para que construíssem eles, as casas de aluguel, com preços acessíveis. Sem luxo, “casas de pobre morar”. O autor aponta claramente um problema de ordem social vivenciado em Acaraú. Apontou uma solução prometida, mas não assumida. E passou o problema para

um segmento social da população acarauense. O autor pode até falar em nome dos pobres sem moradia, mas ao passar a solução do problema para um segmento com mais condições aquisitivas, livrou os poderes públicos da obrigação de resolução do problema.

De fato, em nome de quem Nicodemos Araújo falava? Se a noção de coletividade em nome da qual o jornal afirmava falar inclui realmente a grande massa de pessoas com dificuldade de acesso aos bens materiais e culturais da sociedade, está representada porque o estado em que vive podia causar obstáculos ao desenvolvimento da cidade. A expressão “Casas para pobre morar” é representativa de que este grupo social tinha lugar específico perante os demais. Nicodemos Araújo apresentou uma solução para melhorar não a vida daqueles que estavam sem casas, mas para findar obstáculos ao desenvolvimento da urbe, da cidade que se adiantava.

Embora Nicodemos Araújo cobrasse daqueles com melhores condições financeiras uma postura ativa diante da situação, não deixava de mencionar a postura dos agentes do governo diante do que seria sua função. Assim, ao escolher mencionar a postura dos agentes do governo diante do caso, o autor deixou aberto para que o leitor exerça juízos de valor sobre sua atuação. Não mencionou a parcela de participação do governo na resolução do problema, seria uma tentativa de não culpabilizá-lo, no entanto, ao mencioná-lo, mesmo que discretamente, Nicodemos Araújo, se posicionou.

O BLOCO PARLAMENTAR

Fala-se, vez por outra, que entre parlamentares nortistas, com assento na Câmara Federal, esboça-se um movimento de unificação, para defesa das superiores conveniências desta vasta região.

E ao que se pode inferir das notícias atinentes a tão louvável iniciativa, o interesse pela formação do chamado bloco parlamentar, está mais acentuado entre as bancadas do polígono das secas.

Aliás, não é de agora que a gente nordestina vem clamando contra a displicência com que são encarados seus problemas regionais, pelos senhores do poder federal.

De há muito somos chamados < enteados do sul> tal é a indiferença ou descaso com que, as mais das vezes, nossos apelos são recebidos pelo governo do alto, em detrimento deste povo laborioso e nobre que, mercê de sua bravura cívica e de seu espírito de sacrifício, é dono de um notável quinhão de glória, ao longo de toda a história nacional.

Nossas esperanças, porém, se voltam, igualmente, para esta insigne figura patriota e de brasileiro, que é o grande Presidente Getúlio Vargas, porque S. Excia, até o que conhecemos, não vem olhando preferencialmente para esta ou aquela região, na distribuição dos favores governamentais.

E foi, certamente, num belo atestado deste modo de pensar. Que o eminente estadista afirmou algures que < não há Estados grandes. Todos são pequenos. Grande é somente o Brasil>.

N.I

(N.I. O Acaraú. Acaraú-Ce, 15 jun. 1953. p.5).

Nicodemos Araújo falava em nome da “gente nordestina” contra o descaso do governo federal. Mas não culpabilizava seu representante máximo, Getúlio Vargas, pois com

seu forte espírito nacionalista, não vinha este, fazendo diferenciação de uma região para outra do Brasil. A crítica é dirigida aos “senhores do poder federal”, ao “governo do alto”. Nicodemos Araújo traça um campo onde se enfrentam os parlamentares do Norte, unindo-se em prol do povo “laborioso e nobre”, contra os representantes e/ou simpatizantes dos interesses do Sul.

Sobre a atenção dada ao ensino:

O ato com que o Governo do Estado vem de restaurar a Cadeira do quinto Ano que faltava ao Grupo Escolar dessa cidade, pela sua justiça e pela sua oportunidade, somente louvores, e sinceros, é de merecer da parte do povo de Acaraú.

Efetivamente, eram sobremodo justificados os apelos que frequentemente endereçávamos aos poderes públicos, no sentido de que fosse recomposto o quadro daquele conceituado estabelecimento de ensino, a quem a população acarauense já é devedora de assinalados favores, no setor cultural, e que desde 1945, se achava privado da cadeira do ultimo ano do seu curso.

O humilde rabiscador destas linhas, teve ensejo de dirigir-se, por mais de uma vês, ao Governador, pleiteando, em nome do povo de Acaraú, o vultoso benefício com que o mesmo acaba de ser agraciado.

Na verdade, o nosso Grupo Escolar, desfalcado da cadeira de seu quinto ano, estava, conseqüentemente, impossibilitado de atingir em loto, a sua meritória finalidade educacional. Estava inibido de executar, completamente, o seu programa pedagógico, vês que as crianças que às suas aulas frequentavam, não podiam alí concluir o curso primário, porque lhes faltava a Cadeira que lhes havia de conferir o certificado de conclusão do mesmo curso.

Agora, no entanto, restabelecida a mencionada cadeira, e suprida, como está, da respectiva professora. O velho e querido educandário público voltará, de certo, a desempenhar, totalmente, o notável papel com que sempre serviu à causa coletiva. [...]

E é poristo que, fieis à meta que colimamos, aqui estamos, tecendo os nossos louvores ao patriótico ato do eminente Governador Faustino Albuquerque, o qual num gesto que tanto merece os nossos aplausos e o nosso reconhecimento, soube ouvir os justos reclamos do povo acarauense, no que concerne à recomposição do quadro catedrático e do Corpo docente do Grupo Escolar Pe. Antônio Tomaz.

Muito bem, exmo. Srn Governador.

(A GULHA, A. O Acaraú, Acaraú-Ce, 15 ago. 1948. p.1).

No texto o autor direcionou agradecimentos ao governador por ter conseguido gerenciar os instrumentos necessário para a implantação de uma turma que, até então, faltava para que os alunos conseguissem concluir as etapas exigidas para o termino do curso primário na Escola Padre Tomaz, em Acaraú. Não obstante, a prática de agradecer governantes pelos serviços prestados como se exercessem favores para a população não era recente. Pensemos na frágil consciência política de estar inseridos num sistema democrático nas primeiras décadas do século XX. Agradecia-se ao coronel pela exploração com cara de favor. Se agradece o governo por fazer sua função.

Nicodemos Araújo ocupava, como mencionado anteriormente, no período do fato destacado, o cargo de inspetor escolar do município de Acaraú. Ao afirmar que fora diversas vezes “ao governador, pleiteando, em nome do povo de Acaraú, o vultoso benefício com que

o mesmo acaba de ser agraciado”, mesmo fazendo uso do pseudônimo *A. Gulla*, colocava-se como agente protagonista que visava os interesses do município. Ora, enquanto inspetor de ensino do município, era de seu interesse profissional, a aquisição do benefício.

Sobre o asfaltamento de estradas:

Para nós, é tão incompreensível, tão desconcertante, como lastimável, que num Estado como o Ceará, ainda tão atrasado em serviço de transporte e comunicação, haja quem se dê ao luxo de mandar asfaltar estradas sertanejas, sem a mínima necessidade, deixando em pleno e injusto abandono, municípios como Acaraú que, pela sua posição geográfica e pela respeitável distancia que o separa dos grandes centros, está a reclamar, não uma bôa rodovia, mas, ao menos, a adaptação das modestas/ estradas que possui, com a construção das poucas e pequenas obras darte que se fazem indispensáveis para possibilitá-las ao transito de carros na época hiberna.

Não é possível que os homens do Governo não compreendam o desprazo dessa medida, (o asfaltamento), face à flagrante injustiça com que, ao mesmo tempo, é tratada uma tão vasta e tão opulenta unidade cearense.

Injustiça, realmente, porque o descaso que os públicos poderes hão votado ao objeto de nossa aspiração máxima, vem tolhendo a marcha de um povo que augura, acima de tudo, trabalhar e produzir, para a sua grandeza e para a grandeza do Brasil.

Não é possível que o Governador ...Sim, não é possível.

(A GULLA, A. O Acaraú, Acaraú-Ce, 1 ago. 1948. p.2).

A injustiça estava, de acordo com o autor, no fato do governo asfaltar estradas ainda boas, enquanto outras estavam em péssimas qualidades. Acaraú “vasta e opulenta” é esquecida.

Os problemas de Acaraú denunciados por Nicodemos Araújo dizem respeito a questões enfrentadas pelo homem que vivencia a urbanidade. Palavras como “injustiça”, “desprazo”, “descaso”, “tolhimento” induzem a ideia de indignação. Nicodemos Araújo utilizou o jornal como espaço onde tal indignação poderia ser mostrada.

Os textos assinados pelo autor também se fazem presentes nos periódicos. Sobre o recenseamento de 1950, Nicodemos Araújo escreveu:

Obediente aos seus elevados sentimentos de patriotismo, e à nítida compreensão de seus deveres cívicos, o eminente Presidente Eurico Gaspar Dutra está vivamente empenhado por que a magna tarefa censitária, venha a preencher a sua alta finalidade, atendendo, destar-se, aos justos reclamos do povo brasileiro. E o insigne Chefe da nação, dedicando o seu especial interesse à realização do censo Geral de nossa querida Pátria, tem em mente elevar cada vez mais, o nome impoluto e glorioso deste brilhante colosso americano.

Precisamos formar sempre e sempre ao lado dos países civilizados; necessitamos firmar, dia a dia, o nosso conceito perante o mundo moderno. E a realização de um recenseamento do porte e da profundidade do que temos em vista, constituirá um testemunho autêntico da nossa evolução.

Entretanto, mister se faz que todos os brasileiros estejam a postos, para emprestar a esse ingente trabalho o seu concurso e sua cooperação, já preparando um ambiente propício ao desenvolvimento da campanha que se aproxima, já tomando parte ativa na mesma campanha, quando esta reclamar a nossa colaboração imediata.

[...] Alerta, brasileiros! Aproxima-se o Recenseamento Geral do Brasil! Prepara-te, desde já, para emprestar a tua vontade contribuição a essa magnífica tarefa de âmbito nacional! [...]

(ARAÚJO, N, O Acaraú, Acaraú-Ce, 15 mar. 1950, p.1).

Dentre todos os textos expostos e discutidos neste trabalho este é o que mais se aproxima da postura assumida por Nicodemus Araújo nos seus livros de História. A esta altura, 1950, o autor já ocupava o cargo de agente de estatística do município de Acaraú. Não deixava, portanto, de preparar terreno para a realização de seu próprio trabalho. A chamada para contribuição com o censo que se aproximava, se tornou, pelas palavras cheias de empolgação de seu autor, num ato extremamente patriótico. A ideia é a de que o povo unido engradeceria o berço torrão. O texto impulsiona ainda, a pensar como Nicodemus Araújo percebia a coletividade. É esta que deveria estar atenta e disposta a pensar nos superiores interesses da Nação.

Outro texto extraído de O Acaraú e assinado por Nicodemus Araújo é aquele em que ele fala sobre a emancipação de Bela Cruz:

A razão de Bela Cruz

NICODEMOS ARAÚJO

Ao que informa o <Correio do Ceará> de sábado último, vem de dar entrada na Assembleia legislativa do Estado, uma petição firmada por eleitores do distrito de Bela Cruz, requerendo seja o mesmo distrito elevado à categoria de município. [...]

Como era de esperar, os protestos se fizeram ouvir, fazendo coro a nossa Edilidade, através da palavra do ilustre vereador Antônio Ferreira Sales. Comissões de habitantes de Aranaú e de Jericoacoara, vieram reclamar contra seu desanexamento do território acarauense.

Todos estes processos são muito razoáveis, não há dúvida, pois a criação de um novo município dentro da área do Acaraú, lhe traria incalculáveis prejuízos de todo o gênero. Daí a coerência das reclamações que já se ouvem por aí afora, pois o povo de Acaraú não se conforma em se ver esbulhado. [...]

Entretanto, mais justa e mais forte do que as razões do Acaraú e dos distritos referidos, é a razão de Bela Cruz.[...]

E talvez dentro de pouco tempo, as duas Comunas Irmãs, plantadas no mesmo pedaço de Ceará, oriundas do mesmo anseio coletivo, estivessem unidas pelo ideal comum <batalhando ombro a ombro>, por idênticos postulados, trabalhando harmonicamente, na construção pacífica do seu progresso e de sua grandeza, certas de que só o amor constrói para a eternidade.

(ARAÚJO, N. O Acaraú, Acaraú-Ce, 1 out. 1953. p. 4).

Nicodemus Araújo chegou a mencionar no livro Bela Cruz, de 1987:

Então, sob o título “A razão de Bela Cruz”, escrevemos, no jornal O ACARAÚ, três artigos sucessivos, em linguagem serena e conciliatória, tentando mostrar o direito que assistia ao povo de Acaraú, procurando defender a integridade do território de seu município, e a razão, mais justa ainda, da população de Bela Cruz, reconhecendo seu distrito em condições de elevar-se à unidade autônoma do Estado (ARAÚJO, 1987, p. 52).

O próprio autor afirmava tentar conciliar as partes envolvidas na tensão. Aqui fez-se presente o sujeito das obras de História, revelando o conflito, mas o suavizando, a fim de promover as pazes entre as partes conflituosas, uma vez que ambas advinham do “mesmo anseio coletivo” e que, portanto, deviam trabalhar “harmonicamente “em busca de seu “progresso e grandeza”.

As fontes analisadas permitiram-me compreender que Nicodemos Araújo atuou ativamente na imprensa local de sua época. E que assim como realizou todo um processo de enquadramento de um tipo de memória nas obras de cunho histórico também produziu, por meio da prática jornalística, sentidos sobre a cidade e a coletividade. A escrita executada no jornal sugere que o *A Gulha* possuía um pouco mais de espírito crítico. E embora, numa análise mais aprofundada, percebe-se, que em alguns textos ele não direciona suas críticas a sujeitos específicos, somente alinhavando, lá estão elas, revelando as fragilidades de seus discursos de base historiográfica.

No jornal as arestas e os dissensos do discurso do autor são mais perceptíveis. Utilizar o espaço jornalístico e, de forma específica, a coluna, como lugar onde os problemas da urbe podiam ser evidenciados parece ter sido seu objetivo seu por, talvez, identificar na coluna, um gênero que lhe permitia revelar sua opinião sobre a cidade. Nicodemos Araújo cria jogos para justificar alguns dos problemas vivenciados pela urbe e que seriam de responsabilidade dos poderes políticos locais. Mostrou-se capaz de enxergar os problemas da urbe e os evidenciou com propriedade, mesmo que a suavidade com que apontou e denunciou os responsáveis por estes problemas, também revele que, para o autor, era mais cômodo alinhavar do que costurar.

Compreendo que as produções de sentido criadas por Nicodemos Araújo nos dois espaços, o jornal e a obra histórica, estejam ligadas a forma como o autor percebia estes objetos de conhecimento. A expressão cunhada pelo próprio autor para se referir as crônicas da coluna *Alinhavos*, “alinhavadas á vôo de pássaro” permite pensar que Nicodemos Araújo ele entendia os espaços do jornal e da obra histórica como espaços de vivências diferentes. No jornal, transfigurada de um singelo ‘bate-papo’, a possibilidade de uma escrita crítica, mais livre.

A análise de *Alinhavos* me permitiu, sobretudo, compreender a fragilidade do discurso de Nicodemos Araújo e enxergá-lo para além do escritor “alheio” aos problemas de seu tempo. Se ele concilia em um tipo de escrita, em outra, por sua vez, ele questiona e tensiona.

2.3 O QUE LEU. LEITURAS E PRODUÇÃO DE SENTIDOS

Diante da busca de compreender as experiências que o tornam historiador com uma - ou mais-visões de História, senti a necessidade de debruçar-me sobre suas leituras a fim de tentar compreender até que ponto elas modelam alguma das ideias de Nicodemos Araújo.

De início me fiz o mesmo questionamento feito por Ginzburg (2005) sobre ser possível ou não reconstruir a leitura feita por Menocchio. É possível reconstruir as leituras feitas por Nicodemos Araújo? De acordo com Ribeiro “O importante não é o que Menocchio leu ou recebeu – é como leu, é o que fez de suas experiências; o que diminui a distância que se costuma propor entre leitura e escrita, entre uma postura passiva e outra ativa diante do conhecimento.” (RIBEIRO, 2008, p. 194).

É uma proposta complexa, visto que autores como Chartier e Certeau alertam sobre a existência de distâncias entre o texto lido e as significações construídas pelo leitor. A leitura realizada pelo receptor do texto seria, portanto, uma atividade fora dos domínios do autor. Mas entendo que é possível, conhecendo a escrita de meu sujeito e exemplares de textos lidos por ele, encontrar influências e indícios de criações de sentidos por Nicodemos Araújo com base no que leu, ou como “joga” com estes textos a fim de montar sua própria visão dos acontecimentos, de induzir determinados tipos de interpretação. Trata-se de analisar em quais situações ele revela em sua escrita uma postura passiva e/ou ativa diante do que leu.

Certeau (2013) discute o espaço que a escrita passou a ocupar em nossa sociedade. A modernidade inauguraria e seria inaugurada pela escritura.

Numa sociedade sempre mais escrita, organizada pelo poder de modificar as coisas e reformar as estruturas a partir de modelos escritos (científicos, econômicos, políticos), mudada aos poucos em “textos” combinados (administrativos, urbanos, industriais etc.) pode-se muitas vezes substituir o binômio produção consumo por seu equivalente e revelador geral, o binômio escrita-leitura (CERTEAU, 2013, p. 239).

O autor afirma também ser necessário questionar sobre os caminhos “próprios tomados pela leitura ali onde se casou com a escrita” (CERTEAU, 2013, p. 263.). Pensar o que Nicodemos Araújo leu, supõe reconhecer que existe, entre o que o autor leu e aquilo que escreveu um espaço de criação, de ressignificação. Ali, no espaço do texto, na atividade leitora, “jogos e astúcias” são postos em prática. É possível identificá-los? Ler e analisar o que nosso historiador leu nos ajuda a compreender como leu. Como reelaborou e ressignificou o que leu.

Organizar os textos que usa para referendar sua escrita faz, a meu ver, parte destas práticas que são, sobretudo, manipulações dos textos enquanto fontes. Selecionar um fragmento em detrimento de outro, suprimir partes do texto, chamar atenção para determinada possibilidade de interpretação, etc. Compreendo que isso revela as produções de sentido criadas por Nicodemos Araújo no espaço de leitura.

Analisarei aqui, duas obras com autores por ele frequentemente citados: *Almofala*, de Pe. Antônio Tomás, uma escrita fruto de uma das visitas realizadas pelo pároco de Acaraú²⁹ ao povoado dos índios Tremembé em 1898 e *Notas de viagem* de Antônio Bezerra. Feito um mapeamento das principais obras citadas por Nicodemos Araújo, optei por estas duas. O primeiro, Pe. Antônio Tomás, por ter sido conterrâneo de Nicodemos Araújo e a quem o autor atribuía grande influência em sua formação. O segundo, Antônio Bezerra, representante do Instituto Histórico, cuja revista é fonte de pesquisa citada constantemente em suas obras e sobre quem ele elenca qualidades de um “sábio cearense”. Busco nesta discussão pensar possíveis leituras presentes em suas produções. O objetivo é amplo e claramente não se encerra neste tópico, mas é nele que começaremos a pensar algumas questões que evidenciem como Nicodemos Araújo vai formulando suas ideias de História e de como escrevê-la.

Tenho consciência de não poder limitar a ideia de História propagada pelo Instituto do Ceará somente na figura de um de seus membros. Mesmo tendo claro a existência de uma “missão”, ao menos de forma geral, de ajudar a forjar uma identidade brasileira, contribuindo com a parte (o regional) que iria somar-se a outras partes para formar o todo (Nacional), não se pode desconsiderar as múltiplas percepções de história, de sujeito e nação que circulavam entre os membros desses institutos. Exemplo disso é a afirmação de Menescal (2012) de que fé e ciência conviveram nas abordagens de alguns sócios do Instituto do Ceará como Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, cientificista, e Barão de Studart, cristão e crítico das sociedades laicas.

Menescal (2012) informa que o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará é fundado em 1887 com a pretensão de publicizar a história e geografia da província cearense. Seus membros eram pessoas com notada visibilidade profissional, e, sobretudo, envolvimento político. Homens com histórico de participação em círculos literários.

Segundo a autora, os institutos regionais surgem para dar conta das especificidades regionais, completando um trabalho iniciado e propagado pelo próprio Instituto Histórico e Geográfico do Brasil – IHGB. Este fora criado numa época de formação

²⁹ Antônio Tomás foi pároco de Acaraú de 1882 a 1924.

da identidade nacional, e tinha como intuito organizar e estruturar uma história para o Brasil e para as regiões que o compunham.

No livro Município de Acaraú, nosso autor afirma:

Para segurança da veracidade dos informes enfeixados neste modesto livro, tive de consultar algumas fontes autorizadas entre as quais poderei citar a “Geografia do Ceará”, do Barão de Studart; “Ceará – Homens e Fatos, de J. Brígido; “História do Ceará, de Crus Filho; “Nota de Viagem” de A. Bezerra de Menezes; “O Ceará”, dos Drs. Raimundo Girão e A. Martins Filho; “Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo” do Dr. Alvaro Gurgel de Alencar; “Almofala”, do Pe. Antônio Tomás; “Iracema”, (Notas aditivas), de J. de Alencar; “Acaraú e seus povoadores”, de Junqueira Guarani; Revistas do Instituto do Ceará, Boletins do Ministério do Trabalho, Coleções de Leis, etc” (ARAÚJO, 2005, p. 10).

O autor recorre ao que chama de “fontes autorizadas”, obras citadas ao longo de sua escrita, e elenca seus autores. Alguns desses homens são membros do Instituto Histórico Geográfico e Antropológico do Ceará (IHGAC) e da Academia Cearense de Letras (ACL). Qual a definição de “fontes autorizadas” para Nicodemos Araújo? Qual a noção de fontes autorizadas para aqueles?

Segundo Salgado (1988), referindo-se aos membros do Instituto Histórico Geográfico do Brasil, as chamadas fontes primárias ocupavam espaço de destaque no trabalho desempenhado por esses historiadores cuja missão era escrever uma história para o Brasil. Além disso, havia também muita preocupação com a coleta destas fontes. Preocupação que acompanhará, segundo o autor, a trajetória da instituição. Como exemplo disso, o espaço dedicado as fontes na revista trimestral do órgão.

Além de registrar as atividades da instituição através de seus relatórios, divulgar cerimônias e atos comemorativos diversos, as páginas da Revista se abrem à publicação de fontes primárias como forma de preservar a informação nelas contida - aliás, parte substancial de seu conteúdo nos primeiros tempos -, de artigos, biografias e resenhas de obras (SALGADO, 1988, p. 20).

Santos, Corso e Zanlorenzi (2012) aponta as diferenciações que a História faz entre fontes primárias e secundárias. Segundo ela, o caráter primário de uma fonte refere-se à proximidade temporal em relação ao evento sobre o qual trata. O autor do fato narrado está próximo temporalmente do acontecimento que narra. Fontes secundárias seriam, conforme a autora, visões sobre o narrado nas fontes primárias. Assim, não precisam estar próximas temporalmente ao evento narrado. Porém, Santos lembra que esta diferenciação é tradicional e deve estar sujeita a críticas por parte do historiador.

Guimarães (1988) nos fala da criação dos institutos provinciais e sobre transformar o IHGB em um centro autorizado para produção da história nacional.

Um instituto histórico com sede no Rio de Janeiro, a partir do qual seriam criadas instituições semelhantes nas províncias, diretamente subordinadas aos princípios formulados na capital do Império, onde deve-ser-ia, em última instância, concentrar

a soma de conhecimentos acumulados sobre o Brasil. Esta concepção articula-se na verdade ao projeto mais amplo de centralização política, vitorioso em meados do século XIX. À ideia de transformar o IHGB em centro **autorizado** para a produção de um discurso sobre o Brasil, articulam-se inúmeras medidas tomadas no interior da instituição, (grifo meu) (GUIMARÃES, 1988, p. 16).

A ideia de fontes autorizadas, apresentada por Nicodemos Araújo, sugere que aqueles homens a quem recorria bibliograficamente estavam aptos a produzir história. O que produziam eram material com credibilidade uma vez que estes homens produziam a partir do local “autorizado” a escrever história. Assim, é a estes homens que nosso escrito recorre para credibilizar aquilo que escreve. Dentre eles, Antônio Bezerra.

Cearense natural de Quixeramobim, Antônio Bezerra (1841 – 1921) destacou-se pela forte atuação no campo das letras e da historiografia na província cearense, sendo um forte representante do naturalismo cientificista. Foi abolicionista e um dos fundadores do Instituto Histórico Antropológico do Ceará e da Academia Cearense de letras. De suas viagens exploratórias ao interior cearense na década de 1880 escreveu o livro *Notas de Viagem*. Obra citada por Nicodemos Araújo que sobre seu autor pontua:

Uma página de Antônio Bezerra.

O historiador Antônio Bezerra de Meneses, merecidamente cognominado “o sábio cearense”, possui o verdadeiro espírito de observador.

Inteligência arguta, visão percuciente, servidas por uma cultura sólida e brilhante, esse nosso eminente patricio ofereceu a História do Ceará, com as suas “NOTAS DE VIAGEM”, um contingente verdadeiramente precioso, porque o velho historiógrafo não se satisfazendo com os acurados estudos procedidos no silêncio de seu gabinete, quis procurar *in loco*, as regiões, os homens e os fatos sobre os quais desejava emitir a sua balizada opinião.

De maneira que, na viagem que empreendeu ao norte do Estado, Antônio Bezerra com a sua argúcia observadora em ação cuidadosa, soube estudar a fundo, costumes e cenários, ponto à prova a força criadora de sua inteligência e as amplas reservas de sua ilustração.

Acaraú foi uma das Comunas visitadas pelo sábio “cearense”, e sobre que ele escreveu páginas maravilhosas (ARAÚJO, 2005, p. 336 -337).

O trecho serve como apresentação de uma transcrição de um texto do Antônio Bezerra de Menezes, extraído do livro *Notas de viagem*. Como já foi mencionado, Antônio Bezerra de Menezes foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, e o trecho auxilia na compreensão sobre quais atributos Nicodemos Araújo reconhece como necessários ao bom historiador. Assim, são mencionados o “verdadeiro espírito de observador, Inteligência arguta “visão percuciente”. A isso se soma a “cultura sólida e brilhante” e a inquietação para ir “procurar *in loco*”. Transcrever o texto de Bezerra de Menezes é, para Nicodemos Araújo, a certeza de que o leitor terá acesso a uma “visão segura e fiel do que era Acaraú em 1884”, uma vez que o autor de *Notas de Viagem* estivera em Acaraú neste período.

Já Antônio Tomás (1868 – 1941) era um acarauense que estudou em Sobral e frequentou o seminário em Fortaleza, virando padre em 1891. Ganhou notoriedade ao ser eleito Príncipe dos poetas cearenses através de um concurso organizado por Demócrito Rocha na Revista Ceará ilustrado. Foi, sobretudo, um poeta, porém, sua obra *Almofala* é uma das principais fontes usadas por Nicodemos Araújo para escrever sobre o povoado. O texto foi encontrado no Dicionário Geográfico e Histórico do Ceará de Renato Braga, publicação de 1964, pela Imprensa Universitária do Ceará.

O pequeno texto que não chega a 20 páginas ocupa-se de narrar, sobretudo, os fatos vistos e protagonizados pelo padre quando de sua visita ao povoado às vésperas da igreja ser soterrada pelas dunas. Trata ainda da descrição do espaço, de dados sobre o povoamento e aldeamento dos Tremembé, da irmandade que por muito tempo ali atuou e sua representação do torém, ritual praticado pelos indígenas da etnia até os dias atuais.

Da análise feita da obra *Almofala* de Antônio Tomás e *Notas de Viagem* de Antônio Bezerra em relação à escrita de Nicodemos Araújo, sobretudo *Almofala e os Tremembés*, de 1981, sobressaem-se alguns pontos para as quais chamo a atenção do leitor. Muitas são as possibilidades, porém, foquei na percepção que autores trazem em suas respectivas obras do tempo histórico. Sob o viés teórico-metodológico de Koselleck penso como a ideia de futuro mediante a valorização ou não da ideia de progresso é abordada pelos autores. Chamo atenção ainda para os sujeitos históricos e para os jogos que anunciam manipulações e produções de sentidos por Nicodemos Araújo a partir das obras lidas por ele e aqui analisadas. Dentre tantas situações possíveis de análise, penso que estas me permitem mostrar de forma mais clara, o que na escrita de Nicodemos Araújo casa e/ou destoa da escrita dos autores a quem faz constantemente referência.

Koselleck (2006) ao criar sua metodologia para estabelecimento de um tempo histórico aponta duas categorias históricas, o espaço de experiência e o horizonte de expectativa. Aquele diz respeito ao passado, este ao futuro. A experiência seria o atual passado. Incorporado e lembrado. A expectativa o que ainda não é, o apenas previsto, porém não vivenciado. Trata-se de conceitos assimétricos, uma vez que “a presença do passado é diferente da presença do futuro” (KOSELLECK, 2006, p. 311). É da tensão entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa que se deduz o tempo histórico. “É a tensão entre experiência e expectativa que, de uma forma sempre diferente, novas soluções são suscitadas fazendo surgir o tempo histórico” (KOSELLECK, 2006, p. 313). Koselleck não discute o tempo natural, mas o tempo histórico, construção cultural que emerge na zona de tensão entre

passado (experiência) e futuro (expectativa) e acaba estabelecendo a forma como cada sociedade relaciona-se com estas duas categorias.

De acordo com o autor, até o século XVI, a história era vista como “a história dos repetidos adiantamentos” (KOSELLECK, 2006, p. 24) do fim dos tempos, acompanhando a história da cristandade e suas expectativas em relação ao futuro, representado até então como espera pelo fim do mundo.

As profecias apocalípticas dão conta deste horizonte de expectativas, porém esta ideia de “abreviação do tempo” é substituída, quando Koselleck se volta em sua análise para trezentos anos à frente, por uma “aceleração do tempo”. A ideia do desejo divino que o mundo finde é substituída pelo desejo de um “futuro dourado”. A aceleração do tempo passa de categoria escatológica para uma atividade de planejamento temporal. (KOSELLECK, 2006).

O fim do mundo era anunciado pelos profetas. A expectativa sobre o fim dos tempos é absorvida pela Igreja Romana. “A igreja é, em si mesma, escatológica” (KOSELLECK, 2006, p. 26). O fim dos tempos significava para esta instituição, ao menos enquanto sua data permanecesse indeterminável, integração. A expectativa do fim do mundo era parte da própria igreja.

Com a Reforma protestante, com as lutas religiosas, uma nova hierarquia se estabelece entre religião e política. As lutas religiosas não indicaram os fins dos tempos, mas trouxeram a necessidade de paz. O Estado absoluto repreende as “profecias apocalípticas e astrológicas” e passa ele próprio a monopolizar “a manipulação do futuro”. Assim, “pode-se dizer que uma política severa tinha sido capaz de eliminar lentamente, do campo da formação e da decisão da vontade política, as renitentes esperanças religiosas para o futuro, que então grassavam, depois da desagregação da igreja.” (KOSELLECK, 2006, p. 29).

Passa então, segundo o autor, a imperar o prognóstico racional. A previsão sobre o futuro só aceita como campo de possibilidades. “O prognóstico produz o tempo que o engendra e em direção ao qual ele se projeta, ao passo que a profecia apocalíptica destrói o tempo, de cujo fim se alimenta” (KOSELLECK, 2006, p. 32). Mas é na Era Moderna que a ruptura entre experiência e expectativa acontece. Ruptura que ocorre de forma lenta e progressiva. Segundo o autor descobre-se um novo horizonte de expectativa que se apresentará através do conceito de progresso. A perfeição antes projetada no além é agora pensando enquanto melhoramento da vida terrena. “Desde então a história pôde ser concebida como um processo de contínuo e crescente aperfeiçoamento; apesar das recaídas e rodeios, ele teria que ser planejado e posto em prática pelos homens” (KOSELLECK, 2006, p. 317)

A ideia de que as sociedades, países, grupos estavam em níveis diferentes de desenvolvimento era usado para classificá-los e determinar quem deveria dominar e quem deveria ser dominado. Nas palavras de Koselleck “O progresso é o primeiro conceito genuinamente histórico que apreendeu, em um conceito único, a diferença temporal entre experiência e expectativa” (KOSELLECK, 2006, p. 320). Por não poder ser formulado com base na experiência, o futuro passou a significar então, algo novo, um novo tempo, um novo mundo.

Pensemos então como a ideia de tempo histórico é concebida por Nicodemos Araújo e os dois autores analisados nesta discussão.

A narrativa de Antônio Tomás aborda o espaço de forma teleológica, assim a comunidade de Almofala é descrita pelo padre “como um trecho do Éden, aquela risonha e sossegada nesga de terra, onde nunca soaram as fanfarras do progresso nem os rumores da civilização; onde nunca lograram entrar os europeus do luxo, nem as ridículas extravagâncias da moda” (ARAÚJO, 1981, p. 24).

O lugar é romantizado enquanto espaço onde o tempo passa devagar, e claramente Antônio Tomás encontra na ausência de marcas do progresso a ideia de perfeição. A perfeição é o próprio espaço divino do Éden. A compreensão de progresso como indício de aperfeiçoamento e, portanto, de desenvolvimento, não faz parte da escrita de Antônio Tomás. O sossego da comunidade é análogo ao Éden, o progresso romperia esse marasmo no qual viviam “um punhado de homens simples e bons, cujas modestas aspirações nunca transpuseram as raias do seu horizonte visual” (TOMÁS, 1964, p. 83).

Antônio Bezerra, falando sobre a circulação de jornais em Santana, no Ceará, escreve:

Mais uma vez me convenci da importância desta via de progresso, que transmite por todos os ângulos do universo seus pensamentos e recebe em franca intimidade as dos outros que tem o mesmo fim, o mesmo destino, presos à mesma ideia que é a aspiração à perfectibilidade humana em cujo trabalho representa cada um o elo de uma grande cadeia, com a mesma simpatia com que o fluído elétrico se transporta de um a outro ponto, a comunicar, a difundir, a vulgarizar o aperfeiçoamento das artes, das letras, das Ciências, da Industria, do comércio e da política” (BEZERRA, 1889, p.72)

O jornal é apresentado por Antônio Bezerra como símbolo do progresso cujo fim, enquanto função comunicativa, é a perfeição humana. A analogia ao fluído elétrico remeteu-me quase que automaticamente a noção de melhoramento técnico. Tudo em prol do aperfeiçoamento. Koselleck, discutindo sobre a temporalização da doutrina da perfeição ligada a ideia de progresso afirma que “a formação da palavra *“perfectionnement”*

[aperfeiçoamento], que havia sido subordinada - especialmente por Rosseau – à noção histórica fundamental de uma “*perfectibilité*” [perfectibilidade] do homem. Desde então a história pôde ser concebida como um processo de contínuo e crescente aperfeiçoamento (...)” (KOSELLECK, 2012, p. 316-317).

Nicodemos Araújo, sobre Almofala, escreve: “hoje, no entanto tudo está algo diferente. Como não podia deixar de acontecer, a população de Almofala já vai procurando acompanhar a marcha do tempo. Embora com injustificável lentidão, as conquistas do progresso vão chegando àquela modesta comunidade (ARAÚJO, 1981, p. 25).

Evidencia-se que enquanto o padre Antônio Tomás aprecia uma visão da comunidade calma, longe do progresso e, por isso, positiva, Nicodemos Araújo lamenta ausência de progresso nela.

Não há dúvida de que aquele histórico povoado merece e precisa ser tratado com zero e carinho. A população almofalense, gente morigerada e boa, está necessitando do chamado “espírito de bairrismo” de modo que a povoação – sua povoação – possa apresentar um aspecto urbanístico mais atraente. Muitos prédios carecem de reforma; outros precisam de pintura nova, de maneira que os visitantes que ali chegarem possam ter uma boa impressão; uma impressão de que o povo está motivado e o lugar progredindo; está se pondo em dia com a evolução que se vem registrando em quase todas as localidades desta Região do Baixo Acaraú. [...] (ARAÚJO, 1981, p. 31).

A ideia de progresso liga-se a ideia de tempo histórico. Segundo Koselleck “na hierarquia dos estamentos via-se uma classificação estática, que o impulso das classes progressistas deveria ultrapassar” (2012, p. 317). Era necessário, assim, na abordagem de Nicodemos Araújo melhorar a comunidade, ao menos em seu aspecto técnico e físico, aperfeiçoá-la para que pudesse ser vista como local inserido na corrida do progresso. Esta percepção do futuro evidenciado através do progresso acompanha, na teoria de Koselleck, a ideia de aceleração do tempo.

Antônio Bezerra, falando sobre a escassez de dados estatísticos a serem recolhidos no município de Granja, pontua: “Infelizmente estamos ainda, tão descuidados do presente como ignorantes do passado, e em consequência dêsse desleixo imperdoável temos sido julgados no estrangeiro mais atrasados do que realmente estamos” (BEZERRA, 1889, p. 61).

A referência de análise do desenvolvimento na corrida do progresso é, na percepção de Antônio Bezerra, o estrangeiro. Preocupa-se o autor com a visão de atrasados que o Ceará tem em relação ao outro, ao de fora, aquele que estaria num estágio de desenvolvimento superior. Antônio Bezerra tem pressa de mostrar que esta visão não é totalmente correta. Esta pressa pode ser também compreendida como vontade de viver este progresso, de acelerar este futuro, este progresso.

Tantas as especulações sobre o futuro, agora livres da religião cristã, quanto as previsões resultantes do cálculo político apadrinharam a consagração do filósofo profeta. Lessing descreveu-nos esse tipo que “elabora perspectivas bastante acertadas sobre o futuro”, mas que se iguala ao entusiasta, “pois ele não consegue apenas esperar pelo futuro. Ele quer acelerar esse futuro, deseja ser ele próprio capaz de acelerá-lo, pois que proveito teria se aquilo que ele considera ser o melhor não se tornar o melhor ainda em seu tempo de vida. (KOSELLECK, 2012, p. 37).

Nicodemos Araújo não somente valoriza as ações que evidenciam o progresso da comunidade de Almofala, como também interfere ao aconselhar o que a população deve fazer para que a imagem que se tenha seja a de que o local está progredindo.

Com relação aos Tremembé, sujeitos históricos dos eventos ocorridos em Almofala, observa-se que o espaço dado a eles enquanto sujeitos históricos vai da quase ausência de menções à uma abordagem extremamente pejorativa.

Três momentos históricos. Antônio Bezerra escreve Notas de viagens em 1889, Antônio Tomás em 1898 e Nicodemos Araújo em 1981. São quase cem anos o que separam as obras de Antônio Bezerra e Antônio Tomás da de Nicodemos Araújo.

Antônio Bezerra visita, em sua viagem pelo interior da Província, o povoado de Almofala, porém limita-se a mencionar:

No meio do espaço compreendido entre duas ruas, do lado de leste, fica a igrejinha, um mimo de arquitetura, que a rainha de Portugal, D. Maria I, mandou edificar em 1802 para os índios Tremembés.
É diferente de todas que se encontram na Província, no gosto e na construção.
Quem a visita não pode deixar de reconhecer em tudo o cunho das obras dos jesuítas, e conquanto seja de pequenas proporções, suas perspectivas lembra um dos velhos templos de Portugal.
É pena que o abandono a vá deteriorando (BEZERRA, 1889, p. 379).

Nada mais é mencionado sobre o povo almofalense, nem sobre o povoamento, nem sobre o aldeamento que ali foi fundado pelos jesuítas. Nicodemos Araújo, ao longo de um texto de quatro páginas intitulado *Tremembés, índios turbulentos*, presente na obra *Almofala e os Tremembés*, faz uso das falas de autores como Padre Vieira, Pe. Ivo d'vreux, Carlos Studart Filho e Pompeu Sobrinho para se referir aos indígenas.

OS TREMEMBÉS, ÍNDIOS TURBULENTOS

[...] O venerado missionário Pe. Antônio Vieira fala que “os Tremembés são aqueles Gentios que frequentemente se nomeiam na rota da costa com o nome de Alarves” – Revista do Instituto do Ceará”, v. 91, pág. 187.

Já o Pe. Ivo d'Veux denomina-os de **Canibaliens**, provavelmente achando que eles eram antropofágicos. Assim fala também Pedro Theberge – “Esboço Histórico da província do Ceará” – “eram valorosos guerreiro e praticavam a antropofagia, não obstante se aplicarem à cultura do milho e da mandioca.

Carlos Studart Filho, porém, parece dar tréguas a tais afirmativas, quando diz – “Revista do Instituto do Ceará”, v.81: ‘Informam escritores lusitanos, sempre interessados em deprimir os nativos, que, em 1674, alguns náufragos foram por eles devorados.

E pelo menos, depois de aldeados pela Missão Aracati- mirim, não consta que os Tremembés comessem carne humana. [...]

Gustavo Barroso, citando Pompeu Sobrinho, fala que “eram esses índios exímios pescadores marinhos e de robusta constituição, perlongando em toscas jangadas as praias, sem delas nunca se afastarem; e que eram realmente temíveis”.

É certo também, que esses bugres nutriam manifesta aversão aos luso-brasileiros. Tanto isso é verdade, que o Forte de Nossa Senhora do Rosário, construído por Jerônimo de Albuquerque, em 1613, na enseada de Jericoacoara, para possibilitar ou facilitar a conquista do Maranhão, foi, mais de uma vez, atacado por esses gentios brigões

[...] Um fato que também contribuiu para serenar-lhes os ânimos, foi o gesto do rei de Portugal que, a pedido do Pe. Assenso Gago, por Carta Régia de 8 de janeiro de 1797, como já foi dito, mandou-lhes dar as terras de sesmaria, entre a barra do Aracati Mirim e o Timonha, recomendando, ainda que ninguém hostilizasse os índios.

O próprio nome de seu chefe – Juripariguassu – que no dialeto tapuia tem o significado de Diabo Grande, como que inspirava e sustentava o seu gênio revoltosos e sua temibilidade.

O que é certo, é que depois de aldeados em Almofala, em convivência permanente com o Pe. José Borges de Novais e outros missionários que ali evangelizaram durante tantos anos, os Tremembés se tornaram pacíficos, assimilaram, com relativa facilidade, os ensinamentos desses homens de deus, e se entregaram ao trabalho, naquela atraente praia acarauense (ARAÚJO, 1981, p. 39-42).

O perfil agressivo, antropofágico ou não, é a questão central nas citações. Após fazer uso das falas dos autores, Nicodemos emite sua visão, não se posicionando com relação a possível antropofagia Tremembé, mas conclui serem os indígenas avessos aos portugueses. Justifica sua conclusão com o fato dos índios terem destruído um forte construído em Jericoacoara cuja função era facilitar a conquista do Maranhão. Então, chama-os de ‘gentios brigões’. O que para a historiografia recente poderia sugerir protagonismo e resistência, para Nicodemos significam atitudes condenáveis, uma vez que os indígenas dificultavam a implantação da civilização pelos portugueses. Para o autor, o próprio significado do nome do líder indígena dava indícios de sua índole revoltosa.

Apesar de tudo, Nicodemos afirma, como se esse fosse o ponto que realmente merecesse atenção, que os resultados da evangelização, realizada pelo Pe. José Borges de Novais e demais missionários, pacificou os indígenas. De acordo com Manoel Salgado, em trabalho já mencionado anteriormente, ao definir o brasileiro como civilizado do Novo Mundo, os historiográficos do IHGB acabam por definir também aqueles que não se encaixam no perfil estabelecido nesta definição. A data de publicação desta obra é 1981, o que nos instigou bastante. Temos uma escrita maniqueísta e cheia de preconceitos sobre os índios num período, década de 80, em que a renovação historiográfica se fazia presente. Os questionamentos sobre uma historiografia que os ignorava estava em alta. Penso que Nicodemos faz nesse momento, escolhas. Nem Antônio Bezerra e nem Antônio Tomás fazem uso de adjetivos tão depreciativos quando se referem aos Tremembé.

Antônio Tomás ao descrever o soterramento da igrejinha centenária parece mais contido ao falar das causas naturais que ocasionaram o soterramento, que o próprio Nicodemos Araújo, cuja escrita sobre este evento remete ao apocalíptico fim dos tempos.

DILÚVIO DE AREIA

[...]

Nessa aflitiva situação, aquela gente laboriosa e boa debatia-se entre pânico e o desespero. Seria a mão de Deus mergulhando aquele povoado em um oceano de areia, como fizera, com todo o orbe terráqueo, em águas pluviais, no tempo do dilúvio. A diferença é que faltava ali um Noé com sua barca, para salvar ao menos algumas famílias, do cataclisma que se abatera sobre a comunidade, a qual não tinha nem teria condições de dar combate a um inimigo tão poderoso e singular, como essa sinistra montanha de areia movediça (ARAÚJO, 1981, p. 31).

O trecho é relevante porque evidência uma escrita de caráter religioso. O título, Dilúvio de areia, faz referência ao ocorrido em 1897, quando a igrejinha de Nossa Senhora de Almofala, cuja construção foi iniciada em 1702, foi soterrada por grandes dunas, permanecendo assim por 45 anos. Uma visão teleológica e escatológica da história é apresentada na analogia entre o dilúvio bíblico e o soterramento do templo. O autor afirma que o ocorrido é fruto do protagonismo divino e a falta de um personagem com características bíblicas como Noé para salvar o povo de Almofala de tal tragédia é o que diferencia os dois acontecimentos. Uma visão que nos remete a ideia de futuro previsível e fortemente dominada pelo cristianismo para o qual chamou atenção Koselleck.

Antônio Tomás descreve, em sua narrativa sobre a comunidade Tremembé, o ritual do torém. E Nicodemos Araújo o transcreve em sua obra. Após a transcrição, Nicodemos Araújo conclui a citação feita com uma outra citação de Raimundo Girão dizendo que este concordava com o padre Antônio Tomás: “O escritor Raimundo Girão confirma o Padre Antônio Tomás: “O Torém é conhecido no município de Acaraú e é executado com interessantes cânticos, animados pela ingestão de bebidas fermentadas, principalmente o suco de caju (mocaroró)” (ARAÚJO, 1981, p. 93).

No entanto, observou-se que a descrição do padre sobre o torém, ao menos no que se refere a alguns momentos do ritual, não sugere interesse pela manifestação enquanto elemento cultural daquele povo, mas um certo desdém e incômodo ao se deparar com “os variados efeitos da bebida; e já a dança e o canto eram entremeados de saltos e berros, quando felizmente uma cena burlesca veio pôr termo à função” (TOMÁS, 1898, p. 93).

Nicodemos Araújo ignora a possibilidade de uma leitura mais crítica da representação de Antônio Tomás sobre a manifestação cultural do Tremembé, unindo-a a

representação feita por Raimundo Girão, apresentando aos leitores como trata-se de visões iguais sobre o mesmo evento.

A omissão de determinados trechos de um texto quando da transcrição dele do mesmo, sugere a manipulação e o desejo de produção de novos sentidos. Nicodemos Araújo o faz quando apresenta o evento da retirada das imagens da capelinha de Almofala protagonizado pelo próprio Padre Antônio Tomás.

Comparei o texto de Antônio Tomás à sua transcrição na obra de Nicodemos Araújo. A ausência de um trecho se destacou:

Aí vim a saber, com grande nojo, que o plano de oposição à retirada das imagens da capela de Almofala, fora concebido pelo espírito mesquinho de um sórdido vendeiro que as desejava no Panam, perto de si, para servirem de chamariz de fregueses ao seu comércio.

Era, porém, tão cobarde esse “cavalheiro que, tendo armado o braço dos pobres cablocos, para a ingloria empreitada, lá se deixou ficar metido comodamente em sua toca a salvo do perigo a que os atirava.

Convém notar, em abono dos meus fregueses e conterrâneos, que felizmente não era acarauense esse tipo de Asahverus que para alo viera estabelecer-se exclusivamente à procura de ganho (TOMÁS, 1898, p. 98).

Justamente o trecho omitido por Nicodemos Araújo é aquele que revela a discórdia, o sentimento de desdém do padre Antônio Tomás diante do mandante e responsável pelo furto das imagens as quais ele recebe, do diocesano, a missão de garantir-lhes segurança diante do soterramento da igrejinha. Em outras obras da autoria de Nicodemos Araújo, também fontes desse trabalho, o autor não deixa de mencionar a importância dos homens e mulheres que chegam de fora para engrandecer cada município sobre o qual escreve. Parece-me vergonhoso para ele que, entre os almofalenses, povoado sob jurisdição política de Acaraú, se encontrem sujeitos capazes do tipo de ação descrito por Antônio Tomás. Isso torna a comunidade malvista e dificulta a ideia de que o local, está de fato, se desenvolvendo.

Assim, considero que Nicodemos Araújo, embora comungue com as visões de Antônio Tomás e Antônio Bezerra, os usa, sobretudo, como fonte informativa. Muito mais destoa das visões que eles apresentam do que as segue. Nicodemos Araújo vai além, ressignifica o que lê, inserindo nas informações apresentadas pelos dois autores, cargas opinativas que revelam detalhes do homem católico e branco que era.

3 QUE HISTÓRIA É ESSA? MEMORIALISTA OU HISTORIADOR?

Existe o *crer na*: crer na História, crer que existe uma história ou história em ação de uma maneira ou de outra. Postula-se que a contingência não é tudo e que se pode apreender uma certa ordem no que se manifesta ou se produz, e se estima que vale a pena relatar, tanto quanto se pode, o que se passou, para se lembrar e se servir dela. (HARTOG, 2017, p. 10).

Hartog (2017) questiona se ainda cremos na história como se acreditou a partir do século XIX, quando quisemos levá-la ao patamar de ciência, ou mesmo quando a acionávamos enquanto juíza, inspiradora, condutora de destinos. Muitas ações foram empreendidas em nome dela, e discursos exaltados a colocaram no papel de protagonista. Embora afirmando existir certo exagero por parte de Pierre Laurosse³⁰ ao dar à História um status equivalente “ao que havia precedentemente ocupado a teologia como discurso criador de sentido das sociedades então religiosas”, Hartog (2017, p. 10) reconhece o espaço ocupado pela história, sobretudo em determinados momentos, como “uma vigorosa profissão de fé”. Mas existe além do *crer em*, o *crer na* história, no sentido da consciência de que ela existe, de que está em curso, seguindo modelos, diversos modelos.

A forma como se crê em história está, segundo o autor, relacionada à ideia de quem faz a história. Ou seja, crê em história numa visão providencial, supõe pensá-la como fruto de intervenções divinas, por exemplo. Por outro lado, em outra perspectiva, o homem pode aparecer como ator no fazer história. Concepção herdeira do Renascimento e da ideia de que o homem é sujeito de sua vida. A isto soma-se uma história feita por grandes homens. É a crença moderna em História.

Segundo Hartog (2017, p. 16) “o fazer é uma modalidade do crer. E quanto mais se faz ou mais se crê que se faz, mais se crerá em história”. Assim, da concepção providencialista para a concepção moderna de História, o crer em história permaneceu vivo.

Uma nova definição do fazer história se impõe a partir da sua institucionalização e profissionalização. Usando o exemplo de Chateaubriand, Hartog (2017, p. 20) evidencia a diferença entre fazer história no sentido de conduzir ações políticas, e no sentido de somente conhecer e compreendê-la. A questão para Hartog é: ainda cremos em história? “Cremos ainda que se pode fazê-la? Por quem e como?”.

Segundo o historiador, as respostas têm sido diversas. De uma história política a uma história econômica e social, até uma história de longa duração com Fernand Braudel. Do sujeito que faz a história com suas próprias ações para aquela feita pelo historiador enquanto

produto concebido no sentido de a “forjar, fabricar, criar” (HARTOG, 2017, p. 21). Seu sentido, o da história, é questionado no século XX, sem que isso signifique deixar de crer nela. As grandes guerras impuseram o questionamento sobre seu sentido, ainda assim, fazê-la ou crer que ela seja feita:

se acomoda tanto à crença como à descrença em um sentido da história. O historiador não precisa se pronunciar. De todo modo, permanece o trabalho de identificar as regularidades, apreender as continuidades ou atualizar as fendas, as roturas; de enfatizar, de acordo com os momentos, uma história mais atenta às séries e à continuidade ou mais interessada pelas rupturas e o descontínuo; de privilegiar os modelos socioeconômicos ou a abordagem biográfica; e de colocar e recolocar, de novo e de novo, a questão da mudança na história e em história (HARTOG, 2017, p. 24).

Dessa forma, partindo dos questionamentos feitos por Hartog para analisar como a História foi pensada ao longo do tempo e como a percepção que se tem do tempo conduz a um tipo de concepção histórica, também me questionei sobre como Nicodemos Araújo *crer na História*, em qual história ou histórias ele crê? Como a faz e como crê que deva ser feita.

3.1 CRER EM E NA HISTÓRIA? QUAL HISTÓRIA?

A história é arca em que os povos se recolhem e salvam-se do olvido, como na outra as espécies recolheram-se e salvaram-se do dilúvio. Quê importa o tempo, se ela sobre ele flutua?” Coelho Neto (*Apud* Nicodemos Araújo, 1971, p. 9).

A frase de Coelho Neto é usada por Nicodemos Araújo na apresentação da obra *Município de Acaraú*, escrita em 1971. Embora a frase não tenha sido escrita pelo autor, foi escolhida por ele e inserida em seu discurso. Toda escolha carrega consigo o desejo de construir determinados gestos de interpretação, de produzir sentidos. Assim, minha escolha por iniciar esta discussão com ela também não é ingênua. É sobre como Nicodemos Araújo *crê em e na História* que essa discussão tratará.

A começar pelas ideias de história que o autor carrega, pensemos a frase em destaque acionando a noção de efeito metafórico para entender o processo de construção de sentidos neste recorte. O efeito metafórico é elemento estruturante na análise do discurso, opção teórico-metodológica adotada nesta pesquisa³¹.

³¹ Segundo Orlandi (2009) p. 80. “o efeito metafórico, o deslize - próprio da ordem do simbólico – é o lugar da interpretação, da ideologia, da historicidade.” Os efeitos metafóricos são para a autora que se apoia em M. Pêcheux (1969), deslizamentos de sentido. Mas o efeito metafórico pensado por Orlandi (2009) ultrapassa a

A história, segundo o autor da frase, é a própria Arca com sua função-missão de salvar os povos do esquecimento. A analogia bíblica não dá conta por si só de evidenciar que nosso autor, Nicodemos Araújo, pensasse a história com um caráter providencial, mas revela uma crença na História enquanto salvadora, instituidora de um passado necessário à própria existência, uma vez que o esquecimento, o rompimento com esse passado relegaria o povo a morte no dilúvio. É poderosa, salva, recolhe. O tempo, comparado as águas do dilúvio, não assusta porque a História, enquanto arca, o percorre, está acima dele. Assim, porque temer o tempo e sua marcha a caminho do esquecimento se a história, aqui está para, sobre ele, evitar sua ação?

Este tempo não páreo para a história, aparece, em outras passagens nos escritos de Nicodemos Araújo, de forma a não ser subestimado por continuar “em sua marcha que ninguém pode interromper” (ARAÚJO, 1989, p. 50). Linear, segue seu percurso, senhor dono de si, “não espera por ninguém” (ARAÚJO, 1989, p. 43). Assim, a “A ampulheta do tempo continuava sua marcha imperturbável” (ARAÚJO, 2005, p. 52) não se adaptando a história, mas fazendo-a apressar-se para apreendê-lo ao mesmo tempo em que deveria sanar seus possíveis efeitos.

Que o autor pensa o tempo atrelado a uma busca pelo progresso o qual todas as cidades do Baixo Acaraú deveriam seguir já sabemos e sobre isso discorri um pouco no capítulo anterior. No entanto, a meu ver, são necessários mais elementos para situar, ou não, a percepção de história de Nicodemos Araújo como aquela situada por Hartog dentro do Regime Moderno de historicidade.

Hartog (2013) nos apresenta um instrumento de análise que chama de “Regime de Historicidade” também compreendido como “apenas a expressão de uma ordem dominante do tempo”(HARTOG, 2013, p. 139). A partir dele é possível analisar como uma determinada sociedade se percebe, se orienta e compreende o tempo. Segundo o autor a “História magistra apresentava a história, ou supostamente assim o fazia, do ponto de vista do passado. Pelo contrário, no regime moderno, a história foi escrita, teleologicamente, do ponto de vista do futuro. O Presentismo implica que o ponto de vista é explícita e unicamente o do presente” (HARTOG, 2013, p. 28) E por que ter este olhar sobre a escrita de Nicodemos Araújo? Porque conforme o próprio Hartog (2013) orienta:

simples metáfora enquanto figura de linguagem apresentada pela linguística. Estaria ele na própria base da construção dos sentidos. Enquanto os estudos tradicionais em linguística apresentam uma ideia de metáfora como desvio natural de sentido, Pêcheux e Orlandi o entende não como um desvio, mas como um deslizamento de sentido influenciado histórica e ideologicamente.

Conforme domine a categoria do passado, do futuro ou do presente, a ordem do tempo resultante não será evidentemente a mesma. Por essa razão, certos comportamentos, certas ações, certas formas de historiografia são mais possíveis do que outras, mais harmônicas ou defasadas do que outras, desatualizadas ou malogradas (HARTOG, 2013, p. 13).

Identifiquei na escrita de Nicodemos Araújo passagens que me levariam a uma concepção de História com base na *Magistra vitae*, tais como: “Baseados sempre na tradição e no que nossos avós disseram a nossos pais, passamos a registrar alguns apontamentos sobre o tronco genealógico do hoje município de Bela Cruz.” (ARAÚJO, 1985) e “Os que ali ficaram, prosseguem sua caminhada pela vida, observando sempre o exemplo de seus antepassados, dentro dos princípios morais que os nortearam” (ARAÚJO, 1985, p. 39).

No entanto, o que se observa na escrita de Nicodemos Araújo é uma forte influência das chamadas teorias do progresso, o que poderia levar-me a encaixar a escrita do autor dentro do Regime Moderno de Historicidade. Toda via, receosa de cair numa classificação rígida, de não levar em conta todos os elementos que formam o sujeito que escreve, opto por aprofundar um pouco mais a presença das ideias de Progresso e religião na escrita de Nicodemos Araújo, uma vez que são dois elementos fundamentais em suas obras.

Alain Benoist (2018) afirma que:

O progresso pode ser definido como um processo cumulativo no qual o estágio mais recente é sempre considerado preferível e melhor, ou seja, qualitativamente superior, ao que precedeu-o. Essa definição contém um elemento descritivo (a mudança ocorre em uma certa direção) e um elemento axiológico (essa progressão é interpretada como uma melhoria). Assim ela refere-se a mudança que é orientada (para o melhor), necessária (não pode-se parar o progresso), e irreversível (nenhum retorno geral ao passado é possível). A melhora sendo inescapável, segue-se que o amanhã sempre será melhor que o hoje (BENOIST, 2018).

Os hinos de Cruz, Santana do Acaraú, Acaraú, Bela Cruz que aparecem nos livros dos respectivos municípios foram escritos pelo próprio Nicodemos Araújo. Neles são visíveis características do progresso descrito por Benoist (2018):

HINO A SANTANA DO ACARAÚ
 Deus te guarde, cidade bonita,
 No constante labor da tua gente!
 Que prossigas na luta bendita,
 Construindo um progresso crescente.
 Refrão: Salve, Santana do Acaraú!
 Bela e querida de norte a sul.
 Com teus anseios de evolução
 Teus filhos todos sempre estarão.
 Estes jovens – que são teu futuro-
 Hão de mais elevar-te na história.
 Ei-los todos, em passo seguro,

No caminho feliz da vitória.
 Salve Santana do Acaraú, etc.
 O teu povo, com amor e bom gosto
 Alinhou muito bem teu perfil.
 Que, nas praças e ruas exposto,
 Constitui um primor do Brasil.
 Salve, Santana do Acaraú, etc.
 No trabalho e na paz permanente
 Tenhas sempre este teu progredir,
 Que garante um ditoso presente.
 Na esperança de um grande porvir.
 Salve Santana do Acaraú.
 (ARAÚJO, p. 5, 1985).

O progresso aparece como elemento condutor nas ações da comunidade em todos os hinos escritos por Nicodemos Araújo. Há um caminho a ser percorrido, o “caminho feliz da vitória”. Benoist (2018) coloca que esta não é uma questão facilmente resolvida pelos teóricos do progresso. Qual o ponto de chegada dessa caminhada? O progresso é indefinido ou leva a um estágio final? Qual ponto marcaria a vitória? Em qual estágio os santanenses teriam que chegar para serem vitoriosos no caminho do progresso? O que Nicodemos afirma na letra do hino é que se trata de “um progresso crescente”, “com teus anseios de evolução”. A direção é o futuro, o presente deve ser pensado com base no futuro: “tenhas sempre este teu progredir / Que garante um ditoso presente/ Na esperança de um grande porvir”. Que se viva bem o presente, esperando um grande futuro.

No hino de Bela Cruz:

Caminhemos em passo seguro
 Para a meta – União e Progresso.
 E esta terra há de ter, no futuro,
 Neste amor que lhe damos tão puro
 Como agora, efetivo sucesso.

Bela Cruz, tua gente prossiga
 Nesta firme e fiel diretriz,
 Para que, cada vez mais amiga,
 Nesta batalha consiga
 Ver-te sempre ascendente e feliz.
 (ARAÚJO, p. 7, 1985).

O progresso aparece como meta e a direção é novamente o futuro. Mas aqui o “sempre” no verso da última estrofe “Ver-te sempre ascendente e feliz” produz um sentido de avanço infinito, ascender sempre é a diretriz a ser observada.

A indústria, o comércio atuante,
 As escolas, a Igreja Matriz,
 Os teus jovens no estudo constante,
 Almejando um Brasil mais feliz,
 Fazem a terra inda mais cativante,
 No progresso que o povo bendiz.

Deus conserve no provo cruzense
 O ideal de crescer e servir,
 Pra que esta unidade cearense
 Fortaleça no seu progredir
 O direito que a todos pertence
 De viver, de lutar, de sorrir.
 (ARAÚJO, p.14, 1989).

“A indústria, o comércio atuante”, são símbolos de desenvolvimento econômico, enquanto “as escolas” e seus “jovens no estudo constante” representam o desenvolvimento intelectual. A indústria e escola, como as conhecemos hoje, são instituições modernas. Necessárias do ponto de vista do progresso. Porém, junto delas, Nicodemos Araújo coloca a igreja matriz, deixando claro que esse progresso almejado precisaria caminhar lado a lado com a religião.

“Almejando um Brasil mais feliz” e “o direito que a todos pertence de viver, de lutar e sorrir” colocando a ideia de felicidade como algo que constitui a própria ideia de progresso ou como consequência dela. Segundo Peláez (2012) a evolução definida como progresso leva uma sociedade “até algum tipo de perfeição ou plenitude”. E os teóricos do progresso apresentam distintas visões sobre o que seria exatamente essa perfeição ou plenitude. Segundo o autor cabem três ideias básicas: perfeição melhoramento técnico ou cognoscitivo; desenvolvimento ético; aumento da “felicidade” das pessoas.

Nicodemos Araújo parece perpassar essas três concepções básicas. A ideia de que os filhos da terra que procuram conhecer “o campo luminoso da cultura” engrandecem sua terra aparece presente nas listas de nomes daqueles que em cada município sobre os quais escreve conseguiram avançar nos estudos.

Num testemunho de sincera homenagem, registramos aqui uma relação nominal de filhos e filhas do município de Cruz, que, fosse em cursos superiores, fosse em cursos técnicos, fosse em cursos de 2º Grau, conseguiram um diploma que representa o troféu de sua vitória no campo luminosos da Cultura, e encerra uma glória para sua terra (ARAÚJO, 1989, p. 95).

Benoist (2018) afirma que “O caráter cumulativo do conhecimento científico foi enfatizado com insistência particular. O progresso, concluiu-se, é necessário: sempre saber-se-á mais, e assim tudo sempre ficará melhor.”. Esse caráter cumulativo da ideia de progresso também se estende ao conhecimento científico. Saber mais possibilita melhorar. Os modernos são, dessa forma, considerados superiores. O progresso passa a ser causa do processo de evolução. Assim Nicodemos Araújo reserva sempre em suas obras um espaço para a educação local dos municípios que não se têm “descuidado dêsse magno problema que encerra o esteio da *evolução* e do desenvolvimento para todos os aglomerados humanos (...)” grifo meu

(ARAÚJO, 2005, p. 153) Destacando também os professores “em sua missão excelsa e nobre, disseminaram a instrução (...) infundindo *luz* no cérebro de milhares de crianças.” grifo meu (ARAÚJO, p. 154). *Evolução* e *luz* são palavras que nos remetem diretamente a teoria do progresso. A melhoria virá na medida em que se souber mais. A ideia de derramar a luz do conhecimento nos cérebros das crianças é uma concepção pedagógica que também nos remete ao Iluminismo. Antropologicamente falando, para os teóricos do progresso, o homem é visto como um ser “perfectível”, “tábula rasa” a ser preenchida, melhorada e civilizada. Assim, o homem se afastaria da natureza e do passado buscando progredir, melhorar.

Os discursos elogiosos de uma sociedade que encontrou ou caminha rumo ao progresso é uma constante na escrita de Nicodemos Araújo. Mas a isto podem também ser somadas as menções sempre carregadas de um teor religioso que condiz com a forte religiosidade do autor, o que não seria contraditório se levarmos em conta o que Benoist (2018) e Peláez (2012) nos dizem sobre a origem cristã da ideia de progresso.

A obra *O Município de Cruz*, a exemplo, é apresentada aos leitores em analogia ao óbulo da viúva, passagem bíblica cristã segundo a qual mesmo diante da pobreza uma pobre viúva daria em oferta aquilo que muito lhe faltava. E assim afirma fazer também nosso autor, pois:

Sem condições de oferecer à população cruzense um presente mais útil, no primeiro aniversário de seu município, aqui trouxemos nossa oferta de pobre. Ela representa o óbulo da viúva, de que nos fala São Lucas (21,4), mesmo porque estas notas são tudo o que nos é dado apresentar. “Cada um dá o que tem” (ARAÚJO, 1989, p. 17).

De forma geral a citação sugere um artifício retórico para produzir o sentido de que o sentimento de modéstia é o que impera diante do trabalho feito. Não questiono que não haja em nosso autor tal atributo. Porém, pensemos de forma mais profunda nos sentidos produzidos pela passagem bíblica em questão. A mensagem é a de que para o criador mais importa o esforço de dar o pouco que se tem quando o que se tem é pouco, do que o muito dado quando já se tem muito. O que se doa nesse caso é importante porque tem mais valor para quem doa. A oferta é importante para quem recebe porque também é muito importante para quem entrega. O que Nicodemos Araújo oferece é sua escrita, é sua habilidade em escrever história, é seu talento. Por parecer pouco e ser muito, agrada ao criador. Enquanto a viúva oferece ao senhor, Nicodemos Araújo oferece à população letrada que terá acesso às obras.

E depois de pacientes investigações, apenas consegui compilar os desprezíveis apontamentos que ora lanço aos quatro ventos da publicidade. Entretanto, confio na benevolência dos meus distintos contemporâneos, para os quais escrevi esta singela monografia, e sinto-me confortado pela convicção de haver emprestado a

cooperação dos meus minguados recursos para consecução de empreendimento de positiva utilidade para a terra acarauense (ARAÚJO, 2005, p. 10).

A palavra **Benevolência** é usada por Nicodemos Araújo para retoricamente desculpar-se perante uma suposta fragilidade de seus escritos. Pensemos mais além. Seu significado pode ser encontrado várias vezes na Bíblia Sagrada. Em passagens como: “Ele te declarou, ó homem, o que é bom; e o que o SENHOR pede de ti, senão que pratiques a justiça, e ames a benevolência, e andes humildemente com o teu Deus?” (Miquéias. 6:8). A oferta de Nicodemos Araújo a seus conterrâneos é a obra de História, que parece pouco, mas que deve ser aceita com benevolência.

Assim, escrever história equivale a “oferecer”, entregar seu esforço, “dar ao Acaraú, a humilde oferta de minha mediocridade intelectual” (ARAÚJO, 2005, p. 9) numa ação religiosa de presentear aquele que precisava. E quem precisava? O povo de Acaraú. Precisava de história, e se precisa é porque é importante, é fundamental. Nicodemos Araújo oferecia história porque a considerava importante.

A isso soma-se um sentimento de missão, de dever a ser cumprido.

Todavia, o fato da presente monografia representar um subsídio, embora deficiente, para quem porventura vier a escrever algo sobre a história do município de Bela Cruz, nos compensa do trabalho nosso para concatenar estas notas. É o prêmio do dever cumprido (ARAÚJO, 1985, p. 8).

É dever dar sua oferta. É dever do bom cristão, contribuir como pode.

Nicodemos Araújo crê em uma história guiada e conduzida pelo divino ou entende que o progresso buscado e implementado pelo homem seja o verdadeiro motor da história? Ou as duas coisas juntas? Francisco J. Contreras Peláez (2012) mostra que providência e progresso não precisam ser compreendidos como termos antagônicos. O autor busca em J.G Herder e Santo Agostinho elementos de uma ideia de progresso cristã, mostrando que a modernidade não é a mãe da teoria do progresso como se imagina, mas que é possível encontrar suas origens na concepção de mundo cristã.

A novidade que introduz o Iluminismo é a laicização do conceito. Existiu um progressismo cristão muito antes que o progressismo iluminista”. (Deus deseja o aperfeiçoamento da humanidade); os iluministas assumem tal otimismo, mas despojando-o de suas bases ideológicas: já não é Deus quem garante o sentido e o final feliz da história, senão a Razão, a natureza, a inteligência humana, as leis históricas...” (PELÁEZ, 2012).

Mesmo com as divergências entre os teóricos do progresso, algumas questões referentes aos elementos que o constituem aparecem como consenso: a ideia de linearidade do tempo, de uma evolução da humanidade universal, apontada para o mesmo percurso e a ideia de transformação do mundo pelo sujeito. Segundo Benoist (2018) essas três questões-chaves

que circundam a ideia de Progresso nascem no cristianismo. São, no entanto, reformuladas a partir do século XVII passando por um processo de secularização.

Com a Bíblia a ideia de tempo aparece redirecionada para o futuro. Da criação à vinda de Cristo pela segunda vez, do paraíso do Éden ao juízo final. A espera é pelo futuro. Um futuro bom para os filhos de Deus. Não há espaço para as concepções cíclicas de história. Assim, a teoria do progresso seria a responsável por secularizar a concepção linear de História. A ideia de fim dos tempos é substituída pela a de futuro e a de salvação pela a de felicidade (BENOIST, 2018).

As analogias entre os acontecimentos históricos e a concepção bíblica aparecem com mais frequência nas passagens sobre a história religiosa (cristã-católica) dos municípios.

Era a influência decisiva que os missionários exerciam na alma do povo, a quem eles vinham trazer, nos mais remotos lugares, a Mensagem do Evangelho do Nosso Senhor Jesus Cristo. Mensagem que constituía, constitui e constituirá, por todo o sempre, a nossa luz e a nossa bússola, na caminhada que efetuamos pela vida, neste mundo, em busca da terra prometida (ARAÚJO, 1967, p. 25).

A terra prometida, que aparece em Gênesis é a meta a ser alcançada. A expressão “neste mundo” sugere que não se trata de um espaço físico, mas metaforicamente a um conjunto de comportamentos e posturas considerados corretos dentro dos preceitos da religião cristã.

O advento da ciência, da tecnologia e a descoberta de novas terras trouxeram um clima de otimismo, uma crença na melhoria. A natureza passa a ser vista como máquina a ser explorada pelo homem. Uma mentalidade tecnológica guiada pelo espírito científico. Esse otimismo casa com o desejo da classe burguesa em ascensão. O século XVIII traz também o discurso economista de que sempre se pode ampliar as necessidades humanas e o homem age para saciar essas necessidades. Eis a base argumentativa que tenta substituir a ideia de pecado original, segundo Benoist (2018).

A ideia de organismo coletivo percorrendo um caminho comum gera, segundo o autor, a ideia contemporânea de desenvolvimento. O “novum” é algo almejado pela modernidade. O que é novo é sempre considerado melhor. “Assim a história da humanidade foi vista como definitivamente unitária. Isso preservou a ideia cristã de uma futura perfeição da humanidade e a certeza de que a humanidade está movendo-se na direção de um fim único” (BENOIST, 2018).

Não creio que Nicodemos Araújo seja defensor consciente de uma ideia do progresso de base cristã, no entanto, o autor não aposta numa ideia de progresso racionalizada e laica. Apresenta uma escrita com fortes características do século XIX cujo progresso é o grande ator, mas revela uma crença da religião cristã como protagonista, coexistindo com esse progresso.

O tempo é pensado por Nicodemos Araújo como linear e existe uma forte influência do pensamento cristão sobre esta construção.

E a localidade se tornou Distrito, e o distrito se fez Município, e a povoação se fez Vila, e a Vila se elevou à cidade. Tudo isso graças ao espírito de luta e desejo incoercível de ver o engrandecimento do torrão-berço, no ardor atuante do amor e do patriotismo que constitui a principal característica daquele povo laborioso e fraterno [...] (ARAÚJO, 1989, p 36 -37).

O trecho inicia-se com a escrita sobre a transição política da povoação a Município. A organização da frase leva a imediata analogia com a famosa passagem bíblica do Gênesis. É como se o tempo na narrativa histórica fosse também o tempo de Deus. Nicodemos Araújo atribui essa transformação política ao povo através de seu espírito de luta, mas até que o leitor chegue a esta parte do texto, os sentidos produzidos pela primeira frase conduzem a uma transformação fruto da ação divina.

As capelas e igrejas marcam sempre os inícios. “E assim fazemos porque em Bela Cruz, como em todo o Brasil, ninguém poderá escrever a história de aglomerado humano, sem pôr em primeiro lugar a parte religiosa. A menos que a obra fuja à raiz da história propriamente dita” (ARAÚJO, 1967, p. 25) E seguir a “raiz da história” seria começar sempre pelo processo de difusão da fé. Base da planta, a raiz é órgão que sustenta, que fixa, que absorve nutrientes necessários para sua vida. Os missionários católicos aparecem como os regadores dessa planta:

A Religião Católica sempre esteve vinculada à história de todos os núcleos de população da terra brasileira. A fundação de quase todas as povoações, a formação de quase todos os núcleos demográficos desta grande e querida Pátria do cruzeiro, foram sempre orientados pelos missionários católicos. Esses beneméritos obreiros da nossa civilização, no seu afan nobilitante de servir ao povo e à sua pátria, com a mais santa perseverança e a mais zelosa abnegação cristã, foram, em todos os tempos, os desbravadores das florestas brasileiras, os catequistas intemeratos dos selvícolas, os evangelizadores infatigáveis dos povos em formação. Por isso, o Acaraú não deixou de experimentar a influência salutar do relevante trabalho desses pioneiros do bem que visitaram estas plagas, desde os seus primórdios, e que tão poderosamente influíram no espírito de nossa gente, desde os primeiros povoadores desta gleba alencarina (ARAÚJO, 2005, p. 95).

Religião e patriotismo aparecem lado a lado. Levar a mensagem de Cristo equivale a servir a pátria. O pioneiro não é o índio, mas o religioso catequista que desbrava as

florestas em busca do silvícola. Tudo vale a pena em nome de Cristo e da Pátria. Tudo vale a pena em nome da civilização. Desbravar equivale a tirar os povos indígenas da natureza. Adaptá-los, educá-los, afastá-los da “selvageria”. “O homem cumpre sua humanidade - “civiliza” a si mesmo - apenas opondo-se à natureza e libertando-se dela” (BENOIST, 2018).

No século XIX, no auge da teoria do progresso, os termos progresso e civilização são usados como sinônimo. Assim, levar a civilização a povos colonizados, por exemplo, seria levar-lhes progresso, ou seja, o melhoramento. A noção de progresso é repensada também com base na teoria da evolução de Darwin, tornando-se segundo o autor, menos mecânico. Assim os mais “aptos” são selecionados. “Essa interpretação reforçou o imperialismo ocidental porque era mais “evoluída” a civilização do Ocidente também era necessariamente a melhor” (BENOIST, 2018).

Segundo Guimarães (1988), em análise sobre a produção historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e seu projeto de formação de uma identidade brasileira, o conceito de Nação com o qual os membros desta instituição trabalhavam, é, sobretudo, restrito ao branco. Privilegia-se uma abordagem em que se enaltece a atuação do elemento branco no processo civilizador, “resgatando especialmente a importância dos bandeirantes e das ordens religiosas nesta tarefa desbravadora e civilizatória” (SALGADO, 1988, p. 25).

O progresso segue visível no desenvolvimento da urbe. Um progresso que não cortou laços com Deus:

É assim a cidade de Cruz, hospitaleira e amiga, em sua simpática fisionomia urbana. Ergue-se, ao norte, a majestosa Igreja Matriz, onde a imagem querida do Seráfico de Assis, há mais de um século, assiste o desenvolvimento da urbe, no labor construtivo de sua gente; e ao sul, a gigantesca chaminé da IACANORTE se levanta no espaço azul, apontando para o alto, para o infinito, para Deus (ARAÚJO, 1987, p. 21).

Os símbolos de um e de outro, a igreja e a fábrica, Norte e Sul, uma assistindo ao desenvolvimento da outra, coexistindo. Porém, o desenvolvimento e seu símbolo máximo, a gigantesca chaminé, existem sob a observação da estátua do santo de Assis e da grandiosa igreja. A fábrica e sua chaminé se submetem ao alto, como em louvor a Deus.

Esses escassos apontamentos ficariam de todo incompletos, se não dedicássemos atenção à obra grandiosa e meritória dos Missionários que, naquele pedaço do Ceará estiveram, desde a construção de sua primitiva capelinha, em seu trabalho de evangelização. Por que “eram eles que o verbo do Messias pregava, desde o vale às serranias, do Polo ao Equador; como disse o imortal Castro Alves” “É que, os bandeirantes do Evangelho, foram os missionários da Igreja Católica que primeiro desbravaram a floresta brasileira, no exercício de seu apostolado sublime e sacrossanto (ARAÚJO, 1967, p. 41).

A ação cristã católica aparece como decisiva e a mensagem cristã é a organizadora das ações humanas sobre a terra.

Tendo em uma das mãos a Cruz de Cristo e na outra a Sagrada Escritura, o coração cheio de bondade e a alma cheia de fé, eles embrenhavam-se em nossas selvas, à procura do índio bravo e traiçoeiro. Entretanto, o sangue por eles derramado, em solo brasileiro, nessa batalha gloriosa e santa, era uma prodigiosa sementeira de onde nasciam novos heróis para a luta; de onde brotavam novos operários para a empreitada de Cristo. E as tribos iam sendo visitadas, e novos seres humanos eram trazidos para a comunidade cristã, lavados nas águas lustrais do batismo (ARAÚJO, 1967, p. 41).

Nos trechos, a supervalorização do elemento branco e, sobretudo religioso. A visão maniqueísta se faz presente. De um lado, o exemplo de bondade e fé. Do outro, o bravo e traiçoeiro. O índio é apresentado como sujeito condenável na trama, uma vez que não facilita o processo tido como natural em que o missionário enfrenta perigos e derrama seu sangue para levar até ele a mensagem divina. A ideia da convenção como guerra santa aparece, e o guerreiro missionário carrega em uma das mãos a Cruz de Cristo, referência à espada, e na outra a Sagrada Escritura, referência à palavra cristã como guia.

A ampulheta do tempo continuava sua marcha imperturbável. E a 5 de setembro de 1832, a sede da Freguesia de Almofala foi transferida para a povoação de Acaraú, o que constitui motivo de justo contentamento e entusiasmo para sua população tão ciosa do engrandecimento de sua gleba. E desde então a localidade começou a receber mais gente de outras paragens. Gente que vinha integrar a comunidade nascente e, conseqüentemente, tomar parte ativa na solução de seus problemas e colaborar para a construção de seu progresso (ARAÚJO, 2005, p. 52).

Assim, o que temos é uma escrita que se organiza a partir de dois eixos fundamentais: a religião e a ideia de progresso. A religião como herança pessoal, a ideia de progresso advinda das leituras e discursos de modernização que chegaram até Nicodemos Araújo por meio dos livros e, sobretudo, pelos jornais. E embora uma grande parte dos teóricos do progresso pareçam se afastar de ideias de cunho religioso, Nicodemos Araújo vai construindo uma narrativa em que as duas parecem coexistir e conviver de forma harmônica.

3.2 COMO FAZ E CRER QUE A HISTÓRIA DEVA SER FEITA

Alguns, particularmente, acentuando o verbo “fazer”, puderam então crer ou fazer crer que o historiador, fazendo história, fazia a história, no sentido de que ele a fabricava. Não mais, portanto como outrora, no sentido do grande homem que faz a história, ou mesmo do historiógrafo colocando-se no lugar do príncipe, mas em um sentido de “fazer” ao mesmo tempo novo e muito antigo: o de forjar, fabricar, criar. Se escrever é fazer, escrevendo o historiador também faz (HARTOG, 2017, p. 21).

Hartog (2017) percorre o caminho, mesmo que brevemente, das formas pelas quais se acreditou ser possível fazer história. Do momento em que “fazer história” significava protagonizá-la ocupando papéis de decisão na sociedade como os de reis, chefes de estado,

etc., ao momento em que fazê-la pode simplesmente significar conhecer e compreendê-la. E mesmo com questionamentos sobre seu sentido nas últimas décadas do século XX, o historiador permanece em seu trabalho de, entre tantas coisas, “colocar e recolocar, de novo e de novo, a questão da mudança na história e em história” (HARTOG, 2017, p. 24).

Como Nicodemos faz história? A interrogação é sobre seus métodos. Essa não é, claramente, uma discussão sobre o caráter exequível da história. Busquei deter-me na identificação e análise dos percursos teórico-metodológicos realizados por Nicodemos Araújo. É preciso, no entanto, deixar claro que não existe um paradigma historiográfico correto em si. Não existe uma abordagem historiográfica que torne todas as outras erradas e falsas. Todo historiador ao entrar em contato com a teoria da história, com as múltiplas leituras e com a prática da pesquisa, vai se alinhando a uma abordagem, o que não significa ficar preso unicamente a esta ou aquela. Portanto, não situo Nicodemos Araújo dentro desta ou daquela corrente historiográfica. O que pretendo é compreender quais elementos são predominantes em seu fazer história. Quais deles se sobressaem e acabam configurando seu método histórico.

O fato de Nicodemos Araújo não ter frequentado a academia, não torna seu trabalho ausente de um método e nem mesmo de teoria. Talvez não consigamos inseri-lo numa abordagem “metódica” ou marxista, por exemplo, mas como já pontuei, há um caminho traçado pelo autor. É esse caminho que me interessa.

Compreender que as teorias do progresso e a forte religiosidade de Nicodemos Araújo marcam sua escrita é um primeiro passo para entender como metodologicamente ele materializa essas ideias. Segundo Hartog (2017) “o fazer é uma modalidade do crer”. Assim, as teorias do progresso e toda a religiosidade do autor também embasam seu fazer história.

Conforme Barros (2013, p. 65-67):

A “teoria” remete (...) a uma maneira específica de ver o mundo ou de compreender o campo de fenômenos que estão sendo examinados (...) Por outro lado, a Teoria remete ainda aos conceitos e categorias que serão empregados para encaminhar uma determinada leitura da realidade (...) Já a “Metodologia” remete sempre a uma determinada maneira de trabalhar algo, de eleger ou constituir materiais, de extrair algo específico desses materiais (...) A metodologia vincula-se a ações concretas (...) mais do que o pensamento, remete à ação e a prática.

Assim, por mais que os procedimentos teórico-metodológicos adotados por Nicodemos Araújo não sejam aqueles apreendidos e sistematizados na universidade, eles existem.

Pensar o método/métodos utilizados por Nicodemos Araújo pressupõe analisar como o autor fazia uso das fontes, como as analisava e como conduzia o leitor às suas

conclusões. Matéria-prima do trabalho do historiador, nós “nos apropriamos delas por meio de abordagens específicas, métodos diferentes, técnicas variadas” (PINSKY, 2011, p. 7).

Discorrendo sobre o fazer história, Hartog (2013) debate a história enquanto evidência. O autor se refere a duas formas de evidência e, há, segundo ele, um deslocamento de sentido de uma para outra. O termo “evidência” nos remete à retórica e à filosofia. Em latim: *evidentia*, na antiguidade grega, *enargeia*. Na visão aristotélica, “é a visão que, por excelência, é o sentido da evidência.” Diferente da “evidência” dos oradores que precisam transformar o “ouvinte” em expectador. “A força da *enargeia* permite justamente colocar sob os olhos (...) ela mostra, ao criar um efeito ou uma ilusão de presença. Pela potência da imagem, o ouvinte é afetado à semelhança do que teria ocorrido se ele estivesse realmente presente” (HARTOG, 2013, p. 12). As duas formas referem-se ao ver.

O autor ainda nos fala de um terceiro sentido do termo. *Evidence* do inglês que significa prova, testemunho. A história se apropria desse sentido que tem origem no campo jurídico e que percebe a história como investigação e busca pela verdade. Mas antes da história como evidência, Hartog nos leva ao universo da Epopeia, à figura do Aedo, responsável pela memória social de determinado grupo. Era o Aedo quem contava as façanhas dos heróis, mesmo sem as ter presenciado. Sabia delas através da Musa, sua inspiradora. Por meio de seus olhos o Aedo via e em nome dela falava.

De acordo com Hartog (2011, p. 33) “Essa primeira “operação” historiográfica encontra e fortalece a primazia concedida pelos gregos ao sentido da visão como instrumento. A partir daí a história da historiografia ocidental poderia ser escrita em contraponto de uma história do olhar e da visão”.

O que Hartog (2013) faz é apresentar o fazer história desde a antiguidade aos tempos modernos. Prioriza em sua análise a base do método de alguns historiadores. Dentre eles: Heródoto, Tucídides, Políbio e Dionísio de Halicarnasso. De forma geral, o autor possibilita ver como o fazer história vai mudando com o passar dos anos.

Onde Nicodemos Araújo entra nisso tudo? O autor vai montando seu método a partir de uma reunião de elementos de diversos fazeres. Alguns enaltecidos na antiguidade, outros na modernidade.

Heródoto, por exemplo, de acordo com Hartog (2013), pretendia “impedir que as obras realizadas pelos homens, no decorrer do tempo, fossem suprimidas da memória e que grandes e admiráveis ações [...] deixassem de ser relatadas”. Não deixar cair no esquecimento era a missão também assumida por Nicodemos Araújo. Referindo-se a festa de instalação do município de Acaraú, o autor postula a necessidade de descrever o festejo para que se tenha

“uma ideia do que foram essas comemorações”, “damos a seguir, a reportagem publicada pelo jornal O ACARAÚ, em que sua edição comemorativa daquela magna efeméride cívica e histórica, sôbre todos os acontecimentos registrados naquele dia memorável para o povo de Acaraú. Desejamos que essa reportagem, que então escrevemos, fique na história. (ARAÚJO, 19, p. 67).

Descrever, escrever, registrar, era, dessa forma, garantir que algo ficasse na história. Que algo não fosse esquecido. A história compreendida como guardiã dos fatos que não podiam ser, na concepção de quem os fazia ou escrevia, ser esquecidos.

Tucídides, por sua vez, questiona o fazer história baseado “no dizer” porque estaria fundamentado numa tentativa de agradar os receptores da narrativa. Assim, a escrita seria mais confiável e o método para o fazer histórico seria a autópsia. Ver é fundamental e a história é feita no presente. “Saber historicamente é ver” (HARTOG, 2003, p. 80). O ver soma-se ao trabalho do historiador que é o da investigação. Embora muitos defendam Tucídides como a base da escola metódica do século XIX em sua busca pela verdade, é preciso salientar que esta, percebia o presente como um tempo não propício para o fazer história, enquanto Tucídides compreendia que somente no presente a história podia ser feita.

A percepção sobre o “ver” na produção historiográfica de Tucídides orientou meu olhar no sentido de identificar na escrita de Nicodemos Araújo a importância que dava a esta prática no seu ofício. Em algumas passagens a valorização do “ter visto” ou “estado presente” é apresentada pelo autor. Como exemplo disso, destaco a passagem em que o bela-cruzense, ao falar sobre a atuação de um governante no processo de campanha de emancipação de Bela Cruz, adiciona a frase: “Estávamos, então, no cargo de Secretário da Prefeitura, e podemos *constatar* o quanto a atitude daquele saudoso filho de Bela Cruz contribuiu, para acalmar os ânimos mais exaltados, naquela conjuntura.” Grifo meu (ARAÚJO, 1987, p. 52) como garantia ao leitor da credibilidade do que expõe.

Nicodemos Araújo também esteve presente na cerimônia de posse do Pe. Edson Magalhães que “teve realização a 6 de abril de 1958. Foi uma festa em que tomou parte uma verdadeira multidão, realmente alegre, realmente feliz.” Estive “presente à magna solenidade”, e pode “*constatar* o contentamento transbordante da população cruzense, ante o inestimável benefício que estava recebendo naquele dia memorável. Grifo meu (ARAÚJO, 2005, p. 69).

Uma rápida pesquisa em dicionários sobre a palavra *constatar* e se encontrará como sinônimos: investigar, averiguar, certificar-se, descobrir, verificar, apurar, etc.,

Em sua pretensão de ser, daqui em diante ciência positiva, objetiva, baseada em fatos sólidos, ela delimitou suas ambições, com Ranke, a dizer como as coisas aconteceram (*wie es eigentlich gewesen*), deixando o restante a Deus. Para saber e exprimir os acontecimentos, era necessário e suficiente frequentar assiduamente os arquivos. O *wie* (como) - que traz em seu bojo, porém, a questão da colocação em narrativa - já não tinha, assim, de ser problematizado, visto que a história devia, finalmente, tomar-se conhecimento de si mesma. De maneira global, nos séculos XIX e XX, assistiu-se à afirmação e ao fortalecimento, até mesmo, ao endurecimento, das ambições científicas da *história-Geschichte* (mas, paralelamente também, à sua crítica e ao seu questionamento radical). Ao acumular fatos, o historiador procurava ou verificava as leis da história. (HARTOG, 2011, p. 180).

Frequentar assiduamente os arquivos, deixar que os documentos “falassem por si só”, esse era o método. Nicodemos Araújo transcreve muitos documentos na íntegra. Era sua forma de dizer que “os trabalhos realizados foram realmente notáveis. E como documentação histórica, vamos transcrever o Relatório apresentado ao Vigário, pelo Pe. Severiano, bem como, examinar contas e documentos outros relativos ao mencionado trabalho (...)” (ARAÚJO, 1989, p. 95).

Segundo BARROS (2011, p.4) “seguiram pela segunda metade do séc. XX, as defesas da cientificidade da história”. O Instituto histórico e geográfico brasileiro é, grosso modo, herdeiro dessa concepção historiográfica, assim também o é o Instituto Histórico do Ceará, cujos membros são as fontes mais citadas por Nicodemos Araújo. Faz sentido, portanto, pensar esses autores como instrumento de acesso a algumas percepções de como se fazia história. A ideia de neutralidade por parte do historiador, elemento tão caro à escola metódica, revista pelos marxistas e Annales, chega a Nicodemos Araújo levando-o a afirmar constantemente o desejo de limitar-se, de não inserir sua percepção dos fatos, “a mencionar alguns fatos, sem sequer tecer comentários sobre este ou aquele registro” (ARAÚJO, 1989, p. 17) e mesmo ficando claro que tais afirmações funcionam muito mais como recurso retórico do que prática efetiva, uma vez que isso não se verifica na maior parte dos textos, ainda assim, há um olhar do autor para isso, há o desejo de que o leitor o veja como escritor ciente da necessidade de objetividade na sua tarefa. Ele recorre a essa afirmação com frequência porque de alguma forma compreende que isso dá credibilidade ao que escreve, pois era assim que “se dizia” fazer história.

O documento oficial é valorizado por supostamente garantir a segurança da afirmação dada: “Infelizmente, em nosso trabalho de pesquisa, não encontramos o livro de registro de atas da Câmara Municipal de Acaraú, um projeto de lei, criando o município de Cruz” (ARAÚJO, 1989, p. 47). E por isso, Nicodemos Araújo deixa claro quando a busca por estes não foi satisfatória: “infelizmente, em nosso trabalho de pesquisas, não encontramos o livro de registro de atas da Câmara Municipal de Acaraú, onde, certamente colheríamos

informes seguros sobre o assunto de que aqui tratamos, que é a criação do município de Cruz” (ARAÚJO, 1985, p. 47)

Políbio nos é apresentado por Hartog (2013) como o responsável pela primeira história universal. A ideia da *sunopsis* como a “capacidade de “ver em conjunto” (HARTOG, 2013, p. 107) é explicada por Hartog como sendo “a ambição da apreensão da totalidade e, em particular, para os estoicos, é a expressão da apreensão do universo como sistema orgânico. A *sunopsis*, enfim, é o resultado: aquilo que o historiador faz ver ao leitor, a evidencia, ao produzir uma narrativa sinóptica” (HARTOG, 2013, p. 107). Políbio entendia que a tarefa do historiador consistia em fazer ver, através do fio condutor criado por sua narrativa sinóptica, “com um só golpe de vista” o “geral”.

A narrativa, no entanto, exige a diacronia, o que obrigava o historiador a escrever sobre um fato de cada vez. E o que Políbio faz é apresentar os acontecimentos “olimpíada por olimpíada e, em seguida, ano por ano, no âmbito de cada Olimpíada, e vai percorrer os diferentes cenários de operações sempre na mesma ordem: Itália, Espanha, África, Grécia, Ásia e Egito. Trata-se, portanto, de criar um efeito de *sunopsis* para o leitor” (HARTOG, 2013, p. 107).

A análise de Hartog até aqui me levou a identificação, embora grosseira, não só do que Nicodemos Araújo seleciona como objeto de estudo, mas de como vai montando uma espécie de quadro sinóptico sobre as histórias dos municípios do Baixo Acaraú.

Tabela 1 - Sumários das obras de Nicodemos Araújo

(Continua)

O MUNICÍPIO DE BELA CRUZ - 1987	SANTANA DO ACARAÚ - 1985	ALMOFALA E OS TREMEMBÉS - 1981	JERICOA COARA - 1987	O MUNICÍPIO DE CRUZ - 1989	BELA CRUZ - DE PRÉDIO RÚSTICO A CIDADE. 1730 - 1967	O MUNICÍPIO DE ACARAÚ 1940 Cidade de Acaraú
O Topônimo	Uma explicação	O topônimo Almofala	Dados Gerais Jericoacoara	Dados Gerais do Município Povoamento	Bela Cruz e seus povoadores	Cidade de Acaraú
Cidade de Bela Cruz	Hino à Santana do Acaraú	Os tremembés.	A campanha de Preservação	Formação Política	Dados Gerais do Município	Fragmentos históricos - A palavra Acaraú
Dados Gerais	O Topônimo	A capela	Um Pouco de História	Formação Religiosa	Formação Religiosa	Dados Gerais do Município
Povoamento	Sede	Vida Religiosa	Topônimo	Ensino e	Formação	Formação

(Conclusão)

	Municipal			Educação	Política	Judiciária Matrís e Capelas
Formação Política	Dados Gerais	Vida Cultural	Documentá rio	Aspectos Social e Cultural	Ensino e Educação	O Patrimônio da Matrís de Acaráú
Vida Religiosa	Aspecto Religioso	Vida Política		Saúde e Assistência Social	Situação Econômica	Notas Religiosas
Aspecto Judiciário	Aspecto Político	Vida econômica		Vida econômica	Aspecto Socio- cultural	As Secas
Aspecto educacional	Distritos de Santana do Acaráú			Transporte e comunicação	Aspecto Assistencial	Obras Públicas
Vida Cultural e social	Aspecto sanitário e judiciário.			Serviços e Órgãos Públicos	Obras e Repartições Públicas	Repartições Públicas
Vida econômica	.			Jericoacoara	Distrito da Prata	Vias de Transporte e Comunicação
Aspecto Assistencial e sanitário	Aspecto Cultural. Aspecto Social				As Secas e as Enchentes	Instrução Pública.
Transporte e comunicação	Aspecto Econômico				Imagens do Passado.	
Serviço e órgãos públicos	Órgãos e serviços públicos					
	Autoridade s e Chefes de Serviços					
	Santana do Acaráú – Viveiro de Homens ilustres					

Fonte: Elaborada pela autora, 2018.

As temáticas abordadas são quase as mesmas em todas as obras. As obras *Jericoacoara* (1987) e *Almofala e os Tremembés* (1981) trazem uma organização um pouco mais distinta das demais por abrangerem aspectos mais específicos. Na primeira, a APA (Área de Proteção Ambiental) de Jericoacoara leva o autor a discorrer sobre todo o processo de reconhecimento do território enquanto área de proteção, da campanha ao decreto presidencial que tornou a praia a primeira APA do Ceará, em 1984. No caso da segunda, a especificidade

encontra-se nos Tremembé, índios, no passado, aldeados na missão Aracati-mirim. No geral, a organização dos capítulos e subtemas privilegia, numa sequência quase semelhante em todos os livros: as origens (topônimos, contos, mitos e lendas fundadoras), os primeiros povoadores, a formação religiosa, a formação política, a vida educacional, os aspectos sociais e culturais, a vida econômica, os transportes, serviços e comunicação.

Ao leitor não atento, fica a impressão de os municípios possuem, em linhas gerais, histórias muito semelhantes. Fato que, a meu ver, contribui para a ideia de terem essas populações mais coisas em comuns do que diferenças. Identifica-se ainda, a preocupação com uma “visão geral”, “Total”, “Visão do conjunto”. O autor percorre uma linha que vai das origens aos dias atuais, passando por todos os campos da vida em sociedade. A totalidade, aqui e, ao menos, provisoriamente a chamaremos assim, é entendida como acúmulo, soma dos acontecimentos históricos, numa tentativa de abarcar todos os âmbitos da sociedade.

No entanto, falta a Nicodemos Araújo aquilo que, segundo Hartog (2013) Políbio compreendia como sendo a *sumploke*. Não se tratava de um conjunto de fatos dispersos postos um do lado do outro, mas do “entrelaçamento e o tecido do corpo vivo” (HARTOG, 2013, p. 111). Ao invés de revelar os pontos de interseção entre os campos históricos: o social, o econômico, o cultural, o político, Nicodemos Araújo fragmenta-os. Assim, sua escrita permite ter acesso a um conjunto de partes soltas.

E como Nicodemos narra historicamente? Como conduz o leitor na análise de um fato? Em texto sobre o povoamento o de Acaraú:

Os escafandristas de nossa História não são concordes quanto ao povoamento do Ceará, isto é, quanto à época em que começaram a chegar ao solo cearense os seus primeiros habitantes, e em que os mesmos se ocupavam. Figuras exponenciais da nossa literatura histórica têm divergido de opinião, no trato deste importante setor da vida sócio-econômica das comunidades cearenses (ARAÚJO, 2005, p. 33).

O autor usa o termo escafandristas para se referir aos historiadores que escreveram sobre o Ceará. Assim como os mergulhadores fazem uso do escafandro para acessar o fundo do mar permitindo-os inúmeras façanhas, o historiador também pratica seu mergulho, sua busca. O escafandro é o ponto de acesso, é criação humana para desafiar a natureza. Em história o ponto de acesso são as fontes, que possibilitam ao historiador o “acessar” o que não é permitido ao homem, o tempo pretérito. O mergulho ao inacessível, o encontro com o que é profundo, se foi essa a analogia feita por Nicodemos Araújo não sei, mas, na melhor das hipóteses, pensou em historiadores como homens que se aprofundam em algo. Especialistas que podem ter visões diferentes de um mesmo fato.

É assim que, enquanto João Brígido, em sua obra intitulada CEARÁ – HOMENS E FATOS, afirma que esse povoamento teve início no tempo da guerra holandêsa,

quando “o interior do Ceará começou a receber população de origem portuguesa e muitas famílias tiveram de abandonar o litoral para viver nas matas ocupando-se de plantação, ou no sertão, criando gado”, Antônio Bezerra, citado por Alcântara Nogueira, “com documentação farta e análise penetrante, põe por terra a afirmação de João Brígido, provando que o Ceará só foi povoado no interior a partir de 1678 exatamente quando têm início as datas de sesmarias da Capitania” (IGUATU, pág. 15). Em que pese, no entanto, a assertiva de Antônio Bezerra, cognominado o “Sábio cearense”, pode admitir-se que os fugitivos da invasão holandesa, na pressa de se afastarem da zona perigosa, foram se fixando aqui e ali, como puderam e, somente depois de algum tempo, trataram de aproveitar a concessão das Datas de Sesmaria, para então se localizarem definitivamente, legalizando, assim, suas posses de terra. Pelo menos é assim que ainda hoje se procede por aqui: ocupa-se um pedaço das chamadas *terras devolutas* ou *terras nacionais*, e depois de alguns anos de ocupação requer-se uma justificação de posse, que geralmente, depois das formalidades legais é concedida “mansa e pacificamente”. Afinal de contas, vai aqui apenas uma hipótese a qual embora tenha a sua lógica, não vale por uma afirmativa, para a qual nos falece autoridade e conhecimento, acrescentando que com concessão de Datas de Sesmaria era um caso diferente (ARAÚJO, 2005, p. 33-34).

Nicodemos Araújo parte de um contexto maior, o Ceará, para chegar ao Acaraú. Do povoamento do Estado para o povoamento do município. A percepção do macro refletindo sobre o micro.

As versões de João Brígido e Antônio Bezerra sobre o povoamento do Ceará são apresentadas e Nicodemos Araújo reafirma a versão do primeiro, usando como base uma leitura do presente (seu presente) de que a prática da ocupação das terras ocorre antes da realização das formalidades legais, constituindo-se prática vigente durante o tempo em que escreve. Tratar-se-ia de uma permanência de práticas consolidadas no passado. Entretanto, Nicodemos Araújo deixa sua afirmação no campo das hipóteses, uma vez que ao afirmar “que a concessão de Datas de Sesmaria era um caso diferente” reconhece a especificidade do tempo em questão, ou seja, sua historicidade.

No que alude ao povoamento do Baixo Acaraú, e, portanto, dêste vasto município litorâneo, escreve o eminente historiador Barão de Studart, em sua GEOGRAFIA DO CEARÁ. – “Diz-se que os fundadores e primeiros habitantes do Acaraú foram pescadores vindo do Sul, os quais, aí chegando, se situaram no lugar denominado “Presídio” na costa de onde se passaram para o local da atual cidade”. Cruz e Filho, porém, em sua HISTÓRIA DO CEARÁ, vem confirmar o pensamento de João Brígido, afirmando: -- “O povoamento do território cearense como o de todo o Nordeste brasileiro, teve como principal fator a criação de gado vacum e cavalar, cujo desenvolvimento rápido era garantido pelos vastos campos sertanejos cobertos de abundantes pastagens”. E o eminente historiador Gustavo Barroso diz que “o povoamento foi se fazendo ao longo dos rios, o gado acompanhando a marcha do homem e até o precedendo” (ARAÚJO, 2005, p. 34).

A questão é: esse povoamento teria começado pelo litoral ou pelo sertão? Como todo pesquisador, Nicodemos Araújo coloca a questão, aponta as versões, as analisa e conclui argumentando.

Ora, acontece que as praias de Acaraú, que se estendem desde a ponta de Jericoacoara (Buraco das Tartarugas), até a enseada de Patos, em virtude das dunas ou medoes que se localizam ao longo de todo o nosso litoral, nunca se prestaram à

pesca usada naqueles remotos tempos. E, segundo afirmação do jornalista acarauense, Francisco Ewerton da Silva Lopes, profundo conhecedor das coisas acarauense, “somente depois de vulgarizada a pesca por meio de currais, para a qual se adapta perfeitamente a pouca profundidade de nossas águas litorâneas, é que se passou a exercer a pesca entre nós, dados os proventos, largamente compensadores, daí oriundo”

(...)

Além do que fica dito, o município de Acaraú se estende até uma distância de cento e cinquenta quilômetros, ao sul da orla oceânica. E tal distância dificultaria, de muito, a pescaria marítima para os habitantes da parte meridional da comuna.

Diante do que fica escrito, é razoável pensar-se que os nossos primeiros povoadores ocupavam-se da lavoura e da pecuária, e não da pesca. Esta provavelmente veio depois, ou, seu exercício teve comêço por uma diminuta minoria da população, e à medida que a procura do pescado ia aumentando no mercado, a população praieira ia procurando meios mais eficientes de pescaria, até o uso dos currais, armadilhas que desde princípios do século XIX vêm sendo utilizadas pelos nossos homens do mar, com magníficos resultados (ARAÚJO, 2005, p. 34 - 35).

Nicodemos Araújo referenda, dá os devidos créditos, cria um caminho que indica ao leitor como chegou a determinada conclusão. Entre Acaraú ter sido povoado por pescadores ou criadores de gados, o autor fortalece a segunda versão, fazendo uso, sobretudo, de informações geográficas.

Há uma busca por uma origem “nobre” se pensarmos que criadores de gado, no contexto em que Nicodemos Araújo fala, tinha um poder aquisitivo maior do que pescadores, inclusive, a última fonte citada pelo autor ganha espaço de introdução no seu livro:

Subscrevo, sem restrições, a tua opinião, contraria a de alguns historiadores patrícios, que pretendiam fossem os nossos primeiros habitantes – meros pescadores – para aqui vindos atraídos pela piscosidade de nosso mar. Como é sabido, o litoral acarauense jamais se prestou à pesca comumente usada por aqueles tempos, isso, consequentemente dos bancos de areia, generalizados ao longo do mesmo. Somente depois de vulgarizada a pesca por meio de currais, para a qual se adapta perfeitamente a pouca profundidade de nossas águas litorâneas, é que se passou a exercer a pesca entre nós, dados os proventos, sobejamente compensados, daí oriundos (EWERTON *apud* ARAÚJO, 2005, p. 2).

A questão é que, sendo uma história que privilegia determinados sujeitos ou não, a busca pela versão mais coerente sobre quem teria ocupado primeiro esse território se faz presente e é justamente essa releitura de versões um de nossos maiores compromissos enquanto historiadores. E ainda que Francisco Ewerton deixe claro, ao fazer uso da expressão “meros pescadores” enfatizando-a, o quanto é para ele importante essa origem mais “nobre”, Nicodemos Araújo, por sua vez, seleciona o que vai apresentar, deixando de fora essa “preferência” citada pelo amigo.

Hartog (2013) ao falar sobre o fazer história de Heródoto expõe que o fato dele não está preocupado com a verdade, não sugere que praticasse a mentira. Sua intenção era simplesmente outra. Ele pretendia “dizer o que se diz” não por acreditar forçosamente, nem para obrigar o público a acreditar sempre necessariamente em tal versão, mas ele julgava que

seu dever, enquanto narrador, consistia em dizer o que se diz, com a condição, se necessário, de privilegiar (pela ordem de apresentação, por exemplo) a versão que lhe parece ser a mais “confiável”. Sua função é persuadir o leitor de que a versão apresentada merece credibilidade. É o que Nicodemos Araújo também faz no exemplo supracitado. Apresenta mais de uma versão e vai argumentando para o leitor diante daquela que lhe parece mais confiável.

Outra interrogação, ainda sobre a questão pontuada pelo bela-cruzeno, mereceria espaço: os indígenas. Nicodemos Araújo os cita, mas não assim, não como os grandes povoadores do lugar. Uma releitura de suas obras abriria espaço para inúmeras críticas diante de historiadores e seus olhares lapidados ao longo das últimas décadas por intermédio das tantas concepções historiográficas surgidas. No entanto, parece-me que os traços dessa escrita são aqueles cujos sujeitos são os grandes homens. De qualquer forma, privilegiar os chamados “homens grandes” numa história linear e factual não o retira do grupo reconhecido de historiadores. Do contrário, não chamaríamos de historiadores uma imensa maioria daqueles que escreveram a história do século XIX.

Poderia encontrar ainda no debate sobre História/ciência e História/não ciência mais elementos que indicassem que Nicodemos Araújo foi também um historiador. No entanto essa não é a questão. Nicodemos Araújo foi um historiador não porque tinha plena consciência e fazia uso dos parâmetros científicos ensinados na academia, mas porque assimilou um conjunto de elementos sobre como se fazia história na sua época e partir deles escreveu o que para ele e seus leitores se tratavam de narrativas históricas. Não se pode simplesmente dizer que sua escrita era aquela defendida pela escola metódica. Alguns elementos não tão admirados por esta encontram espaço do método de Nicodemos Araújo.

Pensemos nas fontes orais, por exemplo. Por muito tempo estiveram ausentes das seleções dos historiadores, sobretudo aqueles da escola metódica, que as viam com desconfiança. Embora seja possível encontrá-las na antiguidade, foram por muito tempo rejeitadas pelo modelo de história científica de base positivista e somente nas últimas décadas do século passado retomadas e valorizadas. O debate em torno delas é grande e tem crescido a ponto de gerar divisões entre aqueles que concebem seu uso como metodologia e aqueles que encontram todo um aparato teórico ligado a elas capaz de dar-lhe o estatuto de disciplina.

Nicodemos Araújo faz uso da oralidade juntamente com a fonte escrita, “após afanosos trabalhos de pesquisa, conseguimos saber, através da tradição escrita e oral, que as primeiras moradas aqui construídas, o foram no limiar do século XVIII” (ARAÚJO, 19, p. 50).

Ao afirmar que “Segundo fomos informados, em fonte digna de fé, esse memorável pleito eleitoral teve realização no dia 1º de outubro de 1850, ao passo que a respectiva apuração foi efetuada (...)” (ARAÚJO, 2005, p. 58) deixa revelar que algumas fontes merecem confiança, outras não.

Muitos são os elementos predominantes no fazer histórico de Nicodemos Araújo. Alguns se sobressaem, dentre eles: a tentativa de apreensão do “tudo”, do “geral” sobre cada município, não através de uma narrativa sinóptica, mas através de uma apresentação dos campos que formam a realidade da vida em sociedade; a busca pelo documento oficial como comunicador do que é confiável, mas também a valorização da fonte oral quando produto de uma testemunha “digna de fé”; a valorização do ver, do ouvir, do estar presente. Um conjunto de elementos teórico-metodológicos que não se limitam a uma corrente historiográfica, mas que encontram embasamento em diferentes formas de fazer história no tempo. Nicodemos Araújo apresenta método, fontes e teoria.

Se historiadores são aqueles que fazem (escrevem), pensando aqui no “sentido de “fazer” ao mesmo tempo novo e muito antigo:” como “o de forjar, fabricar, criar. Se escrever é fazer, escrevendo o historiador também faz.” (HARTOG, 2017, p. 21). Com base nisso, não há porque não chamamos o autor bela-cruzense de historiador.

3.3 MEMORIALISTA OU HISTORIADOR?

É que BELA CRUZ é a terra que nos deu o berço nativo, e da qual guardamos lembranças muito queridas, que ficaram de nossa infância e de nossa mocidade. Lembranças que tornam nossos dias mais suaves, e que avivam os nossos deveres para como aquela tradicional parcela do solo cearense (ARAÚJO, 1985, p. 8).

Lembranças é, claramente, o termo em torno do qual o trecho acima se configura. Uma rápida consulta ao dicionário Houaiss (SALLES, 2011, p. 581) e encontramos como significado de lembrança: 1. Memória; recordação. O termo lembrança aparece na escrita do autor, como afago, conforto, aconchego, ao mesmo tempo em que alerta sobre o “dever” de compensar este acalento escrevendo sobre o lugar. Halbwachs (2013, p. 91) apresenta lembrança como “uma reconstrução do passado com a ajuda de dados tomados de empréstimo ao presente e preparados por outras reconstruções feitas em épocas anteriores”. Os grupos sociais possuem, segundo o autor, forte influência sobre o que lembramos e, conseqüentemente, sobre o que ele chamou de memória coletiva.

A análise isolada do texto acima pode levar a um pré-julgamento de que se trata de um texto autobiográfico. E embora compreendendo que até mesmo o historiador de formação percebe hoje, a impossibilidade de uma absoluta neutralidade em relação ao seu objeto de estudo, o livro cujo fragmento acima apresenta, pretende ser um livro de História.

O texto trata-se da apresentação da obra *O Município de Bela Cruz*. O que temos no excerto é uma justificativa diante do que o autor escolheu pesquisar. A afetividade do autor em relação ao que escreve, presente no texto, aparece também na apresentação do livro *Santana do Acaraú*:

Além da amizade que tenho cultivado ao longo dos anos, com um bom número de santanenses, estou ligado àquele próspero município da Ribeira do Acaraú, por afinidades familiares que me são extremamente queridas. É que no povoado de Curral Grande, localizado a nove quilômetros da cidade de Santana do Acaraú, no dia 3 de março de 1880, nasceu minha saudosa mãe, Francisca Silveira Lopes, filho do professor particular, Afonso Alberto Carneiro, oriundo de tradicional família santanense, e de Maria do Carmo da Silveira, pertencente à família Silveira, aqui de Acaraú. Assim, eu me sinto um pouco santanense, também, o que me é particularmente agradável. E daí nasceu, naturalmente, o amor que tenho àquela comunidade, amor vinculado à imorredoura memória de minha querida mãe. E foi justamente isto que me animou a compilar estas modestas notas sobre alguns aspectos do município de Santana do Acaraú (ARAÚJO, 1984, p. 4).

Estar ligado à comunidade santanense por laços de parentesco e amizade é a justificativa dada pelo autor para a escolha por escrever sobre o município. Expressões como: “estou ligado”, “afinidades familiares”, “minha saudosa mãe”, “eu me sinto”, “o amor que tenho àquela comunidade”, “memória de minha querida mãe”, nos remetem a um universo particular, de memória e trajetórias de vida pessoais, de identificação com o berço nativo. O fato de se tratar apenas da apresentação da obra acaba retirando do autor a obrigatoriedade com a suposta neutralidade e linguagem científica, no entanto, como observei em passagens anteriores, Nicodemos Araújo aparece como sujeito em algumas passagens de sua narrativa quando se refere a seu tempo e a acontecimentos assistidos por ele.

O distanciamento do fato, do evento, do acontecimento, dos sujeitos pesquisados se faz importante no fazer história, mas é preciso lembrar que esse distanciamento é, sobretudo, uma postura. Este distanciamento pressupõe não um afastamento físico ou temporal do objeto de estudo, sobre este último temos, inclusive, a chamada História do tempo presente revelando amplas possibilidades sobre a análise da realidade mais recente. Dosse (2003, p. 285) coloca que “a distância temporal não é uma vantagem, mas uma ferramenta para uma apropriação das diversas estratificações de sentido de acontecimentos passados transformados em acontecimentos “supersignificados”.

Essa postura de observar o nível de distanciamento de Nicodemos Araújo diante de seu objeto de pesquisa pode ser averiguado mediante a análise da obra e, embora, isso não estivesse no centro da proposta dessa pesquisa, as análises realizadas para atingir os objetivos centrais dessa discussão me possibilitaram uma leitura sobre isso, questão, inclusive, já comentada anteriormente.

Que todo historiador é um pouco memorialista todos já sabemos, afinal ele contribui com seu discurso para consagração de um tipo de memória. Mas a quem o historiador e a comunidade acadêmica chamam de memorialista?

Ainda fazendo uso do Houaiss (SALLES, 2011, p. 626) encontro como significado do verbete *memorialista* “1. que(m) escreve memórias. 2. Que tem caráter de memória. Voltando-me para o verbete *memória* deparo-me com a seguinte explicação: 1. Capacidade de lembrar. 2. Recordação de algo do passado 3. Dispositivo que pode receber, conservar e restituir dados 4. Relato escrito que alguém faz de acontecimentos históricos vividos por si mesmo ou sobre sua própria vida (...)” (SALLES, 2011, p. 626).

Por se tratar de um texto muito objetivo, o verbete supracitado dá uma ideia, embora vaga, do que venha a ser um memorialista, mas não dá conta de explicar a matéria-prima de seu trabalho, ou seja, a memória, campo imerso numa ampla discussão envolvendo sua noção e seus usos. Isso se dá, sobretudo, por ela ter sido objeto de muitas ressignificações ao longo do último século. A memória e, de forma mais específica, a memória coletiva, foi incorporada aos estudos históricos através de muitas formas. Não mais predomina nos estudos acadêmicos uma visão tradicional que entendia a memória como puro reflexo do real. Mais do que um conjunto de funções de origem psíquica que possibilita ao sujeito lembrar, é ela produto da coletividade, como já anunciava Halbwachs no início do século XX.

Tornou-se comum adjetivar trabalhos como o de Nicodemos Araújo de “trabalho de memorialista”. O memorialista seria o sujeito que não somente escreve memórias nas quais ele esteja de alguma forma inserido, mas, geralmente, aquele que não possui formação específica na área, porém dedica-se ao trabalho de levantamento de fontes e escrita da história local.

Figura 1 - Relação de algumas obras de Nicodemus Araújo feito pelo próprio autor em sua autobiografia não publicada cedida por seu neto Dimas Carvalho

RELAÇÃO DOS TRABALHOS QUE TENHO PUBLICADO					
Título	Assunto	Empresa Publicitária	Págs	Exs.	Ano
Harmonia Interior	Versos	Gráfia "O ACARAÚ"	103	250	1935
Santa Cruz do Acaraú	Monografia	" " "	92	400	1936
Município de Acaraú	"	" " "	240	500	1940
Vozes da Alma	Versos	Ed. "Correio da Serena"	96	300	1946
Minha Prece	Poema	Gráfica "O Acaraú"	10	300	1947
Pela Glória do Altar	Hinário	" " "	48	600	1953
O Anjo Protetor	Teatro	Ed. "Mensageiro da Fé"	40	2.000	1954
Falas do Coração	Versos	Gráfica "O Acaraú"	102	350	1955
Bela Cruz	Monografia	Ed. "A Fortaleza"	140	500	1967
Folhas do Outono	Versos	" " "	102	350	1968
Mun. de Acaraú-Notas	Monografia	Impr. Oficial do Ceará	367	1.000	1971
Descend. de Meus Avós	Genealogia	Ed. "A Fortaleza"	164	300	1977
Capitão Diogo Lopes	Biografia	Impr. Universitária	96	300	1978
Cantos do Entardecer	Versos	Impr. Univers. da UVA	120	250	1980
Almofala e os Tremembés	Monografia	Impr. Oficial do Ceará	126	500	1981
Acaraú - Cidade Centenária	"	" " "	176	500	1982
Santana do Acaraú	Monografia	Impr. Univers da UVA	61	500	1985

Fonte: Autobiografia não publicada de Nicodemus Araújo.

Ao elencar algumas de suas obras - a lista não contempla os livros produzidos depois de 1985 - Nicodemus Araújo os classifica de acordo com o assunto. Observa-se a variedade de gêneros e no caso das obras de caráter histórico o autor usa o termo monografia. Já os dois livros de biografia que aparecem na lista estão ligados a Nicodemus Araújo pois dizem respeito aos avós, como o próprio nome sugere e o segundo ao seu, também parente, antecessor Diogo Lopes.

Nicodemus Araújo foi um memorialista no sentido apontado pelo verbete acima mencionado: "Relato escrito que alguém faz de acontecimentos históricos vividos por si mesmo ou sobre sua própria vida" (SALLES, 2011, p. 626). No entanto, existem outros elementos, analisados nos tópicos anteriores, que não são claramente visíveis em obras do gênero memória. É com base nesses elementos que uso o termo historiador ao me referir a ele.

Numa discussão sobre Memória social, Perter Burke (1992) afirma que o interesse pela memória por parte dos historiadores ocorre a partir de duas percepções: a memória como fonte histórica e a memória enquanto fenômeno histórico, “com aquilo a que se poderia chamar a história social da recordação” (Burke, 1992, p. 240), uma vez que sendo a memória individual e coletiva, ambas seletivas, é preciso identificar quais são as bases desta seleção, suas variações de lugar para lugar e de grupo para grupo, como se transformam ao longo do tempo, por quem e como são moldadas. Os modos como são transmitidas as recordações públicas e a forma como se organizam socialmente afetam as recordações. Dentre eles está a escrita (BURKE, 2011, p. 158).

O autor debate ainda sobre o caráter manipulável da memória. Ela aparece quando da necessidade de se forjar uma nova memória coletiva, por exemplo. Essa manipulação tende a ocorrer com a destruição de espaços de memória ou construção de outros, ou até mesmo como insistência em uma memória que preserva determinadas desigualdades como na escravidão, caso pontuado pelo autor, em que os brancos criariam instrumentos de perpetuação de uma memória em que os negros aparecem como inferiores.

Aproveitemos o exemplo dado, observemos como a escrita da história – papel do historiador – contribui para a legitimação de um tipo específico de história. O trecho abaixo foi extraído de um texto da obra Município de Acaraú intitulado: A Escravidão Negra em Acaraú.

O governo imperial, malgrado as poderosas forças políticas que exerciam forte pressão pela continuidade desse torpe comércio, sempre foi sensível ao infeliz destino desses nossos irmãos de além-mar. E assim que, depois da lei de 1831, veio a de nº 2040, denominada “Lei do ventre livre”, em 1871, para termos a humaníssima “Lei Áurea”, nº 3. 353, de 13 de maio de 1.888, com que a Princesa Isabel, - Redentora, - declarou extinta a escravatura, em terras da Pátria do Cruzeiro. Entretanto, o escritor Nélson de Sena estimou em 800.000 o número de escravos então ainda existentes no Brasil. “Raça titânica que, durante 300 anos, trouxe ao colo a nossa nacionalidade criança, graças à cândida efetividade selvagem que lhe modificara os ímpetus da revolta. E Castro Alves, em seu verso candente e contun dente, chamaos de “Homens simples, fortes, bravos. [...]”

Pois bem: como era natural, e com todos nós sabemos grande parte do povo brasileiro não ficou indiferente à maneira torpe e cruel como eram tratados os infelizes negros. Daí a poderosa corrente de solidariedade humana que se espalhou em todos os quadrantes do território nacional, cujos efeitos se faziam sentir na imprensa, na tribuna das ruas e na tribuna dos parlamentares, bem como em associações assistenciais e libertárias. Era preciso acabar com o eito e com o tronco. Era preciso livrar os pobres negros das sinistras figuras do Feitor e do Capitão-do-mato. (ACARAÚ, 1971p. 328e 329)

[...] Era assim que se mercadejava autênticos seres humanos. Todavia, temos a consolação de afirmar que o município de Acaraú foi da primeiras comunas cearenses a extinguir, a escravatura, influenciado, provavelmente pelo Fundo de Libertação, a que nos referimos. É assim, que segundo fomos informados por gente provecta, em fins de setembro de 1883, não havia mais nenhum escravo no território acarauense.

Tudo isso prova quanto os donos de escravos de Acaraú foram sensíveis aos sofrimentos desses nossos irmãos, adiantando-se ao próprio governo, na libertação de

seus cativos, “oriundos do Congo, da Guiné, de Angola e Moçambique”, como afirma o historiador Cruz Filho, em *O Ceará*, 3. ed., p. 35 (ACARAÚ, 1971, p. 332 -333).

O autor o inicia expondo seu ponto de vista sobre a escravidão, denunciando-a como “desumana”, através da qual os negros foram, na cidade de Acaraú, “brutalmente tiranizados.” Em seguida, discorre brevemente sobre a questão escravista no âmbito nacional e pontua as ações promovidas pelo governo imperial, o qual, segundo o autor, “sempre foi sensível ao infeliz destino desses nossos irmãos”, como prova disso, o autor evidencia as leis abolicionistas, dentre as quais destaca a “humaníssima” Lei Áurea. Esta, fruto e obra exclusiva da “redentora” filha de Dom. Pedro II. Continua o texto recorrendo a Nelson de Sena e a Castro Alves para formar com adjetivos um pequeno perfil dos povos escravizados. No trecho posterior, o autor cita como “natural” a postura de indignação “de grande parte” do povo brasileiro diante da injusta escravidão. Sabe-se que a naturalização da escravidão é responsável por mais de 300 anos de práticas escravistas no país. E as razões, múltiplas por sinal, para a campanha emancipacionista vão muito além da sensibilidade do povo brasileiro.

A ideia de união do povo em prol de um objetivo comum é sempre colocada pelo autor. É generalizante e até ingênuo, imaginar que todos aqueles que se colocaram como porta vozes da libertação o fizesse unicamente por motivos humanos. O Feitor e o capitão do mato recebem o peso da culpa pela forma como eram tratadas as pessoas escravizadas. Em nenhum momento os senhores são apresentados como responsáveis pela escravidão, ou ao menos, como parte fundamental na constituição e permanência dela.

Dando continuidade ao texto, o autor menciona a libertação dos escravos no Ceará em 1884 e a existência em Acaraú do “Fundo de Libertação”. Entidade que teria, em dezembro de 1874, organizado uma relação com os nomes dos escravos existentes no município. 419 escravos seriam libertados. Por julgar “que tal documento representa algo na história do município de Acaraú”, o autor apresenta “um resumo do mesmo, dando os nomes dos “senhores”, com o nº de escravos pertencentes a cada um.” (ARAÚJO, 1971, p 329). E assim, duas laudas são preenchidas com estas informações. O texto referente ao assunto é concluído com a afirmação de que Acaraú teria sido o primeiro município Cearense a extinguir a escravidão, e ainda mais, os donos de escravos, sensíveis ao sofrimento destas pessoas são os responsáveis, “adiantando-se ao próprio governo, na libertação de seus cativos”.

Portanto, mesmo compreendendo o autor dentro de um contexto e época específicos, não se pode negar que sua visão dos fatos e os silêncios presentes em sua escrita legitimam uma memória específica em torno da libertação da escravidão em Acaraú. Algumas

formas de manipulação da memória são mais claras e explícitas, outras, mais sutis. E a escrita da chamada história oficial é um exemplo disso. Determinados acontecimentos são mais desenvolvidos que outros, alguns são silenciados. Por isso, pode-se afirmar que o historiador contribui na instituição de um tipo de memória.

Ainda no começo do século passado Halbwachs (2013) dissociou história de memória tendo como base uma visão da disciplina histórica como:

estritamente “positiva” para melhor fazer valer os direitos da nova sociologia durkheimiana de abarcar todo o campo social. Ele apresenta a história como o lugar da objetividade absoluta, da não implicação do sujeito histórico, da simples transcrição do que estava apenas no plano factual (DOSSE, 2003, p. 280).

Essa visão da história ia de encontro à percepção que vinha se construindo sobre a memória. Pierre Nora a define como:

a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1984, p. 19).

Porém, a história também mudou, ou pelo menos as concepções do que é e de como ela é feita sofreram ressignificações. Essa velha dicotomia entre o que seria um contrato de verdade – a história - e a busca pela fidelidade – a memória- cedeu lugar para o que DOSSE (2003, p. 280) chama de “uma dupla problematização no seio da qual o caráter abstrato, conceitual da história transformou-se a ponto de renunciar à pretensão de tornar-se uma física social cortada do vivido.”

Os estudos acerca do funcionamento e da complexidade da memória impulsionaram possibilidades de uma leitura mais crítica em torno dela. Assim como os questionamentos sobre o estatuto de verdade da História permitiu que embora as duas, Memória e História, não fossem sinônimos não precisariam necessariamente serem antitéticas. As possibilidades de desenvolvimento de uma história da memória social contribuíram também para o afastamento da ideia de que a memória seria inferior a História.

Vivenciamos um novo momento historiográfico. Conforme Nora (1997, p. 33):

A via está aberta para a História, não mais os determinantes, mas seus efeitos, não mais as ações memorizadas ou mesmo comemoradas, mas sim o vestígio dessas ações e o jogo dessas comemorações, não mais os acontecimentos em si mesmos, mas sim sua construção no tempo, o apagamento e a reaparição de suas significações, não mais o passado tal como ele se passou, mas sim seus empregos sucessivos, não mais a tradição, mas sim a maneira pela qual ela se constituiu e transmitiu.

Embora o leitor tenha sido conduzido até aqui esperançoso de chegar a resposta sobre o que seria de fato Nicodemos Araújo - historiador ou memorialista - é preciso,

sobretudo, fazer o exercício, com base na discussão feita até aqui, de fugir dessa dicotomia que por anos colocou Memória e História em posições antagônicas. Reconhecer que são campos distintos é necessário, e tais diferenças “podem ser apontadas, mas não as afastam de universo comum, que se faz presente na construção da identidade” (JUCÁ, 2011, p. 37). Reconhecer que o trabalho de um memorialista não é o mesmo que um historiador, mas que é possível dialogar com ele é fundamental.

As análises das obras de Nicodemos Araújo feitas até aqui revelam uma escrita muito próxima à escrita historiográfica que ganhou espaço no século XIX. A busca pelas origens na pretensão de uma narrativa construtora de uma identidade mesmo que regional, o apego e a disseminação das teorias do progresso, a heroicização das classes políticas e membros da igreja católica, são alguns elementos que encontram ressonância naquela postura historiográfica. Nicodemos Araújo não tinha formação em História e procurou se aproximar do que os autores que leu consideravam ser o fazer história científico.

Tratar-se-ia de uma “história amadora”? Para muitos sim. No entanto, talvez, possamos também falar simplesmente de uma outra história, que precisa ser revisitada, como todo discurso historiográfico, assim como este que escrevo também será questionado, dando origem a um novo discurso e possibilitando que o conhecimento, que não está pronto e acabado, já sabemos, continue sendo produzido. Além de questionar sobre se o discurso seguiu a forma supostamente “correta”, que questionemos também sobre o alcance de seu discurso, afinal são frutos narrativos daqueles que se interessaram, por variados motivos, pelo passado e este não é domínio apenas dos historiadores.

Silva (2018, p. 120), em sua tese de doutorado, defendida em 2015 pela UFG, estuda a produção historiográfica de e sobre Goiás, em suas duas fases, a primeira produzida pelos historiadores que ele chama de autodidatas, a segunda, produzida por historiadores ligados a academia. Segundo o autor historiadores autodidatas são aqueles “que não tiveram formação acadêmica especializada, mas que manejaram documentos históricos e construíram textos sobre história (...)”

Sobre a produção destes profissionais afirma:

os textos desses historiadores, não formados nos quadros da disciplina especializada, guardam singularidades teórico-metodológicas, narrativas e normativas distintas às das pesquisas elaboradas pelos historiadores que atuaram em meio a uma ambiência acadêmica, formadores de uma historiografia pós-1970 (SILVA, 2018, p. 123).

Estas singularidades teórico-metodológicas são o que nos permitem chamar tais autores de historiadores. Embora encontremos, dentro do conjunto de produções de Nicodemos Araújo, genealogias e textos de cunho memorialista – que nos remetam a

experiências pessoais – a base de sua narrativa, conforme discutido em tópico anterior é a busca pela verdade dos fatos por meio das chamadas “fontes autorizadas”.

Trago para o debate presente um recorte da tese de Silva (2018) porque comungo com ele no que diz respeito a forma como percebe esses sujeitos produtores da história fora dos muros da academia. O autor não chega a questionar se tais autores são também memorialistas porque na escrita dele, de forma implícita, os termos não são sinônimos, o que é percebido em orações como: “Na primeira metade do século XX, por assim dizer, até a década de 1960, essa tarefa de construção da(s) história(s) de Goiás foi levada a cabo, predominantemente, por memorialistas, genealogistas e historiadores autodidatas” (SILVA, 2018, p. 18).

Nicodemos Araújo é, a meu ver, aquilo que Silva (2018) chama de historiador autodidata. O que não significa também dizer que ele não fora um memorialista.

Compreendo que o memorialista não precisa assumir uma posição inferior a de um historiador. São olhares sobre o passado mediados por práticas diferentes. Qualquer historiador que hoje se debruce sobre a história do Baixo Acaraú ou qualquer um de seus municípios encontrará os registros de Nicodemos Araújo. É uma prática historiográfica porque é possível encontrar nela objeto, método, fontes e teoria. Reconhecer a importância dessas escritas chamadas por muitos de “memorialistas” para a História não significa defender que qualquer pessoa possa sair por aí escrevendo história. Sobre isso MACMILLAN (2010, p. 62) coloca que:

Os historiadores, é claro, não são donos do passado. Ele pertence a todos nós. Mas, como historiadores gastam seu tempo estudando a história, estão numa posição melhor para fazer juízos equilibrados do que os amadores. Os historiadores, afinal, são treinados para fazer perguntas, estabelecer conexões, coletar e examinar provas. De uma maneira ideal, possuem um cabedal considerável de conhecimentos e a compreensão do contexto de épocas e eventos. E, quando produzem um trabalho que confronta crenças arraigadas e mitos sobre o passado, são quase sempre acusados de elitistas, niilistas, ou de serem desconectados desse lugar imaginário, o chamado “mundo real”. No caso da história recente, eles também são, como se disse de Noble Frankland, incapazes de ter uma opinião se não estavam presentes no instante em que aconteceu.

A formação acadêmica assegura ao profissional da história os instrumentos necessários ao fazer historiográfico. “As soluções e explicações devem ser buscadas onde sempre estiveram: na boa e antiga teoria da história. Aí se agrupam conceitos capazes de pensar abstratamente os problemas metodológicos gerados pelo fazer histórico” (FERREIRA; AMADO, 2006, p. 11). A seriedade e o compromisso com a produção do conhecimento histórico devem sempre conduzir nossas práticas, mas entendamos que tais valores e princípios são observados e praticados conformes os códigos de cada época e sociedade.

Quem fez história no século XIX também fazia uso do que consideravam uma velha e boa teoria e acreditavam estarem sendo sérios e compromissados em sua função de escrever história. Quem os seguia – corro o risco de cair em generalizações – também.

A academia não precisa chamar Nicodemos Araújo de historiador. O Baixo Acaraú já o faz. Mas não pode fechar os olhos para um tipo de história que foi e continua sendo produzida fora dos seus muros e principalmente para essa recepção.

Que chame de memorialista, “passadores de história” ou “mediadores da memória” (SANTIAGO, 2016, p. 33), mas que se estabeleça “o diálogo entre interpretações memorialísticas” e demais leituras do passado, tendo em vista “uma compreensão rica do fazer historiográfico e da apreensão das memórias sociais e da história” (MENESES, 2016, p. 331).

O chamo Nicodemos Araújo de historiador autodidata nos moldes apresentados por SILVA (2018), porque o que encontrei em seus textos foram elementos de um método histórico. Alguns desses elementos até questionados por vertentes historiográficas atuais, porém, super valorizados em outros contextos. Como se sabe:

Ao longo de muitas e muitas décadas a historiografia brasileira vicejou sob o signo do empirismo positivista, ou metódico. Tratava-se do que então se considerava como a única maneira séria e científica de escrever História. O historiador, basicamente um autodidata, precisava unicamente do reconhecimento de seus pares - o universo dos intelectuais - para ser aceito de fato e de direito como historiador (FALCON, 1996, p. 8).

Lembremos novamente dos membros do Instituto Históricos e Geográfico Nacional e seus Institutos regionais. De como, ao menos no que diz respeito ao fazer historiográfico, eram eles, uma grande parte, autodidatas.

A influência desses historiadores sobre a obra de Nicodemos Araújo é visível a partir das muitas citações que o autor faz delas. O trecho abaixo, extraído do livro Jericoacoara de 1987, é um exemplo disso:

Cruz filho (“O CEARÁ”, 3ª ed. p. 34) acha que “devemos erigir um monumento a Vicente Yanez Pinzon – o verdadeiro descobridor do Brasil”.

Ocorre que alguns historiadores opinam por que o desembarque do intrépido navegador de Castela teria se dado na praia de Mucuripe, em Fortaleza.

(...)

É assim que Francisco Adolf Varnhagen, citado por Hélio Viana, em sua “História do Brasil”, 5ª ed. p. 40, “preferiu dá-la como a Ponta de Jericoacoara, no Ceará”, o que é confirmado por Raimundo Girão, o qual nos dá conhecimento de que “Varnhagen inclina-se por que o Rostro Hermoso encontrado por Diogo de Lepe seria o cabo de Jericoacoara”.

O historiógrafo Guarino Alves também acha que a praia visitada por Vicente Pizon foi a nossa Jericoacoara. É ele mesmo quem escreve na “Revista da Sociedade Cearense de Geografia e História”, v. IX, p. 66; - “ Em fevereiro de 1978 eu estive no distrito de Serrote, município de Acaraú, explorando o promontório de

Jericoacoara, por mim identificado como o famoso cabo de Santa Maria de La Consolacion, na viagem de Vicente Pizon, em 1550” (ARAÚJO, 1987, p, 78 -79).

A escrita do bela cruzense é visivelmente construída em harmonia com elementos de uma historiografia vigente no século XIX, embora apresente singularidades, como visto em tópicos anteriores, oriundas do lugar de fala do autor. A resposta para a pergunta que intitula esta discussão - historiador ou memorialista? – é, incisivamente, historiador e memorialista. A escolha pela conjunção aditiva *e* expressa melhor, diante do que fora exposto, as atividades de nosso autor do que a conjunção alternativa *ou*. O ser historiador não anula o ser memorialista. São funções específicas e cada uma tem, a seu modo, seu lugar social. Mas não precisam ser vistas como leituras que só se concretizam antagonicamente. Como nos diz Rüsen (2009, p. 2):

A memória torna o passado significativo, o mantém vivo e o torna uma parte essencial da orientação cultural da vida presente. Essa orientação inclui uma perspectiva futura e uma direção que molde todas as atividades e sofrimentos humanos. A história é uma forma elaborada de memória, ela vai além dos limites de uma vida individual. Ela trama as peças do passado rememorado em uma unidade temporal aberta para o futuro, oferecendo às pessoas uma interpretação da mudança temporal. Elas precisam dessa interpretação para ajustar os movimentos temporais de suas próprias vidas.

História e Memória são formas distintas de leitura do passado. Nenhuma delas pode ser vista como atividades ingênuas. As representações e sua materialidade, os discursos, assumem significados peculiares próprias de cada época, de cada sociedade. Olhar para elas exige o exercício de despojar-se das certezas impregnadas nos historiadores que somos, acerca do método “certo” de se olhar e de “produzir” o tempo o pretérito.

4 “SÓ O AMOR CONSTRÓI PARA A ETERNIDADE”: A CONSTRUÇÃO ESPACIAL E IDENTITÁRIA DO BAIXO ACARAÚ

E as paisagens podem ser conscientemente concebidas para expressar as virtudes de uma determinada comunidade política ou social (SCHAMA, 1945, p. 26).

Embora o excerto acima pareça um convite tentador para iniciar este capítulo definindo paisagem, não é o que farei. As definições até aparecerão, mais adiante, entretanto chamo atenção para, por ora, a necessidade de análise dos usos que a historiografia pode fazer de um conjunto de conceitos que, por muito tempo, fora entendido como objeto exclusivo da geografia. Tais conceitos estão ligados ao espaço e tanto as relações como os sentidos produzidos em torno dele, as espacialidades, auxiliam a entender como ele não apenas é construído no âmago das relações humanas, mas como também as constrói.

Schama (1945) atenta para os usos que podem ser feitos do espaço no sentido de promover política e/ou socialmente uma determinada comunidade. Interessa neste capítulo compreender como Nicodemos Araújo opera tais conceitos em sua narrativa. Que dimensões do espaço ele privilegia, como o espaço baixoacarauense é construído e como ele influencia nas relações político-sociais dessa região.

Tais relações formam a identidade de um povo, que pode ser enaltecida, questionada ou até mesmo forjada pela historiografia. Assim, a discussão desse capítulo contempla também a construção identitária do povo baixoacarauense na narrativa do autor bela-cruzenense.

Trata-se de identificar e debater os elementos em torno dos quais a região do Baixo Acaraú é “forjada” na escrita do autor e a forma como ele os articula, criando uma ideia de comunidade unida em torno de uma identidade regional para além dos limites dos municípios sobre os quais escreve.

Nicodemos Araújo organiza alguns elementos de sua escrita de forma a dar a entender que as populações dos municípios do Baixo Acaraú possuem elementos comuns que os integram em comunidade. O autor harmoniza tais elementos, fortalecendo as relações comunitárias e sugerindo uma história sem grandes tensões e rivalidades na qual o sentimento de comunidade torna os interesses e problemas fatores que os tornam irmãos, os sujeitos que compõem os municípios do Baixo Acaraú.

A discussão está organizada em dois tópicos. No primeiro, um olhar sobre a construção espacial da Região baixoacarauense na narrativa de nosso autor. No segundo, a

construção identitária de um senso de comunidade nos, e entre, os municípios que compõem essa região.

4.1 A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO BAIXO-ACARAUENSE

A cidade de Cruz está plantada em terreno plano e bonito, ocupando uma área estimada em seis quilômetros quadrados. Emoldura-se a leste, pelo carnaubal verdejante da Ribeira do rio legendário; a oeste, pelos cajueirais virentes representados em sua linda Bandeira; ao norte, pela histórica lagoa onde fincaram a Cruz que deu o topônimo sagrado; e, pelo sul, com a tradicional “Lagoa dos Talos”, “onde a marreca, a jaçanã, tetéu, cantam ao luar, sonorizando o céu”. Ao lado marcam presenças os bairros de Brasília e Malvinas (ARAÚJO, 1989, p. 20).

O excerto retirado da obra de O Município de Cruz apresenta geograficamente os limites territoriais da cidade de Cruz, os quais são claramente marcados por elementos naturais, sugerindo um quadro de molduras harmoniosas. Quero dizer com isto, que as formas de dizer o espaço acabam o criando, o instituindo. Cruz está sobre terreno que não é só plano, é bonito, o rio que fica a leste é legendário; a oeste não temos cajueirais quaisquer, são prósperos; a norte, uma lagoa histórica; ao sul, pássaros que sonorizam. O autor poetiza a descrição geográfica da cidade, tornando-a peculiar.

Enveredo nesta discussão, pelos modos como Nicodemos Araújo opera os sentidos de território e demais conceitos e categorias a ele ligados. Mesmo ciente de que o termo em questão, território, é bastante polissêmico, farei uso dele partindo da premissa de que é, sobretudo, uma construção histórico-social.

As discussões em torno do termo em questão são demasiadas grandes e, por isso, tento aqui me apoiar teoricamente em alguns, dentre tantos autores, que enveredam por esse debate tendo claro que “todo conceito, como toda teoria, só tem validade quando referido a uma determinada problemática, a uma questão. Assim, o território é um dos principais conceitos que tenta responder à problemática da relação entre a sociedade e seu espaço.” (HAESBAERT, 2005, p. 87). Por isso recorro a ele – o território - e a outros conceitos/categorias relacionados para compreender como Nicodemos Araújo apresenta a organização do espaço baixo-acarauense e cria, no plano da narrativa, elementos que dão sentido a este lugar. Trata-se de perceber como o escritor mobiliza este componente geográfico para sugerir a construção de vínculos entre as populações do Baixo Acaraú e este espaço de mesmo nome.

Segundo Saquet (2007, p. 13) “O território é um desses conceitos complexos, substantivado por vários elementos, no nível do pensamento e em unidade com o mundo da

vida”. E embora sua definição seja fruto de disputas teórico-acadêmicas, categorias/conceitos como este nos servem de subsídio para a interpretação da escrita de nosso sujeito.

Receosa de perder-me diante de uma tentadora rigidez deste tipo de conceito, compreendo que:

Paisagem, território, limites, fronteiras, região, lugar, mundo, rede: em muitas circunstâncias, esses conceitos se entrecortam, não sendo incomum, portanto, o esforço malsucedido de delimitar, com precisão cada uma deles. Todos estabelecem estreitas relações, próximas o bastante para construir não só imagens teóricas de superposição como também de atravessamentos. Todos ainda podem ser interpretados como derivações de um *conceito-matriz*: espaço (HISSA, 2009, p. 60).

Conforme o autor, tais conceitos constituem um conhecimento socioespacial produzido por disciplinas que se comunicam e que têm como foco as espacialidades e seus processos. Não esqueçamos que a natureza dos conceitos é híbrida e que, portanto, “o conceito de território jamais poderá ser monopolizado por um campo disciplinar” (HISSA, 2009, p. 61).

Dito isso, há segundo HISSA (2009), uma síntese de comum definição apresentada pelo geógrafo Milton Santos que compreende território como “domínio, campo de poder, propriedade, produto de exercício político e socioespacial.” (SANTOS, 1978, 1980, 1996 *apud* HISSA, 2009, p. 61). É na utilização do espaço que o mesmo é produzido. Essa construção é fruto do trabalho humano no processo de sobrevivência de produção e consumo de bens, das múltiplas relações que se estabelecem sobre ele, das representações feitas nele e a partir dele. O espaço é, deste modo, produzido social, econômica e politicamente. Essa dinâmica de produção do território não é só de interesse da geografia, mas das Ciências Sociais como um todo. Nas palavras de Milton Santos “É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele o objeto de análise social” (SANTOS, 2005, p. 137).

Assim, o que interessa e direciona meu olhar é a forma como o escritor mobiliza tais conceitos em suas narrativas. O interesse não é o território baixo acarauense em si mesmo, mas a forma como o autor narra os processos que constituíram este território.

Haesbaert (2001; 2002; 2004) alerta para a multidimensionalidade do conceito. Dependendo do autor ou do trabalho uma dessas dimensões do conceito de território pode ser priorizada. O autor nos fala da dimensão materialista e idealista. A primeira compreende as vertentes naturalista, jurídico-política, e a econômica. A dimensão idealista abrange o simbólico, o imaterial. De acordo com Haesbaert (2001; 2002; 2004). É possível perceber e agrupar (ao menos para fins de análise) os vários sentidos dado ao termo território.

A abordagem política compreende o território “como espaço delimitado e controlado através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não

exclusivamente –, relacionado ao poder político do Estado” (HAESBAERT, 2004, p. 40). A abordagem econômica percebe o território “como fonte de recursos e/ou incorporado no embate das classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão ‘territorial’ do trabalho”. A perspectiva cultural, por sua vez, “prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido” (HAESBAERT, 2004, p. 40).

Escrevendo sobre as sesmarias Nicodemos Araújo coloca:

E todo o processo doatório seguia “uma estrutura feudal antiga”, tal como afirma Monsenhor Francisco do Couto. No Ceará esse favor do Governo Imperial começou pelo Acaraú, em 1683. E, consoante diziam os antigos, as sesmarias muito contribuíram para a expansão da lavoura e da pecuária. (...).
Achamos interessante salientar aqui a coragem, a tenacidade e até o sacrifício dos sesmeiros, na luta para conseguir essas glebas que “Sua majestade que Deus guarde” houve por bem conceder àqueles que, com razão e necessidade, lhe requeressem. Muitos desses primitivos agropecuaristas se constituíram autênticos pioneiros, em seu notável trabalho de desbravamento dos sertões inóspitos e bravios, fosse nas várzeas entremeadas de riachos e lagoas, fosse na espessa jangalda mata bruta (ARAÚJO, 1989, p. 41 – 42).

A posse do território que hoje corresponde ao município de Cruz se dá por meio de um processo que acompanha o que ocorria nas outras áreas da colônia: a distribuição de sesmarias pela coroa portuguesa. A descrição traduz a imagem de um território sendo construído sem questionamentos do ponto de vista das relações de poder. O controle do espaço pelo Estado-Nação é naturalizado. As partes envolvidas gerenciam essa apropriação de forma bastante harmoniosa: um favor de uma das partes e o esforço destacado da outra parte para não desmerecer tal favor. O território é apresentado como extensão de terra sob domínio de uma jurisdição político-administrativa. O poder que define o território, nesse caso, é o estatal e a soberania da Nação assegura o direito sobre ela.

Como dito anteriormente, Haesbaert (1997, p. 41) chama atenção para o fato de que o território deve ser pensado para além desse domínio “politicamente estruturado” e também na sua dimensão imaterial, simbólica e “identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva”. Por mais que o escritor bela- cruzense não ultrapasse no trecho acima, ao menos conscientemente, esse “politicamente estruturado” da noção de território, evidencia uma relação entre os agentes ocupantes do espaço baixo acarauense, este mesmo espaço e o caráter identitário que definiria o povo do referido lugar.

Ainda sobre sesmaria e sesmeiros, diz o historiador F. Sadoc de Araújo que “as terras banhadas pelo rio Acaraú foram povoadas dentro de um critério de seleção de sesmeiros, gente de boa linhagem, predominando entre as famílias primeiras, sentimentos de elevadas virtudes morais e tendências para o aprimoramento cultural” (ARAÚJO, 1989, p. 42).

O estrangeiro vira nativo. O de fora torna-se o de dentro. As terras banhadas pelo rio Acaraú passam a ser definidas pelo “tipo” de gente que as povoa. As relações de poder que determinam quem pode controlar e fazer uso dessas terras estão implícitas. Cabe questionar quem possuía o direito a terra, o que era ser de boa linhagem e qual noção de moral era compreendida no contexto em questão. Hissa (2009, p. 43) coloca que a produção de territórios nas ditas sociedades modernas tende a priorizar os modelos hegemônicos estimulando imagens que formulem “um futuro comum para todas as sociedades”. Este futuro deve ser construído a partir do caminho construído pelo - na visão de Milton Santos - *corpo ocidental do mundo*. Este, elemento valorizado no processo de globalização que eclodiu nos últimos anos do século passado, “produz ausências ou invisibilidades de outros corpos de mundo”.

Ao referir-se ao processo de povoamento de Almofala, Nicodemos Araújo pontua:

Atinentemente às terras onde viviam e trabalhavam os índios Tremembés (e outros habitantes de Almofala), já vimos como o Rei de Portugal determinou ao Governador do Maranhão tomasse as necessárias providências, no sentido de que as mesmas não lhes faltassem.

(...) Todavia, com o transcorrer do tempo, como era natural que acontecesse, aquela poderosa tribo foi se dispersando e se extinguindo.

Em consequência, as terras que haviam sido dadas ao aldeamento, naquela histórica localidade, foram sendo ocupadas pela população local, que já as vinha cultivando juntamente com os aborígenes (ARAÚJO, 1981, p. 44- 45).

A narrativa sugere uma naturalização do processo de ocupação. Os nativos são abordados como estrangeiros a quem se fez o favor de doar as terras para o aldeamento, que em si mesmo já é uma forma de controle espacial, que tem como consequência o adestramento de caráter cultural. Portanto, tem-se uma leitura da constituição do território baixo-acarauense, naturalizando certas ausências e exaltando um tipo de apropriação da terra que anula determinados sujeitos.

A constituição do território baixo acarauense é fator relevante – na maioria das vezes na perspectiva político-jurídica - dentro da narrativa de Nicodemos Araújo sobre a emancipação de Cruz e o estabelecimento de seus limites e fronteiras:

E desta vez seu entusiasmo era maior, e maior também era a sua pretensão relativamente ao território.

Sim, porque os promotores do movimento não pleiteavam somente 30 Kms do distrito de Jericoacoara, mas queriam toda a sua área de 510 Km². (...)

Aconteceu, toda via, que uma ponderável parcela da população de Acaraú, tendo a frente seu Prefeito Jaime Ferreira Gomes Filho, discordou, não da criação do município de Cruz, mas da maneira como seus promotores o desejavam.

É que na mesma época, o distrito de Itarema também estava requerendo sua emancipação administrativa e forense, isto é pleiteava sua separação do município de Acaraú. E este contava, então, 2. 417 Km² de superfície.

Ora, se desses 2417 Km², fossem retirados os 820 Km² do distrito de Itarema, os 510 Km² do distrito de Jericoacoara e os 270 Km² do Distrito de Cruz, restariam ao município de Acaraú apenas 817 Km², ou seja, um terço de seu território.

Nestas condições, o povo de Acaraú precisava e tinha razão de procurar, para o problema, uma fórmula que não o prejudicasse tanto.

O prefeito João Jaime Filho estava no seu papel. E ninguém, em sã consciência, poderia negar-lhe o direito de defender o território de seu município.

Mas, não obstante as démarches efetuadas neste sentido, o resultado foi o fracasso total das negociações.

E o processo da criação do Município de Cruz, prosseguiu seu curso normal. Mas o que se faz preciso agora, é que não se conserve ressentimentos capazes de prejudicar o relacionamento que sempre existiu entre às duas comunidades vizinhas.

Fortes laços familiares ligam boa parcela de seus habitantes, desde seus primeiros tempos (ARAÚJO, 1989, p. 51).

Observa-se que a abordagem do escritor do Baixo Acaraú é aquela predominante na Geografia tradicional. O território como espaço concreto, superfície, artefato fechado em si mesmo, estático. Fica claro o campo de forças o qual se torna esse fragmento do território baixo acarauense. Embora o autor justifique a resistência do prefeito de Acaraú em aceitar o desmembramento de parte de seu território outras possíveis justificativas podem ser facilmente levantadas para esse desacordo. Tais hipóteses vão desde os recursos naturais que saem de seu controle administrativo e financeiro ao número de eleitores sobre os quais se perde influência neste tipo de desmembramento.

A origem do estabelecimento de limites ou fronteiras que dividem Acaraú é tensa. Ao justificar a resistência do governo acarauense diante do processo de criação de novos territórios jurídicos-administrativos, Nicodemos Araújo pacifica essa origem. Os limites territoriais não são “limites” no sentido nato da palavra porque “Fortes laços familiares ligam boa parcela de seus habitantes, desde seus primeiros tempos (ARAÚJO, 1989, p. 51). O estabelecimento dos marcos legitima o controle governamental, mas não apaga os laços familiares que para o autor tornam a todo irmãos. Há aí uma dimensão simbólico-cultural na construção deste espaço, pois segundo Haesbaert (1997, p. 42):

O território envolve sempre, ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólico-cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais como forma de ‘controle simbólico’ sobre o espaço onde vivem (sendo, portanto, uma forma de apropriação) e uma dimensão mais concreta, de caráter político disciplinar: o domínio do espaço pela definição de limites ou fronteiras visando à disciplinarização dos indivíduos e o uso/controle dos recursos aí presentes.

Conforme Hissa (2002, p. 66) “onde há território, há limite e fronteira”. Enquanto os “limites estão voltados para dentro como se representassem a guarda dos territórios. Pelo oposto as fronteiras, espaços de transição, zonas de contato, espaços de abertura, estão voltadas para o exterior”. A fronteira é, assim, segundo o autor, espaço de transição. Compreendo que sem a intenção de sugerir os sentidos atribuídos aos conceitos de limite e

fronteira (hoje dados pela geografia crítica), o autor os usa, sobretudo o termo limite, como sinônimo de marco. Já o termo marco pode ser compreendido como o “até onde vai”, o controle administrativo de cada governo. É somente isso que os limites parecem definir para o escritor, uma vez que ele vai rabiscando historiograficamente o Baixo Acaraú como um espaço habitado por populações de municípios cujas fronteiras não quebram os vínculos construídos por um povo de origem comum.

Fronteiras não são limites: são espaço entre dois (CERTEAU, 2008). Elas operam como territórios potenciais de encontro, interfaces: elas “se entrecortam, evidenciando vários mundos e poderes” (HISSA, 2002, p. 43) que se atravessam. A pele, e tudo mais que se segue – junto ao corpo e à cidade –, esconde uma condição pulsante de fronteira. Em cada pedaço do percurso há alguma iminência de convocação da vivência da alteridade, de abertura ao outro. As fronteiras são permeadas por esse risco: o outro (HISSA, 2013, p. 57).

O discurso sobre a emancipação de Santana do Acaraú sugere, por sua vez, um quadro de tensões revelado nas expressões: política um tanto extremada, animosidade contra os acarauenses, rivalidade.

Nessa época o território da Freguesia de Acaraú abrangia o então povoado de Santana. A política, nesse tempo, era um tanto extremada, e, em consequência disso, reinava ali uma certa animosidade contra os acarauenses, uma espécie de rivalidade, aliás até proveitosa para as duas comunidades vizinhas, ambas justamente empenhadas em conseguir melhores dias para suas respectivas populações. E onde há competição, geralmente há progresso. Acontece que, naquele tempo, a criação de freguesias religiosas era feita pelas autoridades civis da Província. Pois bem: em 1839 Acaraú perdeu a condição de freguesia, para retomá-la quatro anos depois, isto é, em 1842, graças à Lei nº 283, de 15 novembro do mesmo ano. Em razão disso, o espírito de rivalidade continuou a existir entre as duas povoações, tendo Acaraú conseguindo elevar-se primeiro à categoria de Vila, com a Lei nº 480, de 31 de julho de 1849, que criou o município” (ARAÚJO, p. 18 -19).

Observa-se, porém, que a palavra competição ameniza a ideia de tensão. Competições são positivas por incentivar as cidades a buscarem melhorias. A máxima, o importante é competir, ganha sentindo diante da narrativa. A competição é sadia, o conflito não. Entretanto, talvez ainda não satisfeito com os efeitos que essa abordagem pudesse sugerir, o autor lembra aos leitores que:

Não obstante as eventuais rivalidades de que falamos em nota anterior entre os habitantes de Acaraú e Santana, e embora separadas por 84 quilômetros de distância, sempre existiram, paralelamente, fortes vínculos de interesses comuns; em setores diversos das duas comunidades vizinhas, ficando este município algumas vezes em débito para com o nobre povo santanense. Efetivamente, este município e esta cidade, ao longo de mais de centúria, tem recebido de dezenas de filhos de Santana do Acaraú uma colaboração efetiva e valiosa para o seu engrandecimento e para o seu conceito, colaboração prestada, ao que está suficientemente provado, sem outro interesse que não seja o de servir à nossa gente, no solucionamento de problemas virtualmente ligados às superiores conveniências da terra acarauense (ARAÚJO, p. 57).

O fluxo de pessoas de um município para outro e a contribuição dessas pessoas na cidade que as acolheu, sugere que o que existe na realidade são municípios com limites bem demarcados no plano jurídico-político, mas com fronteiras cujas linhas são tênues quando se fala das outras dimensões. Desta forma, pode-se lembrar o que Hissa (2002, p. 43) afirmou sobre as fronteiras ser “territórios potenciais de encontros”.

Segundo SOLINÍS (2009, p. 277) A religião “na sua função vinculante entre seus dois mundos tem igualmente um papel importante a cumprir na conotação de espaços construídos (...)” como, por exemplo, “a consagração de um sítio a um santo padroeiro da igreja, o que convertia tais territórios em lugares. Assim o espaço de vida se configurava, enraizando seus habitantes e suas crenças (...)” Pensemos a legitimação do controle da terra pela santa padroeira de Acaraú.

Em 1832 foi criada a Freguesia de N. S. da Conceição, da Barra do Acaracu, estando a sede respectiva localizada no próprio terreno doado. Todavia, ninguém se interessou pela legalização do mencionado patrimônio, cujas rendas, consequentemente, continuaram sendo auferidas pela Freguesia de Sobral. Tal situação, porém, não podia prosseguir. E foi por isto que, muitos anos depois, a população de Acaraú, verificando a anomalia que representava o pagamento a Sobral dos foros de um imóvel pertencente à Padroeira desta Freguesia, procurou reivindicar para Acaraú o que de legítimo direito lhe pertencia. Essas tentativas, no entanto, resultaram infrutíferas, porque o Vigário de Sobral entendia que tal legado devia pertencer àquela Freguesia (ARAÚJO, 2005, p. 102).

O trecho acima se refere ao que vulgarmente os moradores de Acaraú e vizinhança se acostumaram a chamar de “terras da Santa”. Tais terras foram doadas a Nossa Senhora da Conceição, Padroeira da capela, hoje Matriz de Acaraú, por José Monteiro de Melo, em 1806. Há, indiretamente, na escrita de Nicodemos Araújo, um convite a indignação perante o que autor considera uma anomalia. O trecho traz um discurso que evidencia como, ao menos no âmbito historiográfico local, as relações religiosas cristãs, especificamente Acaraú – Sobral, delimitam o espaço e como esta escrita da história feita por Nicodemos Araújo dá a população acarauense o espaço de luta nessa construção espacial.

Somente mais tarde, em 1906, e segundo o próprio Nicodemos Araújo, mediante protagonismo do vigário local Pe. Antônio Tomas, o impasse fora resolvido com “ganho de causa à Freguesia de Acaraú, sob a condição de ser paga a Sobral uma taxa anual ou uma indenização cuja importância foi arbitrada, por Dom Joaquim José Vieira, segundo Bispo do Ceará, na quantia de 3.000\$000” (ARAÚJO, 2005, p. 102). O então Vigário de Acaraú “abriu uma subscrição popular, com o objetivo de conseguir recursos para o pagamento imediato da indenização arbitrada. O povo de Acaraú, coeso com seu querido Vigário, correu pressuroso, ao seu chamado, e dentro de poucos meses, a dívida foi totalmente coberta” (ARAÚJO, 2005, p. 102-103).

A questão apresentada por Nicodemos Araújo é religiosa, mais precisamente cristã católica. Mesmo que o trecho faça parte do capítulo sobre a formação eclesial de Acaraú, o autor toma o que deveriam ser os grupos cristãos que se empenharam nessa ajuda ao vigário como “povo”. A frase “O povo de Acaraú, coeso com seu vigário” substitui-se a “parte” pelo “todo” e o termo “coeso”, embora esteja ligada gramaticalmente ao seu predicado, no caso o padre, fortalece a ideia de luta, de um povo que junto alcançou conquista, a condição de ser ou não cristã desaparece e naturalizada na troca dos termos. Não foi um grupo, por maior que fosse, mas o próprio povo decidindo e delimitando o espaço que por ser cristão, era de “todos”.

Tal como fala o festejado poeta José Alcides Pinto, é “a cidade uma menina sorrindo; sorrindo em seu frescor adolescente”. A cidade garota que “mostra a todos, em sua nobreza, seu perfil fascinante e garboso”. Paira ali, como uma benção do Criador, nas asas da esperança e do amor, o sopro do progresso, indicando ao seu povo o caminho luminoso do porvir. Aqui e ali, lembrando sentinelas indormidas da cidade e de sua gente, coqueiros, mangueiras, cajueiros, castanholas, figuram enfeites colossais, oferecendo a todos a beleza da ramagem, a suavidade da sombra e a riqueza do oxigênio. E dentro da cidade princesa, mirando-se no exemplo das abelhas em suas colmeias, vive, trabalha e fraterniza uma comunidade que deseja crescer, para tornar grande o seu torrão nativo (ARAÚJO, 1989, p. 20).

A imagem, criada de forma quase que automática para o leitor, é a de um quadro em que uma comunidade, a cruzense, unida e feliz, prospera. E a moldura desse quadro é justamente os elementos naturais que “enfeitam” a cena e fornecem os recursos necessários como sombra e oxigênio para que não só vivam, mas também trabalhem e fraternizem em prol de um objetivo que é crescer. Embora não se observe a presença de uma abordagem determinista do meio sobre a comunidade, o trabalho da população é comparado ao trabalho das abelhas, no qual imperam a organização e cumprimento das funções. Relações de trabalho não são problematizadas. A natureza não aparece como algo que molda e nem que é moldado pela ação humana, mas como elemento que fortalece e suaviza a luta. Tudo em plena harmonia.

Nicodemos Araújo harmoniza a relação homem e natureza sem que os sujeitos pareçam inertes frente ao avanço e crescimento da comunidade. A leitura sugere a ideia de uma “comunidadezinha” feliz que está em processo – os verbos “viver” e “trabalhar” são colocados no presente - porque vive em fraternidade. Afinal, se na terra cruzense onde até “a oiticica ostenta a sua “ramada hospitaleira e amiga” (ARAÚJO, 1989, p. 26) porque seu povo também não seria? Até porque, segundo o próprio autor “esses sentimentos, e essa vontade coletiva de crescer e evoluir, é natural em todos os aglomerados humanos onde impera o

patriotismo autêntico. E tal predicado nunca faltou na população cruzense, numa bela manifestação de zelo pelo torrão – berço” (ARAÚJO, 1989, p. 44).

O patriotismo autêntico, gerado e vivido no seio da comunidade local, se amplia na medida em que o povo de Cruz fraterniza, o povo de Acaraú fraterniza, e assim, os “superiores interesses” da região denominada Baixo Acaraú vão sendo priorizados.

A bandeira, de cores verde, amarela, branca e vermelha, é formada de uma Cruz em duplo traçado superposto, e guarnecida por 2 quadrados e 2 retângulos, com o Brasão localizado no centro. Este tem os seguintes significados: a Torre do Brasão do Ceará, lembrando, à direita a Lagoa da Cruz; e a esquerda lembra as praias, com o Portão de Jericoacoara. Os ramos representam a mandioca e o cajueiro, principais riquezas do Brasil, do Ceará, da Espanha – pátria de Vicente Yanez Pizon, que em 1500 aportou em Jericoacoara. A área verde representa o mapa do município, o vermelho figura o cristianismo. O verde e o amarelo, juntos lembram a Itália - Pátria de São Francisco, e o branco significa a paz, neste ano a ela consagrada internacionalmente (ARAÚJO, 1989, p. 58 -59).

Como afirmou Schama (1996, p. 26) “As paisagens podem ser conscientemente concebidas para expressar as virtudes de uma determinada comunidade política ou social.” A descrição da bandeira do município de Cruz mescla história, natureza, paisagem e memória. Elementos que criam o espaço. Que dão sentido a ele. Nesta construção de sentidos os acontecimentos, rearranjados juntos a paisagem e ao seu espaço, se naturalizam. Nesta composição, elementos históricos são acionados para evidenciar a busca das raízes, uma origem nobre, sobretudo.

Segundo Arrais (2001, p. 11) o espaço não pode ser visto como um elemento estático, mas como parte que constitui as próprias relações entre os indivíduos. Nessas relações certas representações originam sentidos “revestindo-se de simbologias e participando da construção de certas identidades”. O espaço pode ser visto, dessa forma, levando em consideração a carga subjetiva posta sobre ele, “como marca e expressão das relações sociais”.

O espaço citadino é, também segundo o autor, “o lugar onde se concentravam as possibilidades de concretização da civilização, contraposta a barbárie (...)” (ARRAIS, 2001, p. 13). O forte teor religioso da escrita de Nicodemos Araújo, comentado em capítulos anteriores, abre espaços para mais leituras. Há criações simbólicas sobre espaço a partir de práticas significadas pela escrita do autor como evidencia o trecho:

Evidentemente, muito difícil se torna o encontrar-se, em todo o território do Brasil, qualquer aglomerado humano, qualquer povoado, por mais humilde que seja, onde não se ergua, no centro, a sua capelinha de alvenaria, e até de taipa. E essa capelinha representa a passagem desses heróis do Cristo, que devassaram, os nossos sertões e o nosso litoral, no desempenho de sua santa missão de conquistar almas para Deus. Esses beneméritos obreiros da nossa civilização, no labor nobilitante de servir à Religião e servir à Pátria, com grande abnegação cristã e admirável coragem, foram,

desde os nossos primeiros tempos, os catequistas intemerados dos selvícolas, os evangelizadores infatigáveis dos povos em formação (ACARAÚ, 2005, p. 105).

Não é possível discordar do autor sobre a presença do espaço cristão nestes povoados e comunidades. No entanto, sabemos que isso se deve a presença de uma colonização de base cristã e, claro, Nicodemos Araújo também sabia. Mas o texto é organizado de forma a sugerir que sem os “heróis de cristo” que penetraram esta terra, em nome de Deus e da Pátria, a civilização não seria possível.

Hissa (2013) citando Milton Santos pontua que os lugares são *expressões de mundo*. E incentiva o questionamento: Mas a que mundo ele se refere? O autor se refere “ao mundo dos sujeitos da existência que, inevitavelmente se dá nos lugares, na escola do cotidiano” (HISSA, 2013, p. 38) Milton Santos usa a expressão metafórica corpo do mundo não se referindo cidade dos mapas, mas ao espaço significado, subjetivado, o território de existência.

Conforme Hissa (2013, p. 38):

Há corpos – muitos deles – que transitam pela cidade que são ordinários, comuns; porém, necessariamente, inventivos. Os corpos ordinários dos praticantes da cidade (CERTEAU, 2008) circulam no embaixo da cidade, entre fissuras do visível, do planejado, do disciplinado. Ao sofrerem efeitos totalitários da produção do espaço, submetidos às contradições do capitalismo, reescrevem o texto urbano.

Estes corpos ordinários, comuns e inventos não aparecem, na narrativa de Nicodemos Araújo, onde eles, segundo HISSA (2013) circulam. Os procurei na construção das estradas que ligam Acaraú a Sobral e a Itapipoca e que o dividem como “as artérias por onde circula economia, da mesma forma como pelas veias circula sangue, para dar vida ao corpo” (ARAÚJO, 2005, p. 256). Poderiam – ou não – estar no grupo de filhos do Acaraú que o autor cita quando afirma que aquela “vasta unidade cearense foi progredindo com o tempo, impulsionada pela vontade unânime de seus filhos. E novas estradas foram se abrindo, para o escoamento das riquezas municipais e locomoção da população (...)”.

Os copos dos quais fala Hissa (2013) também foram procurados no porto, o Porto de Cacimbas, em Acaraú, que segundo Nicodemos Araújo outrora “registrou um dos maiores movimentos portuários do Ceará” (ARAÚJO, 2005, p. 260). E onde grandes companhias de navegação faziam escalas “ali deixando as mercadorias que se destinavam a Sobral, para onde eram transportadas, em carros de bois, e de onde traziam artigos de exportação, para Pernambuco e outros pontos do país” (ARAÚJO, 2005, p. 260). Não há como não indagar pelos transportadores de mercadorias e dos carros de bois, sobre suas práticas e

representações criadas e criadoras dos espaços do Porto, que não é somente um espaço de fluxo de mercadorias, mas também de ideias.

O mercado público da mesma cidade, construído segundo o autor bela-cruzense, em 1876, passou por reformas dois anos depois passando a constar de “um galpão para venda de carne e peixe”. Tais reformas foram empreendidas pelos prefeitos do município para “não só servir à população, mas igualmente, de bem recomendar a cidade” (ARAÚJO, 2005, p. 276).

Se, conforme ARRAIS (2001, p. 15) “não há espaços sem as práticas que lhe conferem sentido”. A ausência de um olhar sobre tais práticas e os sentidos dados a elas pelos diferentes sujeitos acaba legitimando determinadas visões que se ocupam dos que mandam fazer em detrimentos do que fazem, dos que controlam o fluxo sobre ele em detrimentos daqueles que são o próprio fluxo.

E assim, nosso autor vai legitimando olhares e sugerindo sentidos sobre o espaço. Tais sentidos são sugeridos sutilmente, mas indicam peculiaridades que tornam o espaço, um território diferenciado. Ao fazer referência aos tipos de plantas encontradas no município, o autor coloca:

Não obstante a derribada que se faz anualmente, para os roçados, numerosos espécimes de madeira de lei ainda são encontrados neste município. Entre outros, citamos: pau-darco, aroeira, sabiá, umburana, pau-branco, pereiro, jatobé, jurema, acende candeia, pau-ferro, amargoso e a providencial carnaúba, a quem Humbolt chamou de árvore da vida, a Fernand Denis adiantou que “pode, por si, suprir as necessidades de uma nação inteira” (ARAÚJO, 2005, p. 19).

Aparentemente é apenas uma descrição da flora local, mas atentemos as citações que apontam sentidos em torno da carnaúba. Não são frases do autor, porém ele as escolhe e toda seleção, como sabemos, implica decisão. Em Acaraú existe carnaúba que, pela capacidade de “suprir as necessidades de uma nação inteira”, torna seu território, seu solo, importante, fundamental.

Assim, pode-se dizer que há na escrita de Nicodemos Araújo a construção de um tipo de memória sobre o território, o espaço e as espacialidades como um todo, que privilegia a noção tradicional de espaço sendo construído pelos poderes públicos constituídos. O espaço aparece, na abordagem do autor, como superfície, conceito estático.

4.2 A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DO BAIXO ACARAÚ

O município de Acaraú sempre esteve solidário com a Pátria, porque os sentimentos de brasilidade são inatos no coração dos acarauenses. Eis porque, nos conflitos com países estrangeiros, como nos movimentos internos da Nação, não faltou a contribuição desta comuna, pela ação decidida de filhos seus (ARAÚJO, 2005, p. 65).

O acarauense, nos dizeres de Nicodemos Araújo, já nasce com o sentimento de brasilidade desenvolvido. Esses mesmos acarauenses estiveram “imbuídos, assim, do espírito de colaboração em proveito do torrão berço; unificados em todas as circunstâncias, pelo amor a terra mãe, no objetivo muito justo e muito nobre de vê-la crescer e progredir” trabalhando sempre “com inteligência e bom senso” (ARAÚJO, 2005, p. 64).

Essa discussão é sobre identidade, sobre a construção dela na narrativa do escritor bela-cruzenze. Pontuei enfática, e até repetidamente, o caráter conciliatório da escrita de Nicodemos Araújo. Aqui me debruço sobre esta questão, levando em consideração a apresentação e construção discursiva dos elementos que unem os sujeitos do Baixo Acaraú, atentando para quem são eles, como protagonizam, quais as origens do discurso de identidade criado sobre eles pelo autor.

A noção de identidade abarca muitas questões. Pode-se falar de identidades espaciais, territoriais, culturais, políticas, nacionais, regionais, dentre tantas outras. Embora não tenha mapeado a forma como o autor usa o termo em suas múltiplas dimensões, priorizei a ideia de identidade regional sem, contudo, evitar uma ou outra das dimensões assinaladas, quando necessário.

Segundo Pesavento (2005, p. 89-90) “(...) a identidade é uma construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da ideia de pertencimento. A identidade é uma construção imaginária que produz a coesão social, permitindo a identificação da parte com o todo” do sujeito com determinado grupo, e se constrói tendo como base a diferença. “(...) é relacional, pois ela se constitui a partir da identificação de uma alteridade.”

Nicodemos Araújo naturaliza um sentimento que ele chama de “brasilidade”, ao dizer que são inatos no povo acarauense. A comprovação disso seria a participação em conflitos internos e externos de defesa da pátria. Trata-se de uma “elaboração identitária”, uma vez “que cria o sentimento partilhado de pertencer a um grupo dado” (PESAVENTO, 2005, p. 89-90).

Este sentimento tem como base, segundo Pesavento (2005, p. 89-90) “representações qualificadas em torno de atributos, características, e valores socializados em torno daqueles que integram o parâmetro identitário e que se colocam como diferencial em relação a alteridade”. Assim, ao se referir ao comércio acarauense, o autor da ribeira do Acaraú diz aos seus leitores que tal setor “pode e deve orgulhar-se de ser um dos mais honestos desta região, pois, ao que nos consta, aqui nunca se registrou uma falência ou

concordada, com prejuízo para quem quer que seja, o que talvez não tenha ocorrido em outra cidade do Ceará, com a idade da nossa ” (ARAÚJO, 2005, p. 209).

Esta indicação de diferencial aparece também quando Nicodemos Araújo escreve sobre as secas que assolaram o Nordeste, o Ceará e Acaraú. Registra ele, em relação a massa de retirantes que deixavam sua terra em busca de condições dignas de vida, o que lhes fora tirado pela seca, que “um fato que de certa maneira nos consola: - O município de Acaraú nunca deu um *retirante* nem um *cassaco*, para obras de sêca em outro município”. Até mesmo porque

No ano da graça de 1958, nova sêca assolou o Ceará, atingindo o Baixo Acaraú, porém, novos serviços do governo, ou as chamadas Frentes de Emergência, conseguidas pelo então Deputado Manuel Gomes Sales e outros filhos da terra, e localizadas em diferentes pontos do território municipal, proporcionaram trabalho e, conseqüentemente condições de sobrevivência a muitos milhares de acarauenses famintos (ARAÚJO, 2005, p. 300-301).

A seca atingira Acaraú, “muita gente morreu de fome, mesmo porque era grande o número dos que vinha de fora, à procura da praia” (ARAÚJO, 2005, p. 299). No entanto, o diferencial é a atenção dada pelas lideranças, “filhos da terra”, aos “acarauenses famintos”, que como os demais cearenses são combatentes apresentados em poesia pelo autor:

A sêca vai talando a terra de Iracema.
Na volúpia feroz das sanhas inconscientes.
Cantando na desgraça o lúgubre poema,
Sofre um povo de heróis, raça de combatentes.
(ARAÚJO, 2005, p. 305)

Os heróis da seca são fortes como nos dizia Euclides da Cunha:

E se tantas levas dos chamados retirantes estendem a mão a caridade pública, o fazem, não por receio da luta contra a natureza madrasta nem por medo do trabalho, mas porque lhes faltam os meios de ganhar a própria subsistência, obrigando-se a essa condição humilhante que não condiz com a fibra do cearense, porque o sertanejo é, antes de tudo, um forte, como definiu Euclides da Cunha (ARAÚJO, 2005, p. 296).

A força e resistência atribuídas ao cearense o torna ativo diante da luta. Essa luta e atenção dada ao povo acarauense por seu governo são atributos que constituem o diferencial. Há um “consolo” diante dos horrores da seca no Nordeste: ser acarauense, fazer parte de um grupo que não somente é forte, mas cujo governo não foi indiferente a luta de seus filhos. As sutilezas na escrita do autor vão sugerindo a construção desse orgulho por ser acarauense mesmo diante da tragédia climática.

A ideia de identidade Regional interessa-me por identificar nas obras de Nicodemos Araújo, não somente esta identidade local, ligada ao município, mas ao Baixo Acaraú, região formada pelos municípios objetos de estudo do autor. Albuquerque Junior

(2010, p. 38) nos diz que Identidade Regional é uma construção mental, “conceitos sintéticos e abstratos que procuram dar conta de uma generalização intelectual, de uma enorme variedade de experiências efetivas. Falar e ver a nação ou a região não é, a rigor espelhar estas realidades, mas cria-las.” Uma tríade conceitual é invocada nesses dizeres: História, memória e identidade. Pensemos na construção da história através da narrativa, nas seleções e omissões que constituem esse processo, de como uma versão se torna oficial. Em seguida, pensemos na difusão, reprodução dessa versão, nas formas que tornam tal versão parte da memória coletiva de um grupo. E finalmente, pensemos nos lugares, instrumentos e mecanismos que auxiliam na apropriação dessa memória, contribuindo para o desenvolvimento de uma determinada identidade.

Dentro dessa questão, vale salientar que, segundo Pollak (1989, p. 7), a existência de conflitos entre a memória coletiva nacional e as chamadas memórias subterrâneas. Há, segundo ele, um trabalho de “enquadramento da memória” alimentado com material oferecido pela história. Os responsáveis por essa operacionalização são profissionais, dentre eles, aqueles que o autor chama de “historiadores de casa”, ligados a organizações mais formais. Nicodemos Araújo é um desses “historiadores da casa”. Sua narrativa alimenta um enquadramento de memória que contribui para a construção da identidade Baixo Acarauense. Esta produção de memória com o auxílio da história, liga-se a produção de discursos, “organizados em torno de grandes personagens”. Assim, quando o indivíduo visualiza essa memória guardada e materializada, tende a integrá-la em seus “próprios sentimentos de filiação e de origem, de modo que certos elementos são progressivamente integrados num fundo cultural comum” a todo um grupo.

As memórias impostas, organizadas neste trabalho de enquadramento, apesar de não serem as razões únicas, contribuem para a permanência de um determinado “tecido social” numa dada sociedade. Pensemos nos mecanismos de propagação dessa identidade. Além da produção historiográfica, discutida nesse trabalho, os hinos, uma festa cívica, os monumentos, os símbolos em geral. Todos eles são elementos construídos para promover a coesão do grupo.

Descrevendo a festa de comemoração dos cem anos de criação do município de Acaraú, Nicodemos Araújo pontua:

O 1º CENTENÁRIO DO MUNICÍPIO

Indubitavelmente, a maior festa cívica realizada em Acaraú, em todos os tempos, foi a comemoração do 1º Centenário do Município, a 31 de julho de 1949. Achava-se à frente dos destinos da Comuna o saudoso belacruzenso Manoel Duca da Silveira, o qual, convocando todas as forças vivas do municípios, sem distinção de côr

partidária, promoveu um movimento da mais alta envergadura. E os filhos de Acaraú, provando mais uma vez o seu acendrado amor à terra mãe, puseram de lado as opiniões políticas e sentimentos outros que porventura existissem e cerraram fileiras ao lado do prefeito, emprestando a sua decidida cooperação, a fim de que as festas centenárias da comuna se revestissem do brilhantismo e do relevante significado cívico que realmente apresentaram (ARAÚJO, 2005, p. 67).

O atributo valorizado é a capacidade do acarauense se desprover, mesmo que temporariamente, de suas concepções, principalmente, as partidárias, em nome do amor à terra mãe. A expressão “filhos da terra” usada pelo autor para, geralmente, substituir o termo acarauense, vem carregada de sentidos. As pessoas tornam-se acarauenses. Trata-se claramente de uma construção identitária, é um processo. Mas a expressão “filhos da terra”, não. Ser filho é algo com conotação natural. Filhos possuem obrigações perante os pais. Esquecer as rivalidades e colocar-se diante da liderança em prol de interesses maiores, é um atributo de caráter pessoal e cívico que elabora uma noção de identidade.

Pensemos ainda no significado desse tipo de comemoração. Segundo Candau (2011, p. 147):

No espírito dos preceitos de Conte, aniversários e comemorações invadiam os calendários para organizar as memórias com a esperança de unificá-las, de tal maneira que elas pudessem participar do jogo identitário no sentido desejado pelos grupos ou indivíduos: legitimação, valorização, conjuração, exclusão, adesão aos acontecimentos fundadores, manutenção da ilusão comunitária, da ficção da permanência e do sentimento de uma cultura comum, (...).

O ato de comemorar, afirma o autor, está ancorado em questões identitárias do presente. Legitimar, manter uma ilusão comunitária, valorizar um acontecimento fundador são interesses revelados ou implícitos no jogo identitário coordenado por quem os promove. A produção historiográfica ajuda a legitimar uma versão acerca de um evento, e ao enaltecer comemorações e monumentos criados em torno dessa versão a legitima ainda mais. É o caso da festa em comemoração a fundação do município de Acaraú e a construção do obelisco do centenário, monumento construído pelo governo municipal em comemoração aos cem anos de Acaraú, tratado, inclusive, em poesia pelo escritor:

Erguendo para o alto a coluna marmórea
Indiferente ao sol, à chuva, ao frio, ao vento.
Assinalas no tempo, Augusto monumento
Desta terra querida, um século de história.

Marco de vida e afã, de luta e de vitória
Que o Progresso plantou, num memorando evento.
Sempre tive por ti profundo acatamento
Pelo que tens de amor, pelo que tens glória.

Ao vêr-te assim de pé, sereno, em continência
-- Guardiã da cidade, ao seu dever cativo --

Sinto de um nobre orgulho a cívica influência.

Pois, teu perfil austero à nossa mente traz
Cem anos de viver emancipado e altivo
De um povo que nasceu para o trabalho e paz
(ARAÚJO, 2005, 345).

O monumento é um indício da determinação dos poderes constituídos sobre o que deve ser lembrado, a poesia por vez, direciona um olhar sobre ele. Monumentos podem ser vistos como textos de concreto. A poesia apresentada junto ao texto sobre a construção do obelisco tem caráter pedagógico, no sentido em que orienta o olhar na interpretação do monumento. Seu significado: cem anos de história, de luta e de vitória; os indícios de como postar-se diante dele: profundo acatamento; e que tipo de sentimentos ele evoca: nobre orgulho e cívica influência. Nas palavras do autor, deve ser ele a lembrança de onde se vive e de quem se é: Acaraú emancipado e altivo “De um povo que nasceu para o trabalho e paz”.

Por isso Albuquerque Junior (2011) nos fala sobre “criar” a região. Nosso sujeito ajuda, por meio da produção historiográfica, a criar, no plano da narrativa, os locais que constituem o Baixo Acaraú e o próprio Baixo Acaraú enquanto região.

A construção de um discurso histórico de unidade do povo baixo acarauense perpassa toda a estrutura das obras de Nicodemos Araújo, mas é justamente nos capítulos sobre a formação política dos municípios que tais características aparecem de forma mais evidenciada. Há divisão entre a elite política e o “povo”. Por vezes, sutil, por vezes mais evidente. Por vezes a elite é apresentada como parte do grupo, conduzindo-o. Outras vezes é dada a entender como grupo distinto privilegiado, mas sempre “preocupada” com o progresso do Baixo Acaraú. O povo aparece como aquele que luta, participa, se entristece e se alegre, mas, sobretudo, deseja, aspira. O povo aparece unido, desejando sempre a elevação de seu distrito a categoria de município. Segundo o autor era “Na emancipação administrativa e forense do povoado se resumia a quase aspiração total daquela comunidade. (...)” (ARAÚJO, 1987).

Sobre a participação popular na campanha de emancipação do município de Cruz, o bela-cruzense escreve:

UM MOVIMENTO COLETIVO

E este fato constituía como que um penhor daquilo que a comunidade cruzense mais desejava, que era a elevação de seu distrito à categoria de município, seu objetivo maior. E essa aspiração popular crescia e se justificava, na medida em que o índice de desenvolvimento do distrito e de sua sede mais e mais se acentuava. Com efeito, a gente de Cruz sabia que sua terra reunia as condições que se faziam necessárias para a consecução de sua autonomia administrativa e forense (ARAÚJO, 1985, p. 46). Verdadeiramente indescritível, foi o regozijo que empolgou a população cruzense, ante o triunfo de sua causa. Alegria muito justa, porque aquele diploma

legal representava o coroamento vitorioso de uma campanha em que todos se haviam empenhado de corpo e alma (ARAÚJO, 1989, p. 46).

A autonomia administrativa é o que a “comunidade cruzense mais desejava”, “seu objetivo maior”, uma verdadeira “aspiração popular”, que ao ser conquistada “causou um indescritível regozijo” na população, afinal esta tinha se doado de “corpo e alma”. Cabe indagar sobre qual “gente de Cruz”, qual “comunidade”, qual “população cruzense”, ou melhor, quem cabe nesse “todos”.

Com um título bem sugestivo – SONHO DESFEITO – o autor narra o desfecho dessa luta pela emancipação de Cruz.

Entretanto, o contentamento do povo de Cruz durou apenas dois anos. E o município nem chegou a ser instalado. Sim, porque em data de 14 de dezembro de 1965, por força de um projeto do deputado Francisco Jorge de Abreu, o então Governado Joaquim de Figueiredo Correia sancionou a lei nº 8339, tornando sem efeito todas as leis que, nos anos de 1963 e 1964, haviam criado municípios e distritos, entre os quais estava o município de Cruz. Como era natural que sucedesse, os efeitos dessa Lei chocou profundamente a comunidade cruzense, que assistiu então, o desmoronamento de um sonho grandioso e justo, que a custa de muito trabalho se tornara realidade. A população ficou como atônita com um desfecho tão inesperado e brutal, depois de uma campanha tão bela que a todos contagiara (ARAÚJO, 1985, p. 49).

O termo “sonho” é uma palavra carregada de significados e que pode assumir diferentes sentidos, dependendo do campo de abordagem. O sentido de sonho dentro da ciência difere de seu sentido dentro da religião, por exemplo. Na escrita do bela-cruzense, o sentido atribuído ao termo é, claramente, o de um forte desejo. No entanto, termos como desejo, aspiração, projeto, não são tão fortes quanto o substantivo sonho. Claramente reconhecido em frase como: Nunca desista de seus sonhos! Sonhos valem a pena! E se valem a pena, quem ousa passar por cima deles? Eles motivam, impulsionam, comovem e unem as pessoas.

No recorte em questão, Nicodemos Araújo naturaliza o choque da população diante do cancelamento da lei que criou o município. Levando em conta os benefícios para a população, caso o distrito alcance o posto de município, é de se esperar que aqueles sujeitos conscientes desse melhoramento ficassem realmente felizes. No entanto, cabe questionar justamente sobre o rosto desses sujeitos, desse coletivo. Sobre até que ponto são realmente vistos como os sujeitos ativos dentro do quadro de mudanças políticas da região.

A forma sutil como os elementos retóricos são postos no jogo discursivo de Nicodemos Araújo sugere a existência das “comunidades” que atuam, do povo que integra,

que se une, que se entusiasma, no entanto, quem o faz são as chamadas lideranças mais expressivas.

NOVA CAMPANHA.

Somente depois de vinte anos, isto é, em 1983, a comunidade cruzense, em todos os seus segmentos, tendo a frente suas lideranças mais expressivas, iniciou uma nova campanha, objetivando sua autonomia política. E desta vez seu entusiasmo era maior, e maior também era a sua pretensão relativamente ao território. Sim, porque os promotores do movimento não pleiteavam somente 30 kms do distrito de Jericoacoara, mas queriam toda a sua área de 510 Km². A vila de Cruz progredira muito durante esses vinte anos, apresentando agora, uma fisionomia de autêntica cidade. E a mentalidade do povo cruzense como que amadurecera, tal era o empenho com que todos os segmentos sociais integravam a campanha, num impressionante exemplo de união, para o bem comum (ARAÚJO, 1989, p. 50).

No fragmento o autor usa agora o termo povo. Mais um conceito polissêmico e cujo uso foi e é muito intenso. Segundo Pereira (2011, p. 1) o termo “pode significar a parte e a totalidade de uma população, tomar acepções positivas e negativas, ser glorificado, depreciado ou mesmo temido”. Em seu nome se lançam propostas, se criam políticas, pessoas e grupos específicos se promovem. “O povo é considerado responsável pelos sucessos e fracassos de uma sociedade e é em nome dele que as diversas vozes se elevam na cena pública.” Enfim, uma definição completa de povo não é a pretensão, e mesmo se o fosse não seria eficaz levando consideração a pluralidade de uso, mas como Nicodemos Araújo o apresenta, qual identidade atribui ao povo do Baixo Acaraú.

Algumas passagens das obras do autor ajudam a compreender essa noção de sujeito, de povo com a qual ela trabalha. O folclore, por exemplo, é apresentado como espetáculo e mercadoria, o que haveria de genuíno e peculiar para oferecer ao visitante que procura o município sobre o qual Nicodemos Araújo escreve. Daí a ideia de que seria esta manifestação cultural uma das bases da identidade de um grupo. A forma como o autor apresenta a manifestação cultural não abre espaço para uma análise sobre os realizadores dessas práticas chamadas de folclóricas, sobre as relações entre quem as produz e a produção em si.

Tomando as cantorias em Jericoacoara como bens do folclore local, o autor lembra que se “o futebol, o rádio, a televisão e outros divertimentos modernos estão fazendo arrefecer o gosto do povo pelos folguedos folclórico” – a ideia de que a modernização é representada pelos avanços tecnológicos -, “o mesmo não acontece aos cantadores, que vão às emissoras radiofônicas e dali mandam para toda a parte, na voz ubíqua do rádio, os frutos de sua admirável inteligência” (ARAÚJO, 1984, p. 244).

Mas Nicodemos Araújo sugere uma pequena ruptura na noção de cultura popular como algo ligada intrinsecamente as camadas sociais mais baixas afirmando que “não

somente o povão, mas algumas famílias *recursadas*, contratam cantorias em suas casas, fazem convites aos amigos e a função toma um caráter familiar de importância” (ARAÚJO, 1987, p. 52 – 53).

A expressão “povão” designando aquela massa sem rosto e aparentemente sem gostos eruditos contrasta fortemente, não com o termo “famílias recursadas”, mas com a expressão “caráter familiar de importância”. A arte do “povão” ganha expressividade ao adentrar o espaço familiar. Sugere-se aqui uma aproximação de classes, as cantorias se transformam no elemento aglutinador das classes amenizando as diferenças e sugerindo coesão social.

O grande empenho dos órgãos de imprensa visa, em primeiro lugar, a preservação dessas manifestações de cultura popular que, na verdade, constituem divertimentos de marcante valor para o povo, especialmente para as famílias de baixa renda que moram nas cidades, mas não podem assistir os cinemas nem frequentar os teatros, e as que residem na zona rural, onde só chegam os cantadores, e os *Reisados*, na época de suas apresentações (ARAÚJO, 1981, p. 53).

O termo *povo* possui uma alta carga simbólica quando pensamos nas práticas citadas como entretenimento de uma parcela da população que não teria acesso aos bens chamados de eruditos. É justamente essa parcela que Nicodemos Araújo chama de povo. São eles que desejam, aspiram, unem-se em prol dos interesses superiores da região. O povo deseja e a liderança realiza:

O povo acarauense, tendo à frente seus maiores, isto é, seus vultos de mais destacada posição social e política, não arrefeceu em seu trabalho para conseguir independência administrativa. Antes como escreveu o jornalista vizinho, passou a lutar com mais afinco e mais inteligência. Era um trabalho realmente admirável, em que todos irmanados no mesmo ideal de fazer crescer a terra- berço, não mediam sacrifícios para alcançar o fim colimado (ARAÚJO, 2005, p.56).

Assim, a construção política desses municípios que formam o Baixo Acaraú é liderada por seus “maiores” com o apoio do “povo”. Ao adjetivar o trabalho de seus “vultos” como “realmente admirável” Nicodemos Araújo produz o sentido de uma comunidade produzida em harmonia.

Os que lideram a “jornada gloriosa” merecem, segundo Nicodemos Araújo, ter seus nomes registrados na História:

É de plena justiça, portanto, que a História dê o merecido destaque aos nomes daqueles que formaram em primeira fila, nessa jornada gloriosa e de tão relevante significação para o futuro dessa gente laboriosa e nobre que hoje vê sua terra elevar-se cada vez mais no conceito de suas co-irmãs da federação cearense (ARAÚJO, 1985, p. 20).

Os superiores interesses da terra são novamente conclamados em trecho no qual o autor legitima e exalta a ação governamental local.

Entretanto, em um ponto os políticos santanenses eram concordes: _ todos tinham por objetivo principal de sua luta, o desenvolvimento e o bom conceito da povoação. Acima de quaisquer rixas partidárias estavam os superiores interesses da terra e do povo santanenses (ARAÚJO, 1984, p. 17).

A elaboração do discurso identitário na escrita do autor passa pela exaltação da luta do povo sem que a valorização das autoridades locais deixe de ser promovida. Não temos tensões entre “povo”, “massa”, “população” e governo. Temos um par que trabalha em conjunto, “irmanados no mesmo ideal de fazer crescer a terra-berço”.

Pensar a construção de um senso de comunidade em torno dessa região, o Baixo Acaraú, exige ultrapassar aquela noção meramente geográfica de Região e compreendê-la como uma construção social forjada a partir de múltiplas relações de poder. As memórias criadas em torno dessas relações podem ser harmoniosas ou não. As formações discursivas e os instrumentos de propagação dessas memórias agem no sentido de torná-las oficiais e naturalizá-las.

Segundo Albuquerque Junior (2011, p. 37) foi em torno da ideia de identidade nacional e regional,

que emergiu no Brasil, um conjunto de regras de enunciação que chamamos de formação discursiva nacional-popular e todo o dispositivo de poder que a sustentou, que chamamos de dispositivo das nacionalidades, em torno dos quais, por sua vez, se desenvolveu grande parte da história brasileira, entre as décadas de vinte e sessenta.

Assim, boa parte das obras de Nicodemos Araújo se encaixa nesse contexto e as que não se encaixam podem ser percebidas como reflexo delas.

O olhar sobre o regional é fruto, sobretudo, da busca pela nação, da busca pela compreensão do todo levando em consideração uma leitura das partes. “Cada discurso regional terá um diagnóstico das causas e das soluções para as distâncias encontradas entre as diferentes áreas do país” (2011, p. 53). No caso da escrita de Nicodemos Araújo, vimos, ainda no capítulo anterior, que a modernização e o progresso são fatores apontados pelo autor como fundamentais para que os municípios do Baixo Acaraú alcancem o patamar e se igualem aos grandes centros, vindo a somar para o engrandecimento da nação.

O nacionalismo reinante da década de 20 do século passado e o intuito de reduzir os regionalismos para se pensar um projeto de nação integrada são elementos discutidos por Albuquerque Jr, (2010) como constituintes da construção dessa ideia de região que carregamos hoje. Essa mesma década, é também, segundo o autor, marcada pelo surgimento de um novo regionalismo, fruto de uma nova percepção do espaço (do crescimento das cidades, da modernização dos meios de transportes, da forma cada vez mais eficaz de

desnaturalização do espaço. No entanto, o autor aponta como originário desse novo regionalismo a “emergência de uma nova formação discursiva nacional-popular”. Tal formação discursiva faz parte do dispositivo de nacionalidades, ou seja

O conjunto de regras anônimas que passa a reger as práticas e os discursos no Ocidente desde o final do século XVIII e que impunha aos homens a necessidade de ter uma nação, de superar suas vinculações localistas, de se identificarem com um espaço e um território imaginários delimitados por fronteiras instituídas historicamente, por meio de guerras ou convenções ou mesmo, artificialmente. Este dispositivo faz vir à tona a procura de signos, de símbolos, que preencham esta ideia de nação, que a tornem visível, que a traduzam para todo o povo (ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 61).

A ideia de nação pensada nessa formação discursiva nacional – popular e homogênea passa pela procura e constituição de uma identidade brasileira, porém ALBUQUERQUE JR (2011) afirma que o resultado disso é a intensificação da fragmentação. Os regionalismos ganham, a partir disso, mais visibilidade.

Pensar que essa história comum anula as diferenças e instaura uma homogeneidade. Essa nova consciência acerca do espaço se reflete nos intelectuais regionalistas. “Um intelectual regionalista quase sempre é aquele que se sente longe do centro irradiador de poder e cultura. Ele faz denúncia dessa distância, dessa carência de poder, dessa vitimização, o motivo de seu discurso (ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 61).

Tomando Nicodemos Araújo como um intelectual regionalista encontro, questão discutida em capítulo anterior, insatisfeito com o espaço ocupado pelo lugar de onde fala, o município de Acaraú, “em que pese sua posição geográfica, situada, que se acha, cá no extremo norte do Ceará, longe, por conseguinte, dos centros adiantados” (...) (ARAÚJO, 2005, p. 153) e, portanto, “longe do centro irradiador de poder e cultura”.

Levando em consideração que o Baixo Acaraú é um espaço político no sentido em que é produzido pelas relações de poder que o perpassam e legitimado pelos discursos sobre ele, suas fronteiras e limites refletem a materialização de um jogo de interesses por vezes descrito e narrado, por vezes silenciado, na história oficial. Segundo Albuquerque Jr (2011, p. 37):

A região não é uma unidade que contém uma diversidade, mas é produto de uma operação de homogeneização, que se dá na luta com as forças que dominam outros espaços regionais, por isso ela é aberta, móvel e atravessada por diferentes relações de poder. Suas fronteiras são móveis e o Estado pode ser chamado ou não a colaborar na sua sedimentação. O estado é, na verdade, um campo de luta privilegiado para as disputas regionais. Ele não demarca os limites políticos-institucionais das regiões, mas pode vir a legitimar ou não estas demarcações que emergem nas lutas sociais.

O uso político da noção de região no processo de homogeneização de um grupo e espaço por meio da escrita da história também é realizada por Nicodemos Araújo, revestido

de autoridade a ele cedida por seu lugar de fala. Contribui ele, através de sua narrativa, para a legitimação do “recorte” do quem a ser chamado de Baixo Acaraú.

Nicodemos Araújo escreve sobre o Baixo Acaraú e, ao escrevê-lo, o constrói. Constrói esse lugar formado por gente hospitaleira, que trabalha, luta e, principalmente, se engrandece por ver sua terra crescer. As tensões não encontram espaço dentro de uma narrativa que procura pregar o amor entre os municípios vizinhos e irmãos. As diferenças existem, mas o autor parece entender que elas não precisam ser exaltadas, até porque “somente o amor constrói para a eternidade”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Homem Escrito

Ainda está vivo ou
virou peça de arquivo
sua vida é papel
a fingir de jornal?

Dele faz-se bom uso
seu texto é confuso?
Numa velha gaveta
o esquecem, a caneta?

Após tantos escapes
arredonda-se em lápis?
Essa indelével tinta
é para que não minta
mas do que o necessário
é uma sigla no armário?

Recobre-se de letras
ou são apenas tretas?
Entrará em catálogo
a custa de monólogo?

Terá número, barra
e borra de carimbo?
Afinal, ele é gente
ou registro pungente?

Carlos Drummond de Andrade

É com “O homem escrito” de Carlos Drummond de Andrade que estabeleço uma pausa nesse trabalho. Embora sejam necessárias, as considerações que fecham uma pesquisa nunca são vistas por quem as escreve, e creio eu que para muitos que me acompanharam até aqui, como finais. Cada questionamento aparentemente respondido me encaminhou para tantos outros que acabam por apenas revelar que o conhecimento não é fim e sim processo.

Um homem escrito. Assim é Nicodemos Araújo. Escritor e escrito, produtor e produto, peça de arquivo, registro pungente e, sobretudo, gente.

O historiador do Baixo Acaraú, se produziu e foi produzido através da construção e manutenção de toda uma rede de sociabilidades, assim como todos nós também somos. Não foi a academia quem o legitimou como memorialista e historiador, mas o grupo de letrados de quem se aproximou, sobretudo, pelo uso de correspondências, e os grupos políticos locais de quem Nicodemos Araújo fez-se e foi feito mecanismo de legitimação de determinados tipos de relações.

O historiador da Ribeira do Acaraú foi um sujeito consciente de sua posição dentro da malha de poderes locais instituídos na Região do Baixo Acaraú. A construção de um espaço de fala dentro desta rede o permitiu mantê-la e manter-se nela. Sujeito ativo, homem consciente diante das questões de seu tempo, fez uso do jornal e da narrativa histórica para alinhar questões complexas da realidade baixo-acarauense, e fez isso a voos de pássaro. Nicodemos Araújo não foi alguém “alheio” aos problemas de seu tempo. Em um tipo de escrita, conciliou, em outro tipo, questionou e tensionou.

Leitor assíduo, foi fortemente influenciado por poetas de sua região e membros do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará. Absorveu muito deles, mas foi além, ressignificando tais leituras e revelando, em sua narrativa, detalhes do homem católico e branco que era.

Sua escrita pode ser pensada a partir de dois eixos fundamentais: a religião e a ideia de progresso. A religião como herança pessoal, a ideia de progresso advinda das leituras e discursos de modernização que chegaram até ele por meio, sobretudo, dos jornais. Harmonizou elementos das teorias do progresso com suas crenças religiosas dando vida a coexistência harmoniosa entre elas.

Seu fazer histórico apresenta método, fontes e teoria. A academia não precisa chamar Nicodemos Araújo de historiador. O Baixo Acaraú já o faz e ainda o fará por muito tempo. No entanto o que ela não deve é fechar os olhos para um tipo de história que foi e continua sendo produzida fora dos seus muros e principalmente, não pode fechar os olhos para a recepção dessa história.

Nicodemos Araújo foi um historiador, foi memorialista e foi, sobretudo, um escritor, com toda a amplitude e complexidade que esta palavra carrega. Contribuiu para legitimar um tipo de memória sobre um território, uma região, um povo. Construiu simbolicamente em sua narrativa a região do Baixo Acaraú. Construiu essa gente hospitaleira que luta sempre em prol das necessidades de sua terra, elaborou para ela, um projeto de identidade. Sua casa era o Baixo Acaraú e foi com a escrita, arma poderosa, que tentou arrumá-la.

Entendo que o que produzi por meio dessa pesquisa foi mais um fragmento da história da historiografia regional do Baixo Acaraú. Silva (2018, p. 452-453) chama atenção,

para o fato de que, quando se analisa a historiografia brasileira, é importante considerar, também, o que as historiografias regionais produziram. Isso porque os trabalhos sobre a historiografia nacional, em sua maioria, construíram certos quadros teórico-intelectuais, ou examinaram determinados procedimentos metodológicos, ou ainda estabeleceram dadas periodizações como sendo características da produção historiográfica elaborada no país como um todo. E vimos que as coisas não foram

bem assim, pois da mesma forma que, de fato, existiram semelhanças e apropriações pelas historiografias regionais do que foi produzido em termos nacionais, houve também disparidades, sobretudo, defasagens ou até singularidades que, geralmente, não foram contempladas nessas análises mais amplas.

Nicodemos Araújo, O historiador da Ribeira do Acaraú, é, desse modo, ponte de acesso não somente para um conjunto de informações de caráter histórico sobre o Baixo Acaraú, mas, é também um dos instrumentos para se pensar o tipo de historiografia produzida sobre a região.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR, D.M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 3. ed. Recife: FJN, 2010, 340 p.

ARAÚJO, V. **O carpinteiro das Letras**: perfil bibliográfico e antologia de Nicodemos Araújo. Bela-Cruz-CE: Tanoa, 2004. Disponível em:
<<http://www.revista.agulha.nom.br/nicodemosaaraujo.html>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

ARRAIS, R. **O Pântano e o Riacho**: A formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo, SP. 551f. Tese (Doutorado em Humanista) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BARROS, A. Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. **Cadernos de História**, v.12, n.16, p.38-63, 2011.

BARROS, J. **Teoria da história**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BENOIST, A. **Uma Breve História da Ideia de Progresso**. 2011. Disponível em:
<<http://legio-victrix.blogspot.com.br/2011/08/uma-breve-historia-da-ideia-de.html>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

BEZERRA, A. **Notas de viagem**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1989.

BOFF, O.M.B.; KOCH, V.S.; MARINELLO, A.F. O gênero textual artigo de opinião: um meio de interação. **ReVEL**, v.7, n.13, p.1-12, 2009.

BORELLI, V. Jornalismo como atividade produtora de sentidos. In: **Biblioteca online de Ciências da Comunicação**. 2002. Disponível em: < <http://www.bocc.ubi.pt/pag/borelli-vivianejornalismo-atividade-sentidos.pdf>> Acesso em: 12 abr. 2017.

BURKE, P. A história como Memória Social. In: **O mundo como teatro**: estudos de antropologia histórica. Lisboa: Difel, 1992.

_____. **O que é história cultural**: Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. **Variedades de história cultural**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2000.

CANDAU, J. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARVALHO, N.A. Nicodemos Araújo. In: FREITAS, V. **O carpinteiro das letras**: Perfil biobibliográfico de Nicodemos Araújo. Joinville: Clube de Autores, 2015.

CERTEAU, M. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

_____. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

_____. O mundo como representação. **Estudos avançados**, v.11, n.5, p.173-188, 1991.

_____. Os desafios da escrita São Paulo. São Paulo: UNESP, 2002.

CRUZ. Secretaria da Cultura. **A História**. Fortaleza: Gráfica LCR, 2012.

DOSSE, F. **A História**. Bauru: EDUSC, 2003, 326p.

FALCON, F. A identidade do historiador. **Estudos históricos**, v.9, n.17, p.1-24, 1996.

FERREIRA, M.; AMADO, J., et al. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GOMES, A. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GOULEMOT, J. Da leitura como produção de sentidos. In: CHARTIER, R. (dir). **Práticas de leitura**. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

GUIMARÃES, S. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Revista Estudos Históricos**, v.1, n.1, p.1-23, 1988.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HARTOG, F. **Crer em história**. Belo horizonte: Autêntica, 2017.

_____. **Regimes de Historicidade - Presentismo e Experiências do Tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

_____. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. **Revista de História**, v.148, n.1, p.9-34, 2003.

HISSA, C. E. V. A. **Mobilidade das fronteiras: inserções da Geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

_____. Territórios de diálogos possíveis. In: RIBEIRO, M.T.F.; MILANI, C.R.S. (orgs.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2009.

_____. Cidade – corpo. **Rev. UFMG**, v. 20, n.1, p.54 -77, 2013.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MACMILLAN, M. **Usos e abusos da história**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

MAROCCO, B.; LIMA, C.N.; VIEIRA, K.M. A estratégia da invisibilidade em o Dia. Contribuição para o estudo do pseudônimo. **Sobre jornalismo**, v.3, n.1, p.44-57, 2014.

MENESCAL, A. A história trazida à luz: o Instituto do Ceará e as análises acerca dos povos indígenas Tarairiú. **Revista Eletrônica do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da UEPB**, v.1, n.4, p.47-63, 2012.

NORA, P. **Entre Memória e História**: a problemática dos lugares. Paris: Gallimard, 1984.

ORLANDI, E. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2009.

PELÁEZ, F, A. **O Conceito de Progresso**: de Santo Agostinho a Herder. 2012. Disponível em: < <https://legio-victrix.blogspot.com/2012/03/o-conceito-de-progresso-de-santo.html> >. Acesso em: 01 mar. 2018.

PESAVENTO, S. **História e história cultural**. São Paulo: Autêntica, 2014.

PINSKY, C. **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

RÜSEN, J. **Reconstrução do Passado – Teoria da História II**: os princípios da pesquisa histórica. Brasília: Ed. da UNB, 2007, 188p.

SANTOS, C.; CORSO, A.; ZANLORENZI, C. **Estado de conhecimento**: atas como fonte histórica. Semana de estudos do curso de pedagogia de Irati. 2012. Disponível em: <<https://anais.unicentro.br/seped/pdf/iiiiv3n1/87.pdf>>. Acesso em: 30 fev. 2018.

SANTOS, M. O retorno do território. In: _____. **Territorio y movimientos sociales**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2018.

_____. O retorno do território. In: **OSAL**: Observatorio Social de América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SCHAMA, S. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das letras, 1945.

SOLINÍS, G. O que é o território ante o espaço? In: RIBEIRO, M, MILANI, C. (Orgs.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea**: o território como categoria de diálogo interdisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2009.